

Fevereiro de 2007 • Ano 4 • nº 31

Fevereiro 2007 • Ano 4 • nº 31

www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento



ipea

ISSN 1806-9363 R\$ 8,90



Pedágio urbano

A quantidade de veículos circulando nas grandes cidades está cada vez maior. A taxaço do uso do carro, apesar de impopular, é a soluço mais indicada pelos especialistas para aliviar o problema

desafios

JUSTIÇA

Arbitragem, mediaço e conciliaço. Sistemas alternativos ao Judiciário convencional ganham forço

DENTRO DA LEI

Pesquisa do Ipea mostra que, fora das regiões metropolitanas, a informalidade está diminuindo

ELETRIFICAÇÃO

Engenheiro gaúcho cria sistema para aproveitamento de energia solar nos recantos mais isolados do país



Ilustração Oriando



22

Raymond Gehman/Getty Images



38

lara Venanzi/kino.com.br



44

Eduardo Tavares



52

desafios

do desenvolvimento

Sumário

- 8 Entrevista** **Ciro de Quadros**
Saúde é o que interessa
- 16 Transporte** **Pedágio urbano**
Para aliviar os engarrafamentos, especialistas recomendam taxaço do uso do carro
- 22 Sociedade** **Sem toga**
Sistemas alternativos de acesso à Justiça crescem no país
- 30 Economia** **Pequenas, mas poderosas**
Nova lei da microempresa cria melhor ambiente de negócios
- 38 Artigo** **Anjo ou demônio?**
Os impactos do comércio chinês na América Latina
- 44 Trabalho** **Como manda o figurino**
Pesquisa do Ipea mostra que a informalidade diminui fora das regiões metropolitanas
- 52 Melhores práticas** **Uma idéia luminosa**
Tecnologia barata leva energia para quem mora no campo

Seções

- 6 Giro**
- 60 Circuito**
- 62 Estante**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

Artigos

- 29 Luana Pinheiro**
Lei Maria da Penha: a caminho de um ponto final?
- 51 João Guilherme Sabino Ometto**
Em defesa do agronegócio

desafios

do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

PRESIDENTE Luiz Henrique Proença Soares

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Kim Bolduc

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Andréa Wolffenbüttel, Alexandre Marinho, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, Francisco Gaetani, João Carlos Magalhães, Leonardo Rangel, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela, Yolanda Polo

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801
CEP 70076-900 - Brasília, DF
Tel.: (61) 3315-5188 Fax: (61) 3315-5031

JORNALISTA RESPONSÁVEL Andréa Wolffenbüttel

Colaboradores

TEXTO Ottoni Fernandes Jr., Lia Vasconcelos, Eliana Simonetti, Giedre Moura, Marcello Antunes e Patrícia Marini

FOTOGRAFIA Eduardo Tavares, Ricardo Labastier e Tânia Meinerz

ILUSTRAÇÃO Orlando Pedroso

REVISÃO Ivana Gomes

ARTE E DIAGRAMAÇÃO Renata Buono Design
Renata Buono, Rafaela Ranzani e Luciana Sugino

FOTO DA CAPA Cary Wolinsky/Getty Images

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar
CEP 04542-050 - São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração

Instituto Uniemp
Av. Paulista, 2198, conjunto 161
CEP 01310-300 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas

Teletarget
Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415
desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro

LM&X
Tel.: (11) 3865-4949

Impressão

Prol Editora Gráfica

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S/A

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

Carta ao leitor

Esta edição de **Desafios** traz uma capa maravilhosa para tratar de um assunto nada maravilhoso: o enorme volume de veículos que lotam as ruas das metrópoles, poluindo o ar, consumindo combustível, provocando engarrafamentos e gerando acidentes. O problema salta aos olhos diariamente e uma das soluções mais consideradas é a implantação do pedágio urbano. Claro que ninguém quer mais um imposto para pagar, mas todos precisam de mais espaço para circular, mais oxigênio para respirar e mais tempo para dedicar às coisas boas da vida em vez de levar horas se deslocando de casa para o trabalho e vice-versa. A idéia está lançada, já funciona em algumas capitais do mundo e ganha mais adeptos a cada dia. Aliás, os engarrafamentos são apenas um dos problemas específicos das grandes cidades. A reportagem “Como manda o figurino” apresenta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrando que a informalidade vem caindo de forma sistemática fora das regiões metropolitanas. Espera-se que esse movimento continue e mesmo se acentue, especialmente com a entrada em vigor da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e com o anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento. A matéria “Pequenas, mas poderosas” mostra quais são as novas perspectivas para os empreendimentos de pequeno porte. Na seção Melhores Práticas, trazemos o exemplo de Fábio Rosa, um engenheiro que transformou-se em pequeno empresário visando colocar em prática um sistema barato e inovador para levar eletricidade ao campo. No lugar da poderosa rede trifásica, uma instalação monofásica e, onde não há como conectar-se à rede, uma placa de geração solar. Seu modelo simplificado de eletrificação rural já beneficiou mais de 1 milhão de brasileiros, o que o colocou entre os 25 finalistas da última edição do *The Tech Museum Awards*, prêmio concedido pelo *The Tech Museum of Innovation*, no Vale do Silício, Califórnia, EUA. A reportagem “Sem toga” também trata de empreendimentos, mas de outra natureza. Ela fala sobre a iniciativa dos que escolhem caminhos alternativos para resolver as discórdias, sem ter de apelar ao Judiciário. São pessoas e empresas que fazem uso das quase duzentas Câmaras de Arbitragem existentes no Brasil. Elas se tornam cada vez mais populares e solucionam problemas de forma mais rápida e eficiente do que a Justiça convencional. Ainda temos uma entrevista com o doutor Ciro de Quadros, um médico brasileiro que assumiu o comando do Instituto Sabin de Vacinas, com sede em Washington, e um artigo sobre os impactos do comércio chinês na América Latina. Boa leitura!

Andréa Wolffenbüttel, Jornalista Responsável

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br

Diretoria de redação:

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF

Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

CAIXA

Pesquisa **Andréa Wolffenbüttel**
 Texto **Eliana Simonetti**

GIRO

Roberto Faidutti/FAO



Safras

Otimista, mas nem tanto

A alta dos preços domésticos de produtos agrícolas importantes, em função das altas respectivas dos preços internacionais, está animando o setor. O caso mais destacado é o do milho, cuja cotação subiu devido ao aumento de sua utilização na produção de etanol nos Estados Unidos. Isso bastou para aumentar também os preços da soja e do trigo. Outro fator positivo é a queda na cotação do petróleo, o que ajuda a diminuir os custos de transporte e os preços de insumos agrícolas. Entretanto, esse vento a favor, após dois anos de condições climáticas adversas, aumentos de custos, queda dos preços internacionais e apreciação cambial, encontra o setor muito endividado. Como o sistema financeiro costuma reduzir a concessão de empréstimos novos a um setor muito endividado, o resultado poderá ser que a retomada da atividade agrícola não vá além da mera recuperação dos níveis de produção de 2004/05.

Agricultura

Plantas do futuro

O Brasil possui 775 espécies de plantas de potencial valor econômico que não estão sendo exploradas, embora haja condições para seu aproveitamento industrial imediato. Um exemplo é a goiaba serrana, natural do Brasil, que é ingrediente de sucos, biscoitos, geléias, óleos e até champanhe na Nova Zelândia. A descoberta surgiu de um levantamento feito pelo projeto Plantas do Futuro com recursos do Projeto de Conservação e

Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio). Neste ano, serão lançadas cinco publicações – uma para cada região do país – com informações detalhadas sobre o potencial das 775 espécies, denominadas plantas do futuro. Entre elas 148 são ornamentais, 99 medicinais, setenta alimentícias e frutíferas, 31 oleaginosas e nove aromáticas. Objetivo: divulgá-las e incentivar seu uso sustentável.

Escravidão

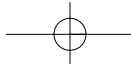
Luta pela liberdade

Em 2006 foram libertados 3.187 trabalhadores mantidos em situação de escravidão no Brasil, segundo levantamento preliminar do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É bastante gente, mas a queda em relação a 2005 foi significativa: 26,7%. Na avaliação dos técnicos do MTE, a criação de grupos móveis de fiscalização, que agem pontualmente atendendo a denúncias, parece ter provocado mudanças no comportamento dos empregadores. Houve também a adesão de cem empresas e associações ao Pacto

Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, coordenado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Instituto Ethos. Para que a situação melhore, aguarda-se a votação, na Câmara dos Deputados, em Brasília, da Proposta de Emenda Constitucional 438, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco de terras, sem indenização, onde forem encontrados trabalhadores mantidos em regime de escravidão. O quadro ao lado ilustra a evolução dessa luta.

Ano	Operações de fiscalização	Trabalhadores libertados
2006*	100*	3.187*
2005	85	4.348
2004	72	2.887
2003	67	5.223
2002	30	2.285
2001	26	1.305
2000	25	516
1999	19	725
1998	18	159
1997	20	394
1996	26	425
1995	11	84
Total	499	21.358

* Dados parciais/ Fonte: MTE



Campo de obras

Recorde de licenças

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu 278 licenças para empreendimentos de infra-estrutura no ano passado – um recorde que, segundo o organismo, indica que os projetos começam a se concretizar. Foram 143 para rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos. Outras 85 envolveram planos de instalação e regularização de usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, além de linhas de transmissão de gasodutos. O Instituto emite três tipos de licença: a prévia, baseada na análise de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental; a de instalação, quando o cronograma da obra é aprovado; e a de operação, para o funcionamento de obras concluídas. Em janeiro, 35 pedidos de licença prévia aguardavam análise.



Flávio Costa/Fernando de Noronha

Plataforma ampliada

Tanto mar, tanto mar...

Em 2004, o Brasil solicitou ampliação de seu espaço marinho à Organização das Nações Unidas (ONU), como parte do Plano de Levantamentos da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), desenvolvido pela Comissão Intermunicipal para os Recursos do Mar

(Cirm). A área pleiteada inclui uma faixa que vai do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo e outra que se estende do Amapá ao Ceará. A região ainda é pouco conhecida, mas existe a possibilidade de encontrar, ali, material biotecnológico para produção de medicamentos, petróleo

e metais de potencial comercial. A decisão será tomada pela ONU nos primeiros dias de abril. Se for positiva, a Plataforma Continental Brasileira saltará de 3,5 milhões para 4,4 milhões de quilômetros quadrados. Especialistas garantem que há razões para otimismo.

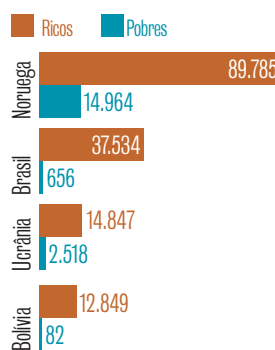
Pobreza

Novas medidas de desigualdades

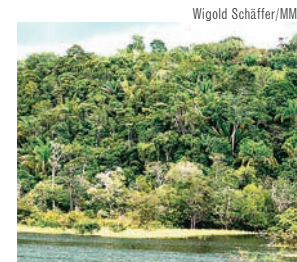
Os dados sobre as disparidades no planeta são sempre espantosos. Os mais recentes foram divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Para fazer as comparações, o estudo calcula o Produto Interno Bruto per capita, considerando o poder de compra da moeda em cada país, e uniformiza os parâmetros em dólar (fórmula indicada pela sigla PPC US\$). Traz informações sobre as desigualdades dentro dos países e entre eles. Assim, revela que a receita média de um brasileiro de baixa renda é quinze vezes inferior à auferida pelos 10% mais pobres habitantes de sete países: Noruega, Japão, Finlândia, Irlanda, Suécia, Áustria e Bélgica. As pessoas mais abastadas vivem nos Estados Unidos, em Hong Kong e em Cingapura. A parcela mais miserável da população mundial está na Bolívia (recordista em dis-

paridade, onde os ricos ganham 157 vezes o que recebem os mais pobres) e em três países africanos – Serra Leoa, Níger e República Centro-Africana. Os indicadores permitem estimar, por exemplo, que um pobre de Serra Leoa teria de trabalhar mais de 4 mil anos para alcançar a renda que um norte-americano rico embolsa em doze meses.

Renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres (em PPC US\$)



Fonte: RDH 2006

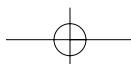


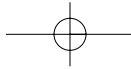
Wigold Schäffer/MMA

Ecoturismo amazônico

Aventura sim, mas com conforto

A Amazônia poderia receber 3 milhões de visitantes ao ano – um potencial de crescimento turístico da ordem de 650%. O cálculo é produto de entrevistas com 36 mil especialistas no ramo e viajantes de onze países. Mas, como nada cai do céu, todos demonstraram interesse pelo ecoturismo – desde que com conforto e organização. Recomenda-se, portanto, investimento em infra-estrutura, capacitação de pessoas e adoção de tecnologias ambientalmente corretas para que o potencial turístico da região possa ser aproveitado. Criado em 1999, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem como objetivo criar ambiente sustentável para investimentos e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos atrativos da Amazônia. Foi ele, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que encomendou o estudo. Assim, um movimento mais acentuado de promoção das belezas da região no exterior só deverá ser feito quando houver estrutura capaz de receber visitantes sem danos ambientais. MMA e Ministério do Turismo planejam a abertura de linhas de crédito que estimulem o empreendedorismo privado na área.

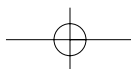
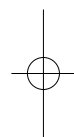
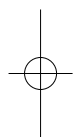


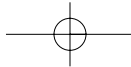


ENTREVISTA

Com as novas e mais caras tecnologias, ocorre uma inequidade: os que

Claudio Gatti/Prensa Três





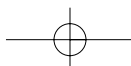
não têm continuam não tendo e tendo menos, e os que têm continuam tendo e tendo mais

Saúde é o que interessa

Ciro de Quadros

Por **Andréa Wolfenbüttel**, de São Paulo

Faz dois anos que o prestigioso Instituto Sabin de Vacinas, fundado após a morte do célebre cientista, está sob o comando do brasileiro **Ciro de Quadros**. A gestão do médico gaúcho tem sido marcada por iniciativas que buscam levar às populações mais pobres os benefícios da ciência. De seu escritório, em Washington, nos Estados Unidos, ele conversou por telefone com **Desafios** e contou quais são as dificuldades e as vitórias de sua missão.



Um gaúcho que foi longe

Nascido no interior do Rio Grande do Sul, em Rio Pardo, cidade que ele faz questão de lembrar que já foi capital da província meridional, o jovem Ciro de Quadros rapidamente deixou a terra natal. Recém-formado em Medicina pela Faculdade Católica de Medicina do Rio Grande do Sul, em 1966 fez um estágio em Pernambuco e aceitou o convite para ser chefe do Centro de Saúde de Altamira, na Amazônia. Foi quando entrou em contato com as dificuldades vividas pelas populações mais necessitadas e descobriu sua vocação. Mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz. Voltou para a região Sul e cooperou com o programa de erradicação da varíola no Paraná. Aproveitou o conhecimento adquirido ao ir para a Etiópia, onde viveu durante sete anos, trabalhando para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Após essa experiência, foi chamado para assumir a diretoria do Departamento de Vacinas da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Washington, DC. Desde então, o dr. Quadros mora na capital dos Estados Unidos. Ele se orgulha de ter lançado os programas de erradicação da poliomielite, do sarampo e da rubéola nas Américas. Atualmente, viaja o mundo em busca de recursos para levar novas e antigas vacinas para os países mais pobres da África e da Ásia. Em outubro de 2004, foi eleito membro do Instituto de Medicina da Academia Nacional dos Estados Unidos, honra concedida apenas àqueles que fizeram grandes contribuições para o avanço da ciência médica e da saúde pública. Parabéns, dr. Ciro de Quadros!

Desafios – Quais os maiores desafios que o mundo enfrenta em termos de vacina?

Quadros – A questão mais imediata é levar as vacinas até quem precisa. A cada ano morrem mais de 10 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade e a maioria dessas mortes poderia ser evitada com as vacinas. Meio milhão morrem por sarampo, 1 milhão por pneumonia, 600 mil por rotavírus, ou seja, são todas doenças podem ser perfeitamente prevenidas. Portanto, o desafio fundamental, neste momento, é como aplicar as vacinas o mais rápido possível. Tanto as vacinas mais antigas como as mais novas. Isso é muito importante, porque em geral levam-se muitos anos entre o desenvolvimento da tecnologia e o benefício que ela pode trazer para a humanidade. Com o advento de novas e mais caras tecnologias, está ocorrendo uma grande inequidade: os que não têm continuam não tendo e tendo menos, e os que têm continuam tendo e tendo mais.

Desafios – O senhor se referiu a novas vacinas. Quais são elas?

Quadros – Uma é contra o rotavírus, que provoca uma diarreia grave. Praticamente metade das diarreias graves infantis são produzidas por esse vírus, que causa muita mortalidade. Também há a vacina contra a pneumonia, isto é, contra o *Streptococcus pneumoniae*, que, entre as doenças respiratórias agudas, é a bactéria que mata mais crianças. Na América Latina, por exemplo, a cada hora duas crianças morrem em decorrência do *Streptococcus pneumoniae*. E a terceira vacina, recém-licenciada aqui nos Estados Unidos, é contra um vírus do papiloma humano que provoca câncer no colo uterino da mulher. Também pode ocorrer no homem, no pênis, mas é mais comum na mulher.

Desafios – Essa vacina contra câncer também precisa ser aplicada em toda a população?

Quadros – Idealmente, sim. Se você conseguir vacinar todas as mulheres antes do começo da atividade sexual –

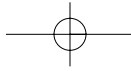
porque o vírus do papiloma humano é transmitido sexualmente –, então evitará no futuro o maior problema produzido por esse vírus. Não todo, porque existem vários serotipos, mas a vacina protege contra os serotipos mais relacionados com o câncer de colo uterino. Porém o vírus vai continuar circulando na população masculina, então, se ocorrer qualquer baixa de cobertura da população feminina, a doença voltará novamente. Portanto, o ideal é vacinar toda a população masculina e feminina. É como a rubéola, que é uma doença erupitiva do tipo do sarampo, mas menos grave. Ela é perigosa apenas para a mulher que está grávida, pois o feto é atingido e nasce com afecções congênicas. No homem, não causa nada além de erupção e febre. Você pode adotar uma estratégia de vacinar só as mulheres em idade fértil. Porém, se você não conseguir manter uma alta cobertura da população feminina, o vírus da rubéola continuará circulando na população masculina e eventualmente causará surto nas mulheres.

Desafios – Existem países que já erradicaram esse tipo de doença?

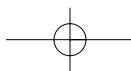
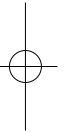
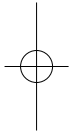
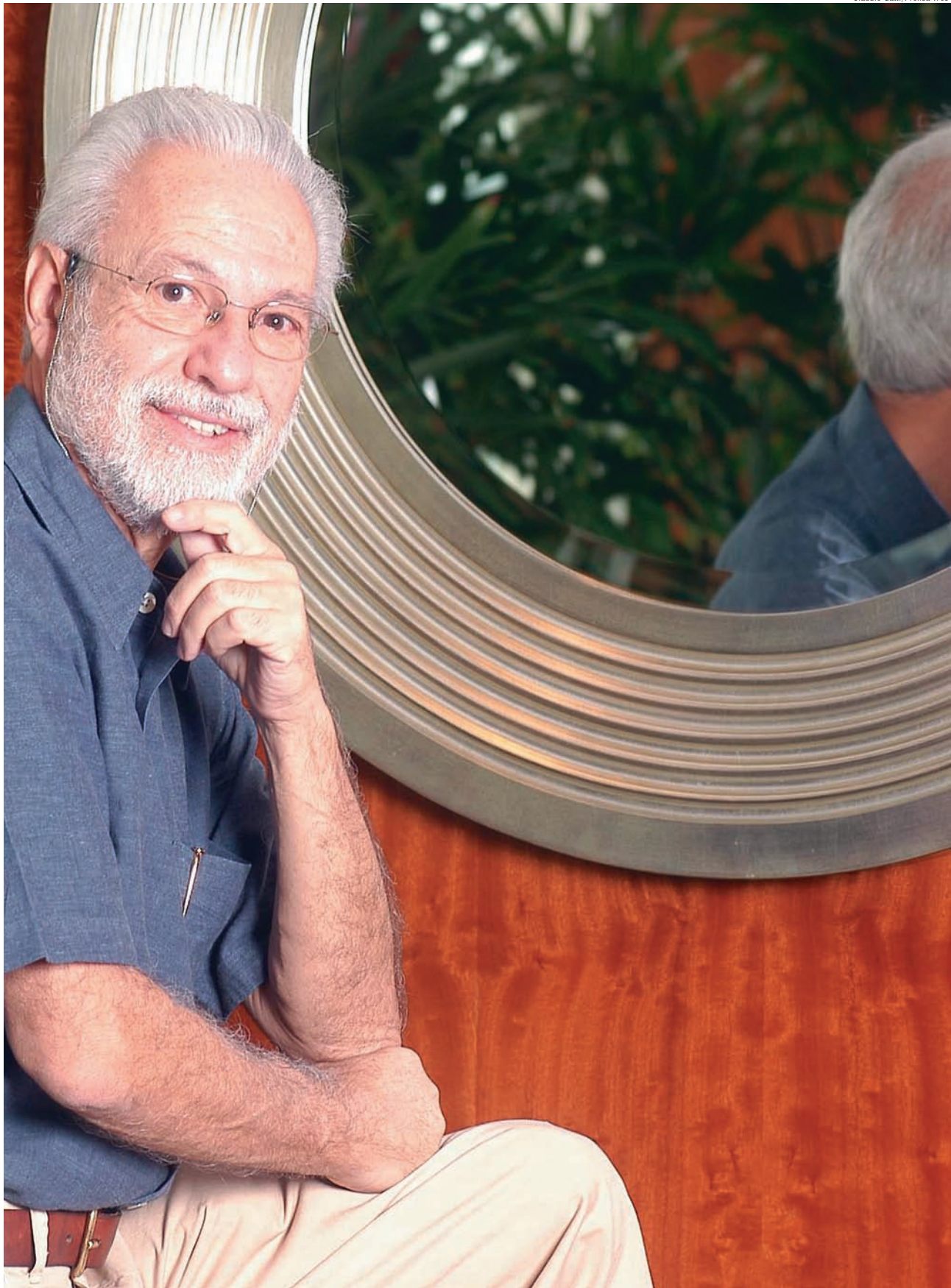
Quadros – Há um programa que foi lançado quando eu era diretor do Programa de Vacinas da Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) para erradicar a rubéola no hemisfério ocidental. Esse programa está indo muito bem. A doença já foi erradicada em diversos países e espera-se que antes do ano 2010 ela seja erradicada nas Américas por meio da vacinação da mulher em idade fértil e do homem.

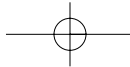
Desafios – E não se pode fazer isso globalmente?

Quadros – Nós iniciamos uma série de atividades aqui nas Américas porque há melhores condições de serviços de saúde em comparação com os países mais pobres da África e da Ásia. Para a erradicação global de uma doença, é preciso uma série de condições. É um esforço que tem de



Claudio Gatti/Prensa Três





ser extremamente coordenado, além de exigir uma quantia significativa de recursos. Não é algo que se faça de forma fácil. Neste momento e já há alguns anos, o mundo está erradicando a poliomielite, que já foi erradicada nas Américas. Portanto, agora não se poderia propor à Assembléia Mundial de Saúde a erradicação de outras doenças ao mesmo tempo. Se a poliomielite for erradicada, e a gente espera que seja nos próximos dois ou três anos, aí pensaremos em erradicar outras doenças. Qual seria a próxima? Na minha opinião, deveria ser o sarampo e depois a rubéola. Uma coisa deve vir depois da outra.

Desafios – Por que não é possível levar um kit contendo as vacinas contra pólio, sarampo e rubéola para erradicar as três simultaneamente?

Quadros – Dá para fazer, eu não quis eliminar essa possibilidade. Inclusive fui defensor da proposta de aproveitar as campanhas contra a pólio na África para aplicar a vacina contra o sarampo. Como a vacina contra o sarampo é combinada com as vacinas contra rubéola e caxumba, na mesma injeção você protegeria contra as três doenças. O lógico seria agir assim, mas as políticas de saúde às vezes não são as ideais. Tem muita gente que se opõe por achar que vai ser mais complicado e poderá prejudicar o esforço na erradicação da pólio. Existe uma série de debates que, às vezes, atrasam o progresso das coisas. Muita gente, por exemplo, acha que não se deve usar a vacina contra a rubéola até que não se saiba exatamente se a doença é um problema na África. Muitos acham que na África a rubéola não é uma questão grave, e serão necessários dados e estudos epidemiológicos para demonstrar que ela realmente é um problema. Infelizmente, nós temos de lidar com essas variáveis.

Desafios – Quando o senhor fala dos custos de uma campanha mundial, a que quantias se refere?

Quadros – Até o momento, o programa de erradicação da pólio custou, em termos de dinheiro extranacional,

ou seja, verbas fornecidas por países doadores, de 3 milhões a 5 bilhões de dólares. Se a gente considerar o que se gasta em um dia na Guerra do Iraque, deve ser mais do que precisamos para essas campanhas. Mas, do ponto de vista dos políticos que decidem a alocação de verbas, o que pedimos é muito. Eu estou totalmente em desacordo.

Desafios – As Metas de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas, têm colaborado para avanços na área de vacinação?

Quadros – A meta 4 (*reduzir a mortalidade infantil*) refere-se a doenças infecciosas e materno-infantis, para as quais os programas de imunização

“Se a gente considerar o que se gasta em um dia na Guerra do Iraque, deve ser mais do que precisamos para essas campanhas de vacinação. Mas, do ponto de vista dos políticos que decidem a alocação de verbas, o que pedimos é muito”

contribuem diretamente. E, nesse sentido, temos algo muito bom, pelo menos nos últimos cinco anos, que foi a formação de um grupo chamado Gavi, The Global Alliance for Vaccines and Immunization, uma aliança global para vacinas de imunização composta pela Organização Mundial de Saúde, pelo Unicef (*Fundo das Nações Unidas para a Infância*) pelo Banco Mundial, por fundações, pelos países em desenvolvimento, os países ricos, e por vários organismos privados, como a indústria de vacinas. Por sinal, neste momento o representante dos produtores de vacinas dos países emergentes é brasileiro, o doutor Akira

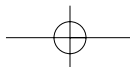
Homma, presidente da Bio-Manguinhos. Essa aliança recebeu uma doação inicial de 750 milhões de dólares da Fundação Bill e Melinda Gates e outros 750 milhões de países da OCDE (*Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico*).

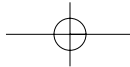
Desafios – O que faz essa aliança?

Quadros – O dinheiro está sendo usado para ajudar os países a introduzir algumas vacinas, como a que combate a hepatite B e a contra o *Haemophilus influenza* tipo B, que produz um tipo de meningite. Nos últimos cinco anos, foram essas as vacinas introduzidas em países pobres da África e da Ásia. Agora essa aliança está entrando na segunda fase, na qual vai fazer investimentos maiores. Ao perceber que para ampliar a atuação seriam necessários mais de 50 bilhões de dólares, o ministro das Finanças da Inglaterra, Gordon Brown, lançou a idéia de levantar fundos por meio da venda de bônus do governo no mercado de capitais. Pretende-se arrecadar cerca de 5 bilhões de dólares nos próximos cinco anos. A proposta foi aceita e já está sendo colocada em prática, inclusive por outros países. Isso vai adiantar a introdução de pelo menos duas novas vacinas: contra o rotavírus e contra a pneumonia.

Desafios – Que outros países aderiram à iniciativa?

Quadros – França, Itália, Espanha, Suécia e Noruega já estão vendendo os bônus. E há também a idéia de que países que não são doadores tradicionais participem. Três países já anunciaram a colaboração: Índia, África do Sul e Brasil. Durante a visita à Inglaterra, no ano passado, o presidente Lula anunciou que o Brasil vai participar com a doação de 20 milhões de dólares durante vinte anos. Seria 1 milhão de dólares por ano. Esse é um exemplo muito importante para os países emergentes, principalmente porque o Brasil é um dos países que têm um programa de imunização ex-





celente, com introdução de novas vacinas rapidamente. E o Brasil tem também um parque industrial de vacinas importante, a Fiocruz-Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro, e o Instituto Butantan, em São Paulo.

Desafios – Existem novas vacinas que estão para surgir?

Quadros – O desenvolvimento de vacinas é um processo longo e caro. E quem investir na pesquisa dessas vacinas não tem certeza de que conseguirá recuperar o dinheiro. Para superar esse problema, a Gavi tomou outra iniciativa, que se chama Advanced Market Commitment. Esse mecanismo tem o seguinte funcionamento. O poder público de um país pobre informa que precisa de determinada vacina, com certas características. Então o Advanced Market Commitment, bancado por países ricos, garante a compra de uma quantidade de doses, o suficiente para ressarcir o fabricante pelos custos da pesquisa. Assim que o fabricante recupera o dinheiro, o preço unitário da dose cai. Por exemplo, inicialmente a dose pode ser vendida a 50 dólares. O Advanced Market Commitment financia 49 dólares e o país pobre paga 1 dólar. Depois de comprar o número estabelecido para a recuperação dos custos de desenvolvimento, a dose da vacina passará a ser vendida por 1 dólar.

Desafios – E quais são as novas vacinas que estão sendo desenvolvidas?

Quadros – Bem, há três vacinas que são de alta importância, de alto interesse: a contra a malária, a nova vacina contra a tuberculose e a vacina contra a Aids. Essas são as vacinas que estão recebendo os maiores investimentos. Também temos pesquisas de vacinas contra a dengue, a encefalite japonesa e algumas meningites, para as quais ainda não se tem vacina, como a meningite B. Estamos trabalhando também para criar combinações de vacinas, o que é muito importante, pois, quanto mais vacinas, mais injeções

precisam ser aplicadas nas crianças. Para evitar isso, temos de conseguir combinar as vacinas. Nós já temos algumas, como a vacina contra sarampo, caxumba e rubéola numa só injeção e a vacina contra difteria, tétano e coqueluche, além de outras.

Desafios – Por que é preciso uma nova vacina contra a tuberculose?

Quadros – A vacina que temos, a BCG, não funciona como se esperava. Ela é bastante eficaz para proteger da meningite tuberculosa, mas não tem nenhum efeito na tuberculose biliar do adulto jovem e por isso precisamos de uma nova.

“Não quero diminuir a importância da Aids, porque é um problema seriíssimo. A questão é que a Aids tem tanta visibilidade porque tem um grupo interessado nisso. E não há nenhum grupo interessado em divulgar as ameaças da pneumonia ou da meningite”

Desafios – Talvez por ser uma doença que atinja todos em todos os países, haja uma grande preocupação a respeito da vacina contra a Aids.

Quadros – Em primeiro lugar, não é só a Aids que é democrática. Existe outra doença muito mais democrática, o rotavírus. É um vírus que causa um grande problema em países industrializados porque a melhora do saneamento ambiental não resolve a questão. Por isso é chamado popularmente de “vírus democrático”. O sarampo também é democrático. A pólio é democrática. O HIV talvez seja menos democrático porque tem gran-

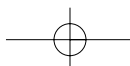
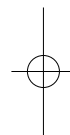
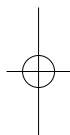
des grupos que não são atingidos pela Aids, isto é, todas as pessoas que se protegem quando têm relações sexuais. A prevenção da Aids é muito mais fácil que a prevenção da diarreia e do sarampo nas populações pobres.

Desafios – Mas por alguma razão temos a impressão de que a Aids é uma grande ameaça.

Quadros – Não quero diminuir a importância da Aids, porque é um problema mundial seriíssimo. A questão é que a Aids tem tanta visibilidade porque tem um grupo interessado nisso. E não há nenhum grupo interessado em divulgar as ameaças da pneumonia, da meningite ou do sarampo. Eu não quero que não exista um grupo lutando contra a Aids. Eu acho que deve existir. O problema é que as outras também deveriam ter seus grupos defensores. Se tivessem, teriam a mesma magnitude, pois, do ponto de vista da mortalidade, elas matam muito mais do que a Aids.

Desafios – E o que o senhor tem a dizer sobre a gripe aviária?

Quadros – Os países em que essa doença existe já tomaram as providências necessárias e estão sendo feitos investimentos para obter a vacina. Mas é um problema muito complexo. Para que a gripe se transforme numa pandemia, ou epidemia urbana, será necessário uma mutação do vírus. E até agora não se sabe qual mutação seria essa. Portanto, não dá para produzir, neste momento, uma vacina. Mas esse caso teve um lado positivo, que foi as autoridades mundiais acordarem e perceberem que nos últimos trinta ou cinquenta anos não houve nenhum grande investimento para melhorar a tecnologia de produção da vacina contra a influenza. A tecnologia que temos hoje é um absurdo: para cada dose de vacina, é preciso um ovo. Imagina quantos milhões de ovos de galinha são necessários! Pelo menos as autoridades mundiais agora investem no desenvolvimento de uma vacina contra a influenza com outras





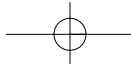
metodologias que não exijam um ovo para cada dose.

Desafios – E no Brasil, quais são os desafios que enfrentamos atualmente em termos de vacinação?

Quadros – Acho que no Brasil o desafio maior é manter os progressos que foram alcançados nos últimos vinte,

25 anos. Foi algo sensacional. O Brasil erradicou a pólio, o sarampo, e introduziu novas vacinas. Precisamos manter isso, porque entra governo, sai governo, mudam as prioridades, e o programa pode cair. Isso não deve acontecer. O segundo desafio no Brasil é a introdução das novas vacinas. O Brasil trouxe a vacina contra o rotavírus

“Acho que no Brasil o desafio maior é manter os progressos que foram alcançados nos últimos vinte, 25 anos. Foi algo sensacional!”



Claudio Gatti/Prensa Três



em março ou abril do ano passado. Excelente! Foi o primeiro país da América Latina a fazer isso. Agora existe a vacina contra o pneumococos e contra o HPV (*câncer de colo de útero*), que precisam ser aplicadas.

Desafios – Está sendo feito algo para trazer essas vacinas para cá?

Quadros – Na última vez que estive no Brasil, em dezembro passado, as autoridades mencionaram que estão fazendo estudos epidemiológicos para identificar a magnitude do problema. A situação é a seguinte: essas vacinas são caríssimas e é preciso fazer uma avaliação da incidência e do custo da doença nos países. Eu sei que soa estranho falar assim. Quando uma criança adoece de pneumonia, ela pode morrer. Se for o minha filha, não tem preço essa morte, mas em geral o ministro das Finanças provavelmente não está pensando assim. Porém, se morre uma vaca, imediatamente todo o governo fica preocupado. Faz grandes investimentos para evitar a morte da vaca. Deviam dar o mesmo valor para a vida humana. Aliás, não. A vida humana tem de vir em primeiro lugar. Mas vamos deixar isso de lado. O que as autoridades avaliam é se prevenir a doença não é mais barato do que vacinar a população. E para isso são feitos os estudos.

Desafios – Esses estudos demoram muito?

Quadros – Não. Nós fizemos um estudo sobre o impacto da doença pneumocócica para a América Latina que levou dez meses, que é um tempo bom para a região. O resultado demonstrou que realmente é recomendável introduzir a tal vacina. Agora, é claro que cada país tem de usar seus dados para ver a própria realidade.

Desafios – E em termos de pesquisa e desenvolvimento de vacinas? Como estamos no Brasil?

Quadros – Bem, outro desafio brasileiro é continuar o esforço que vem sendo feito pelo Instituto Butantan e pelo Bio-Manguinhos para se tornarem auto-suficientes na produção de vacinas. Além disso, seria muito bom que houvesse investimento na área de desenvolvimento de vacinas, para que o Brasil não fique somente absorvendo tecnologia estrangeira, como, em geral, é o caso.

Desafios – Em comparação com outros cen-

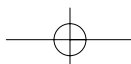
“Também seria bom investimentos no desenvolvimento de vacinas, para que o Brasil não fique somente absorvendo tecnologia estrangeira”

tros de pesquisa no mundo, como são considerados o Butantan e o Bio-Manguinhos?

Quadros – São centros de excelência, mas é claro que não estão no mesmo nível de instituições de países como os Estados Unidos, que fazem investimentos de magnitude muito maior. Não que o Brasil não tenha cérebros para isso, ao contrário, tem cérebros iguais aos daqui, o problema é o investimento que o governo faz. O governo brasileiro nunca fez os investimentos necessários para que o país saia da condição de somente absorver as tecnologias estrangeiras e passe a desenvolver tecnologias. É importante que isso seja feito.

Desafios – O governo acha que é mais barato esperar que a vacina seja desenvolvida lá fora e depois absorver a tecnologia?

Quadros – Não posso responder a essa pergunta porque não estou a par da política do governo nessa área. Minha opinião é pela observação que fiz nos anos em que trabalhei na Organização Pan-Americana da Saúde. Constatei que os investimentos feitos nunca foram suficientes para que realmente o país deslanchasse no desenvolvimento de vacinas. Mas isso pode ter mudado nos últimos dois ou três anos. Acho que o Butantan e a Bio-Manguinhos têm feito investimentos muito importantes. Como eu disse, o parque industrial de vacinas é de qualidade, os cientistas são de primeira magnitude, só falta o investimento. E isso é factível. A Índia, por exemplo, transformou-se num dos principais fornecedores de vacinas para o Unicef. **d**



TRANSPORTE

Pedágio urbano

Os engarrafamentos nas grandes cidades brasileiras não param de crescer, deixando atrás de si um rastro de prejuízos: tempo perdido, combustível desperdiçado, mais acidentes, aumento da poluição e do nível de estresse dos moradores. Para conter essa onda que ameaça paralisar as metrópoles, cada vez mais pesquisadores e gestores recomendam a taxaçoão do uso do carro particular em determinados horários e locais. A medida é extremamente impopular, mas já foi implantada com sucesso em Londres, Oslo e Cingapura.

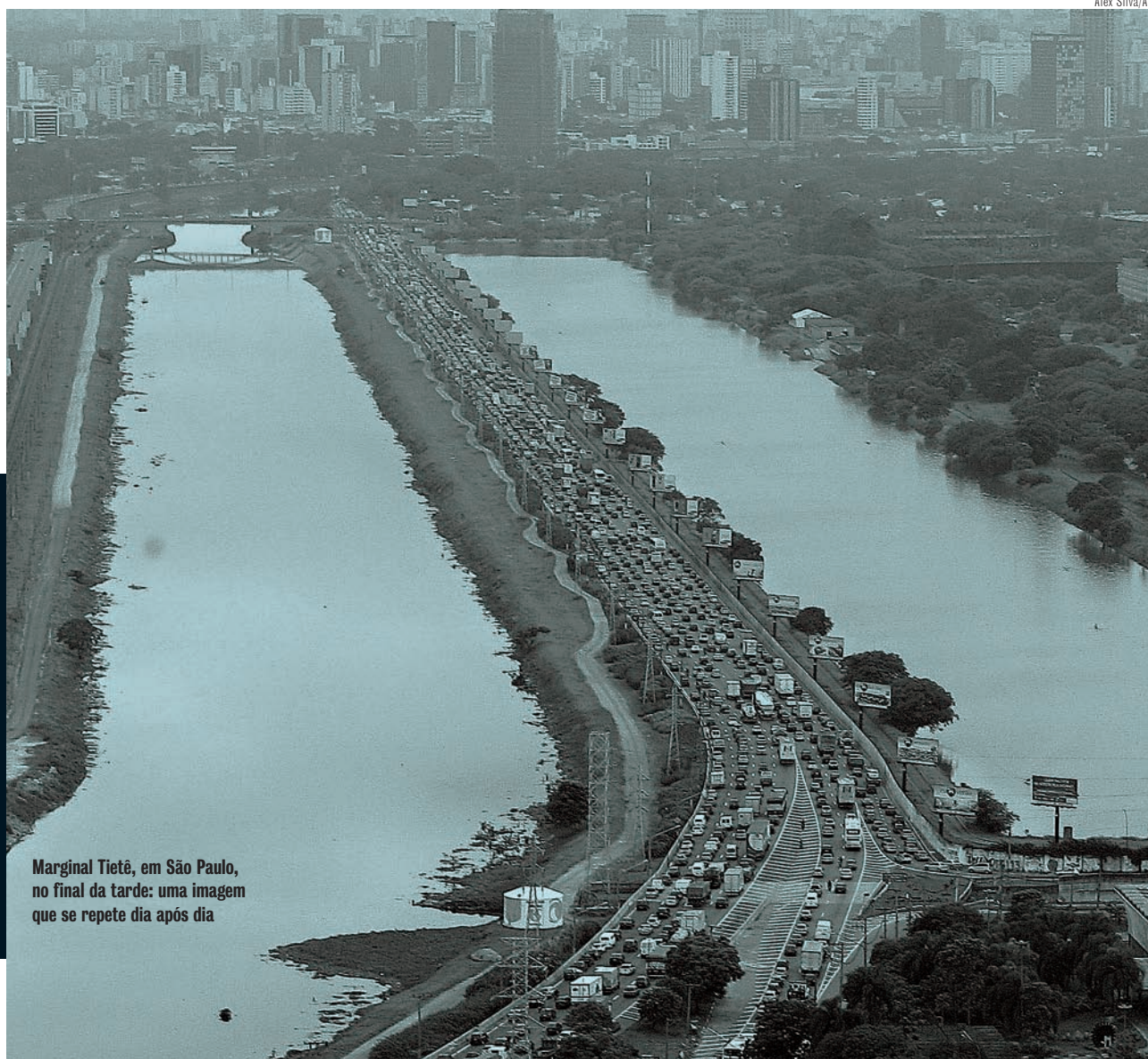
Circulam pelas ruas e estradas brasileiras, de acordo com dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), cerca de 45 milhões de veículos, entre eles automóveis, caminhões, motocicletas, tratores e ônibus (veja gráfico na pág. 18). A região Sudeste concentra 23 milhões desses veículos, dos quais aproximadamente 5 milhões transitam nos 17 mil quilômetros de vias da cidade de São Paulo, o que equivale a um carro para cada dois habitantes (veja gráfico na pág. 19). A cada ponte, túnel, viaduto ou nova via inaugurada, surgem mais carros e mais congestionamentos, e o que parecia solução rapidamente se transforma em mais dor de cabeça. A necessidade de encontrar alternativas para diminuir os congestionamentos de trânsito nas cidades e aumentar a mobilidade das pessoas se

Por Por Lia Vasconcelos, de Brasília

tornou, nas últimas décadas, uma prioridade. O aumento do número de veículos, a insuficiência do espaço viário disponível, a baixa qualidade dos serviços de transporte público oferecidos e o crescimento desordenado das metrópoles contribuem para piorar o funcionamento das cidades. Parece consenso, portanto, que sejam criadas formas para desestimular o uso excessivo do automóvel particular em benefício dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros. Nesse debate, a idéia de implementar uma “taxa de congestionamento” ou um “pedágio urbano” nas cidades brasileiras, por mais impopular que seja à primeira vista, vem conquistando cada vez mais espaço e adeptos.

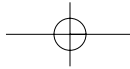
Essa alternativa – a tarifação das vias

saturadas nos horários mais críticos por meio de controle eletrônico – é uma tese debatida há muito tempo. Um dos obstáculos para sua implementação era a falta de tecnologia para identificar o veículo em movimento, dificuldade hoje já superada no Brasil. “A proposta não é taxar a propriedade do veículo. A idéia é taxar o uso inadequado do automóvel para desestimular sua circulação nos dias, horários e locais críticos das grandes cidades. Em várias cidades brasileiras, o uso do espaço viário para estacionamento já é cobrado. Um exemplo é a Zona Azul, em São Paulo, e em outras cidades brasileiras”, explica Alexandre Gomide, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Se tecnicamente o problema já está resolvido – a identificação



Marginal Tietê, em São Paulo, no final da tarde: uma imagem que se repete dia após dia

Alex Silva/AE



Pesquisa mostra que o pedágio urbano é avaliado de forma negativa por 43%

eletrônica do veículo para a cobrança do pedágio já é realidade em diversas rodovias brasileiras –, a impopularidade da medida parece ser o principal problema. “É uma solução difícil de ser implementada. A população vai pensar: vou ter de pagar mais uma taxa por um serviço mal prestado?”, acredita Marco Antonio Ramos de Almeida, superintendente-geral da Associação Viva o Centro, que existe desde 1991 e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da área central da cidade de São Paulo em seus aspectos urbanísticos, culturais, sociais e econômicos.

Opinião Levantamento feito em outubro de 2006 pelo Instituto Synovate Brasil, encomendado pela Associação Brasileira de Monitoramento e Controle Eletrônico de Trânsito (Abramcet), mostra que o pedágio urbano é avaliado de forma negativa por 43% dos brasileiros e 48% dos paulistanos mais especificamente. A pesquisa, realizada em oito capitais e no interior de São Paulo, aponta também que há alto índice de desconhecimento da população sobre o tema. Apenas 37% dos paulistanos, entre motoristas e pedestres, já haviam ouvido falar desse tipo de taxa ou pedágio. Os resultados constataam que 43% disseram não ver nenhum benefício nessa medida. Para 28%, um fator positivo seria a redução do fluxo veicular. E, entre os prejuízos citados, a elevação das despesas dos motoristas foi o escolhido por 58% dos entrevistados.

A opção preferencial pelo transporte individual não é novidade no Brasil (veja gráficos na pág. 21). Para ter uma idéia, nos principais corredores urbanos de transporte, os automóveis ocupam 58% do espaço viário, mas carregam somente 20,5% das pessoas. Já a situação dos ônibus é in-

versa: são o meio de deslocamento usado por 68,7% dos passageiros, mas preenchem 24,6% do asfalto das avenidas e ruas das cidades brasileiras. Proporcionalmente à quantidade de usuários que transportam, os carros ocupam 7,9 vezes mais espaço que os coletivos. Os dados fazem parte de uma pesquisa da Confederação Nacional de Transporte (CNT), concluída em 2002, que avaliou a movimentação de veículos em 27 corredores urbanos de onze municípios – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador, Belém, Goiânia, Campinas e Juiz de Fora. O desequilíbrio é tão grande que ocorre até nas vias com faixas exclusivas para os coletivos, embora a vantagem do carro na ocupação do espaço, nesse caso, seja menor (de 8,7 vezes em relação ao ônibus). Já em corredores sem nenhum tipo de prioridade ao transporte público e com poucos semáforos, a diferença chega a 10,5 vezes.

“Se o modelo de circulação de automóveis não for revisto, vai tornar as cidades brasileiras inviáveis. O caos urbano inviabiliza a economia da cidade. Isso acontece, por exemplo, com as indústrias em São Paulo, que estão migrando para as cidades menores do entorno”, afirma Ieda Maria de Oliveira Lima, consultora na área de transportes e ex-pesquisadora do Ipea. O estudo “Redução das deseconomias urbanas com a melhoria do transporte público”, feito em 1998 pelo Ipea em parceria com a Associação Nacional de Transportes Urbanos (ANTP), indica a importância do investimento no transporte público. Foram analisadas dez cidades – Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, João Pessoa, Juiz de Fora, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo – com o objetivo de avaliar o impacto dos congestionamentos

no acréscimo do consumo de combustíveis, do tempo gasto, das emissões de poluentes, do custo operacional e da frota de transportes coletivos e de ocupação, manutenção e controle do espaço viário. “Apesar de ter dez anos, a pesquisa é muito atual”, acredita Lima.

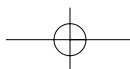
O estudo mostra que, nos períodos de pico da manhã e da tarde, o tempo perdido pelas pessoas no trânsito varia bastante: em Brasília, havia um aumento de 1,5% no tempo do percurso, enquanto em São Paulo esse aumento chegava a 53%. E poderia ser pior se considerarmos que na capital paulista funciona um esquema de rodízio de acordo com a placa do carro que tira de circulação diariamente cerca de 20% da frota nas horas de maior tráfego. Ainda de acordo com a pesquisa, foi verificado que eram gastos 105 mil litros a mais de gasolina pelos automóveis e 2,4 mil litros de óleo diesel pelos ônibus, a cada ano, devido aos congestionamentos severos em horários de pico na capital paulista.

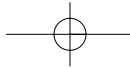
Outro complicador estava no fato de que o engarrafamento tem a capacidade de gerar mais engarrafamento. Como os traslados são mais demorados, é necessário colocar uma quantidade maior de ônibus em circulação para atender a população que não quer passar um longo tempo de espera no ponto. Nas dez cidades pesquisadas, o número de ônibus em atividade aproximava-se de 5 mil, o que gerava impactos da ordem de 2% a 16% nos custos operacionais, implicando tarifas mais altas. A conclusão é que os congestionamentos provocados pelos autos particulares contribuem também para o aumento das passagens do transporte coletivo. Sem falar que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, 30% de todos os gases de efeito

Composição da frota brasileira (dez/2006)



Fonte: Denatran





dos brasileiros e 48% dos paulistanos mais especificamente



Paulo Pinto/AE

Sistema automático de identificação de veículos em movimento é a tecnologia que viabiliza a implantação do pedágio urbano

estufa emitidos pelo Brasil saem dos canos de escapamento dos carros.

Paralisada A impressão de que um dia cidades como São Paulo vão literalmente parar por causa dos congestionamentos não existe à toa. Lá, são registrados quinhentos veículos novos a cada dia útil. Considerando que cada veículo meça, em média, 2,5 metros de comprimento, seriam necessários, diariamente, mais 1,25 mil metros de vias transitáveis só para abrigar os recém-chegados. Claro que também há os que deixam de circular, mas a saída é muito inferior à entrada.

Segundo a pesquisa Origem e Destino de 2002, implementada pelo Metrô paulistano, que investiga as viagens feitas pelos moradores da região metropolitana em todos os meios de transporte, o total de viagens realizadas diariamente entre 1997 e

2002 na região aumentou em 7,2 milhões, passando de 31,4 milhões para 38,7 milhões. Os deslocamentos motorizados passaram de 20,6 milhões para 24,5 milhões em cinco anos e as viagens a pé foram de 10,8 milhões para 14,2 milhões no mesmo período. Em 2002, foi confirmada uma tendência observada desde 1997: houve aumento de participação das viagens individuais (automóvel) em detrimento da participação do modo coletivo (metrô, ônibus). Em 1997, o modo coletivo era responsável por 51% das viagens e o modo individual por 49%. Em 2002, essa relação se inverteu e a participação do modo individual passou para 53% das viagens, enquanto o modo coletivo respondeu por 47%.

“Acredito que o pedágio urbano seja um ótimo instrumento para minorar o problema de tráfego nas grandes metrópoles. Em termos econômicos, é a maneira mais

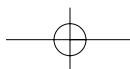
eficiente de fazer com que os motoristas sintam os custos que causam a terceiros, ajustando o fluxo dos veículos a um nível mais perto do que seria o ‘ótimo’ do ponto de vista social”, diz Claudio Haddad, estudioso do assunto e presidente do Ibmecc São Paulo, instituição de ensino de pós-graduação nas áreas de negócios e administração. “Sou favorável ao pedágio urbano desde que os recursos arrecadados sejam investidos no transporte público. Essa medida seria bem-vinda para cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Entretanto, simultaneamente ao pedágio urbano teriam de ser elaboradas políticas públicas que dessem suporte ao pedágio como um plano de investimentos no transporte público, uma política de integração entre o transporte público e o carro, e a criação de ciclovias e de linhas de ônibus executivos. São Paulo é uma bomba-relógio, já chegou

Distribuição regional da frota brasileira (dez/2006)



Fonte: Denatran

Sudeste 52% Sul 22% Nordeste 13% Centro-Oeste 9% Norte 4%



Nos principais corredores urbanos de transporte, os automóveis ocupam

Experiência internacional

Pedágio em Londres, na Inglaterra

- Início** em 17 de fevereiro de 2003
- Horário** das 7 às 18h30, de segunda a sexta-feira
- Área** 22 quilômetros quadrados
- Valor** 5 libras (21 reais)
- Multa** 80 libras (345 reais)
- Resultados** redução de 60 mil veículos por dia, incremento de 20% no número de táxis, 20% no de ônibus, 30% no de bicicletas e 30% no de motos, aumento de 20% no número de passageiros, redução de 17% no tempo das viagens e de 8% no número de acidentes com feridos

Pedágio na Cidade de Cingapura, em Cingapura

- Início** em 1975
- Horário** das 7h30 às 19h30, de segunda a sexta-feira
- Resultados** redução do trânsito em 47% no período da manhã e de 34% no período da tarde, a procura pelo transporte público cresceu 63% e o uso do automóvel diminuiu 22%

Pedágio na Noruega

- Início** em 1990 nas cidades de Bergen e Oslo; em 1991 em Trondheim; e em 2001 em Stavanger
- Resultados** redução em 10% dos congestionamentos no horário de pico, e os recursos arrecadados com o pedágio são usados em projetos ambientais

Outras restrições ao uso do automóvel

- Rodízios de placas** São Paulo, Cidade do México, no México, Atenas, na Grécia, e Roma, na Itália

Fonte: ANTP



O uso do espaço urbano já tem algumas formas de cobrança, como a Zona Azul, em São Paulo

a seu limite. O Rio de Janeiro está no mesmo caminho”, afirma Nazareno Sposito Neto Stanislau Affonso, coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade e do escritório em Brasília da ANTP.

“Uma boa saída é implantar o pedágio gradativamente, não sem antes oferecer um sistema público de qualidade para a população. E não é um projeto para qualquer cidade. São Paulo e Rio de Janeiro são as mais fortes candidatas a implementar essa medida entre cinco e dez anos. Entretanto, ainda não é possível estimar o valor que o pedágio poderia ter”, diz Ailton Brasiense Pires, especialista em transporte e trânsito, e ex-diretor do Denatran. Em sua opinião, para que possa cobrar pelo uso dos automóveis, o governo precisa oferecer a contrapartida. “Hoje, se 20% a mais de pessoas decidirem se locomover de ônibus e metrô em São Paulo, simplesmente não haverá espaço. Antes de mais nada, é preciso criar esse espaço”, explica Pires.

“Ainda temos de avançar muito antes de pensar em implantar o pedágio urbano. Seria necessário realizar um profundo estudo. Primeiro precisamos evoluir muito em políticas públicas que articulem o uso do solo ao transporte urbano”, afirma Diana Meirelles da Motta, ex-secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do governo do Distrito Federal e pesquisadora do Ipea. Há dois projetos do governo paulista que indicam uma preocupação cada vez maior com a mobilidade e o trânsito na cidade. O primeiro é a instalação de equipamentos que permitem a identificação e a localização automática de veículos que circulam por uma área específica da cidade. Trata-se de um sistema de radiofrequência que prevê a colocação de antenas em algumas vias e a instalação de etiquetas eletrônicas com chips em alguns automóveis e ônibus, cuja circulação nessa região passará a ser monitorada, sendo possível saber onde eles estão e seus tempos de percurso. A ideia é usar as informações coletadas para estu-

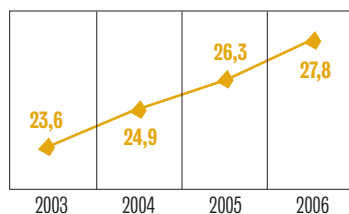
58% do espaço viário, mas carregam somente 20,5% das pessoas

dar ferramentas de gerenciamento do trânsito e do transporte público.

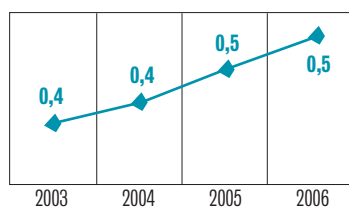
O segundo projeto do governo do estado prevê a construção de pistas elevadas e com cobrança de pedágio sobre a marginal do rio Tietê, uma via expressa formada por um conjunto de avenidas que se transformam fisicamente em apenas uma e que margeiam o rio Tietê na cidade de São Paulo. As avenidas teriam novas vias expressas com pedágio, e as atuais pistas continuariam sem cobrança. Na prática, os 24,5 quilômetros da marginal, por onde circulam cerca de 750 mil veículos por dia, passariam a ter onze faixas em cada sentido – quatro secundárias, três semi-expressas e quatro expressas. Hoje, são sete faixas na maior parte da via. Nesse caso, entretanto, seria um pedágio diferente, já que os recursos arrecadados seriam revertidos para o investimento feito na construção das novas faixas, calculado em 1 bilhão de reais. Já o pedágio urbano teria outra finalidade: taxar tão somente o uso do carro.

Para dar respaldo legal aos municípios que queiram adotar propostas desse tipo, o governo federal preparou um projeto de lei que deve, em breve, ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação. O projeto do Ministério das Cidades estabelece diretrizes da política nacional de mobilidade urbana e permite às prefeituras a adoção de diversos instrumentos de racionalização do espaço viário, incluindo a taxação pelo sobrecusto do automóvel. “O município tem autoridade para construir pedágios e aplicar outras medidas de racionalização do sistema viário, porém algumas ações das prefeituras acabam sendo questionadas juridicamente e até derrubadas. A lei é importante justamente porque estabelece todo o amparo legal necessário para que isso não aconteça mais”, explica José Carlos Xavier, secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades. Segundo ele, o projeto tem dois objetivos: articular a política de mobilidade ao transporte coletivo e ao uso do solo, e abrigar e dar condições legais para qualquer questionamento que possa vir a ocorrer em

Evolução da frota brasileira de automóveis (em milhões de veículos)



Evolução da frota brasileira de ônibus (em milhões de veículos)



Fonte: Denatran

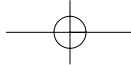
relação a medidas de racionalização do espaço viário. “A definição do destino dos recursos do pedágio urbano, que devem ser revertidos para o transporte público, vai acontecer posteriormente por meio de uma regulamentação local ou de uma emenda parlamentar, pois é importante que essa definição conste da lei”, acredita Xavier.

Lá fora A discussão não é polêmica só no Brasil. Na Cidade de Cingapura, em Cingapura, em Oslo, na Noruega, e em Londres, na Inglaterra, o pedágio urbano, apesar de já ser uma realidade, enfrentou resistências iniciais da população. As principais críticas diziam respeito ao caráter arrecadatório e às eventuais dificuldades logísticas para a implementação e o bom funcionamento da medida. Hoje, o cenário é outro. A população acabou convencida dos benefícios. Na Cidade de Cingapura, onde a cobrança existe de 1975, o trânsito, embora ainda intenso, diminuiu 17%. Já em Oslo a população só se convenceu do pedágio depois que o

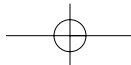
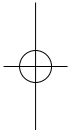
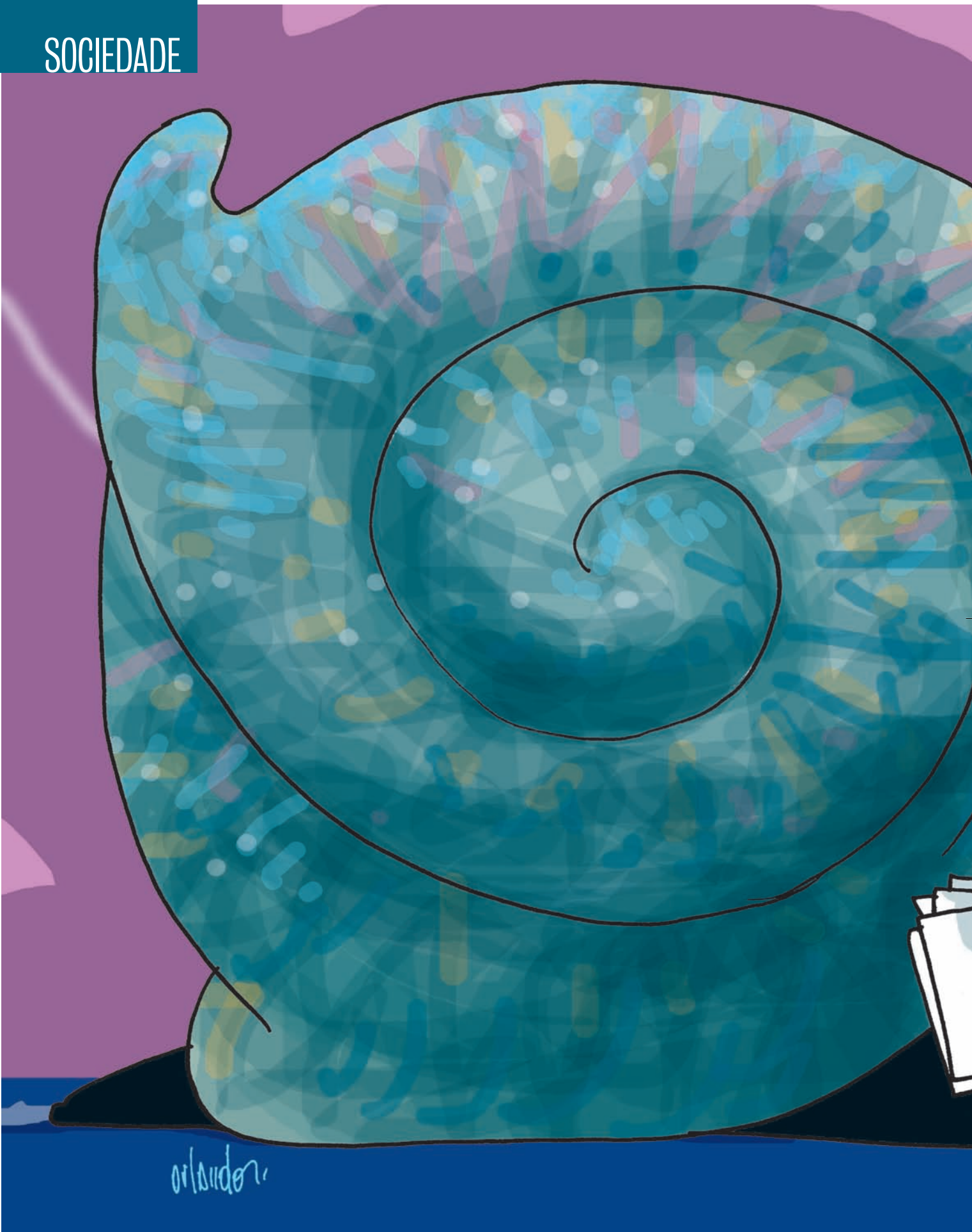
governo decidiu destinar 25% do arrecadado ao transporte público.

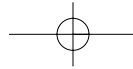
Na capital londrina, o pedágio urbano existe desde fevereiro de 2003. Lá, para entrar numa área de 20 quilômetros quadrados no centro da cidade, entre 7 horas da manhã e 18h30, de segunda a sexta-feira, os veículos têm de pagar 5 libras (cerca de 21 reais) por dia. O pagamento é antecipado e pode ser feito por telefone, Internet, no correio ou em lojas autorizadas. Mas quem esquecer pode pagar, sem multa, ainda no mesmo dia em que entrou na área pedagiada. A multa para quem não pagar é 80 libras (por volta de 345 reais). Estão isentos ônibus, táxis, motos, bicicletas, ambulâncias, carros de polícia e veículos para deficientes físicos. O controle é feito por novecentas câmeras, espalhadas por 230 pontos, que fotografam a placa do veículo. A foto é enviada a um centro de processamento de dados, onde o número é conferido com o pagamento. Além disso, unidades móveis de fiscalização circulam pelo centro no horário do pedágio, também conferindo as placas e os pagamentos.

Em média, 98 mil pessoas têm pago o pedágio diariamente e 3 mil a multa. Por ano, o sistema de cobrança tem gerado lucro líquido de 70 milhões de libras (cerca de 300 milhões de reais). Esse dinheiro é usado para cobrir os custos da implantação do sistema, que foram de cerca 200 milhões de libras (aproximadamente 800 milhões de reais). Parte da arrecadação também vai para o melhoramento do transporte público na cidade. O impacto do pedágio em Londres foi grande. Hoje, circulam cerca de 60 mil veículos a menos por dia, o que representa uma redução de 30%. Houve um incremento de 20% no número de táxis, 20% no de ônibus, 30% no de bicicletas e 30% no de motos. O tempo das viagens diminuiu, em média, 17% e a velocidade dos veículos em geral aumentou de 14,3 para 16,7 quilômetros por hora. Além disso, houve redução de 8% no total de acidentes com feridos. Será que seria essa a saída para melhorar o trânsito caótico de algumas de nossas cidades? **d**



SOCIEDADE

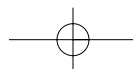
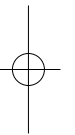




Sem toga

Por **Giedre Moura**, de São Paulo

Sistemas alternativos de acesso à Justiça crescem no país com o objetivo de contornar a morosidade do sistema tradicional. Conciliação, mediação e arbitragem são os métodos cada vez mais aplicados, inclusive na tentativa de levar justiça àqueles que não têm condições de buscá-la.



O sistema alternativo mais conhecido e bem-sucedido na esfera privada são as câmaras

Papéis empilhados mesmo em tempos da mais alta tecnologia. É essa a imagem que surge na nossa mente quando pensamos no que é a Justiça brasileira: lenta e complexa. Ainda que a Justiça seja um direito de todo cidadão, sua capacidade de resolver problemas de forma abrangente está cada vez mais limitada. Os órgãos públicos recebem a todos que querem reclamar por algo, mas a confiança em que uma resolução virá dentro de um tempo aceitável é rara. Diante do contexto de morosidade, que não deve mudar no curto prazo, a sociedade vem criando formas alternativas, mas não menos justas, de brigar por seus direitos.

As opções ao Judiciário formal podem ser encontradas tanto em projetos públicos como em totalmente privados. Existem câmaras formais particulares – e amparadas pela lei – autorizadas a solucionar impasses. Na esfera pública, o objetivo dos projetos alternativos é levar formas de acesso à Justiça para as camadas menos favorecidas da população, que não possuem conhecimento nem mesmo recursos para pagar um advogado.

Arbitragem O sistema alternativo mais conhecido e bem-sucedido na esfera privada são as câmaras de arbitragem. Pelo menos duzentas câmaras de negociação estão funcionando no país amparadas pela Lei n.º 9.307, a Lei da Arbitragem, que completou dez anos em novembro de 2006 (veja gráfico ao lado). “Não existe ainda um censo preciso da arbitragem no Brasil. Mas as câmaras estão crescendo à medida que aumenta o conhecimento das pessoas físicas e jurídicas a respeito dessa forma de solucionar conflitos fora do Judiciário tradicional”, explica Cássio Telles Ferreira Netto, presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima).

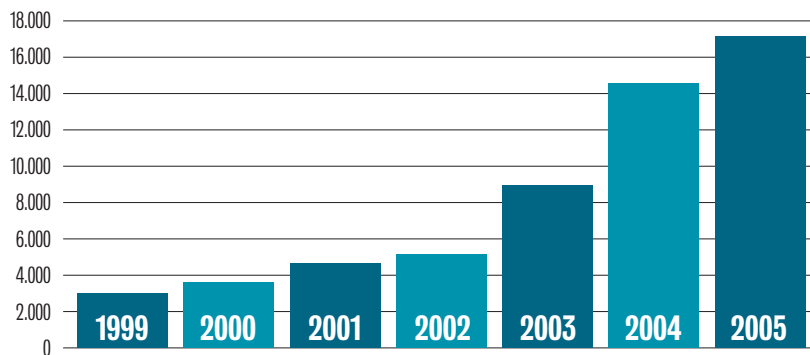
Uma câmara de arbitragem nada mais é que um corpo de júri, e os árbitros são escolhidos e aprovados pelas duas partes. Ou seja, os envolvidos no conflito escolhem

um ou mais profissionais, sempre em número ímpar, para analisar a questão e, ao final do processo, dar uma resolução ao problema. Qualquer pessoa pode se tornar um árbitro, tanto um advogado como um profissional liberal, o que vale é o grau de conhecimento sobre o assunto que será julgado. “A diferença entre o árbitro e um juiz é que o árbitro é um especialista. Se for um caso envolvendo saúde, por exemplo, as partes podem optar por ter um médico que conheça profundamente o assunto”, explica Carlos Alberto Carmona, advogado e professor de direito da Universidade de São Paulo (USP), que fez parte da comissão de elaboração da Lei de Arbitragem.

Após a indicação dos profissionais, iniciam-se as audiências. A informalidade do processo é outra diferença em relação ao Judiciário tradicional, pois a participação do advogado, embora presente na maioria dos casos, é opcional. E os termos técnicos e os jargões do direito são dispensados. Alguns processos de arbitragem são resolvidos em apenas uma audiência; outros, no entanto, podem exigir um número maior de encontros e a resolução só chegar em dois anos. Em média, os processos arbitrais duram seis meses, e o que for decidido tem valor legal, não podendo ser questionado na Justiça comum. Quem faz a opção pela arbitragem deve saber



Procedimentos arbitrais administrados



Fonte: Conima

de arbitragem. Pelo menos duzentas câmaras de negociação estão funcionando no país



Ilustração Orlando

que, se não ficar contente ao final do processo, não terá direito a recursos. A Justiça comum só trabalha no processo de arbitragem quando é necessário obrigar alguém a executar a sentença – por exemplo, fazer o pagamento de uma indenização.

Exatamente pelo fato de funcionar com a mesma legalidade de uma decisão do Judiciário é que a Lei de Arbitragem demorou alguns anos para entrar em funcionamento efetivo. Marcelo Antonio Muriel, presidente da Comissão de Arbitragem da Organização dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP), lembra

que no início o fato de transferir para o setor privado decisões que tramitavam no Judiciário formal causou estranheza à classe jurídica. “Mas, após estudos e maior conhecimento da lei, todos chegaram à mesma conclusão: o processo é lícito e produtivo. Praticamente toda a classe jurídica é a favor da arbitragem. A OAB dá total apoio ao sistema.” Muriel lembra também que a arbitragem não é uma novidade de dez anos, ela existe há séculos. Em culturas orientais, como a japonesa, o cidadão mais velho é chamado a arbitrar, pois é considerado capaz de analisar conflitos e

dar a eles uma solução que não é questionada pelos menos experientes.

O Conima informa que, atualmente, a maior parte das ações que chegam para a arbitragem – cerca de 70% – trata de questões de direito do trabalho. O restante se divide em direito comercial e empresarial, envolvendo, principalmente, discussões a respeito dos contratos. “Ações societárias também aparecem nas câmaras, e uma das vantagens que o sistema privado oferece é o sigilo, algo que não é possível no Judiciário público. Já existem empresas que efetuam contratos com outras pessoas jurídicas

Levantamento aponta que existem mais de sessenta programas alternativos no país

Ilustração Orlando



colocando uma cláusula arbitral, ou seja, se existir alguma controvérsia, ela terá como local de discussão uma câmara arbitral, e não o Judiciário comum”, conta Ferreira Netto.

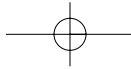
É o caso da Associação Brasileira de Franchising (ABF). O escritório associado à ABF orienta, sempre que possível, os franqueadores e franqueados a inserir a cláusula arbitral como forma de garantir que, num futuro conflito, a medida alternativa possa ser utilizada. “O varejo é um negócio muito veloz, e por isso a arbitragem é mais interessante. No caso das franquias, há uma lei específica e os árbitros especialistas têm uma visão mais clara e atualizada que a Justiça padrão”, opina Thais Mayumi Kurita, sócia do Novoa

Prado, escritório associado à ABF.

Na rede de concessionárias Japauto, localizada na Grande São Paulo, a arbitragem é a solução recomendada para casos complexos de conflitos com o consumidor. “Tivemos um problema com uma moto que, segundo o proprietário, pegou fogo sozinha. Estamos estudando o caso para entender o que ocorreu e não bastaria apenas arrumar a moto, seria preciso ter um instrumento legal para entrar em acordo com o proprietário num caso tão incomum”, conta Elisângela Oliveira, analista jurídica da empresa. O conflito foi resolvido numa única sessão arbitral, quando os árbitros definiram que, além dos reparos, a concessionária deveria pagar uma taxa por danos ao consumidor. “O

cliente ficou satisfeito e em menos de quarenta dias tudo estava resolvido. Enquanto temos casos na Justiça comum que se arrastam há anos,” diz Elisângela Oliveira.

Limitações A arbitragem não pode, porém, resolver todos os problemas legais, e sua lista de limitações não é pequena. Embora seja uma alternativa que já tenha solucionado 56 mil casos ao longo da década somente entre os associados do Conima, o sistema não pode enquadrar crimes ou a definição da guarda de uma criança, por exemplo. O mecanismo alternativo vale apenas para o que é chamado de bem disponível, ou seja, dinheiro e patrimônio privado. Discussões de particulares com estatais também não podem apelar para o



que buscam, por meio da conciliação, levar justiça às populações mais pobres



juízo arbitral. “O problema é que o grande cliente do Judiciário é o poder público e, nesse caso, os sistemas alternativos não podem ajudar muito. Segundo um estudo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), 62% dos processos nesse tribunal têm a Caixa Econômica Federal (CEF), a União ou o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como parte. Os sistemas alternativos têm vantagens na rapidez e são interessantes, mas sozinhos não vão resolver o problema da morosidade do Judiciário brasileiro”, pondera Armando Castelar Pinheiro, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Custos também são diferentes quando comparados a Justiça tradicional. A princípio, a arbitragem pode parecer mais cara,

pois, embora a presença de um advogado não seja obrigatória, as partes preferem estar acompanhadas de profissionais que conhecem as leis. E, tratando-se de um serviço privado, existe o pagamento de taxas. A forma de cobrar geralmente está baseada em um percentual da ação que pode chegar a até 10% do valor do processo. No Judiciário, a taxa é 1%. “Mas é preciso ver que as empresas pensam diferente. Pagar uma taxa inferior e ficar muito tempo na Justiça não é interessante. A rapidez compensa o preço em muitos casos”, avalia Aparecido Scorsato, diretor do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo (Caesp).

Hora de conversar Mediação e conciliação são outras metodologias alternativas na busca por uma solução de controvérsia. A mediação, como o próprio nome diz, emprega no processo um mediador que tenta chegar, junto com as partes, a uma solução sem que seja expedido um documento oficial, como na arbitragem. O mediador também é escolhido em comum acordo entre os beligerantes, e para que uma solução seja alcançada é preciso boa vontade de todos para conversar e ouvir a opinião dos profissionais envolvidos.

Alguns especialistas chegam a classificar a mediação como um passo anterior à arbitragem, sendo muito utilizado em questões de família e societárias. “Há uma lei em discussão e a mediação está começando a conquistar seu espaço. A área ambiental, por exemplo, está descobrindo essa ferramenta, pois são questões que precisam de agilidade para as duas partes”, afirma Adolfo Braga Neto, presidente do Instituto de Mediação e Arbitragem (Imab). Recentemente, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) aderiu ao sistema de mediação com a inauguração de sua Câmara de Mediação e Conciliação (Camfiesp).

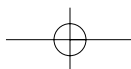
Já a conciliação tem mecanismos muito parecidos com a mediação, mas ocorre quando o processo já está instalado. Uma das formas de conciliação, em operação no país, pode ser vista em projetos que têm

como objetivo levar a Justiça às populações mais pobres. As iniciativas nesse sentido quase sempre estão relacionadas ao poder público, que cria em centros comunitários, como os Centros de Integração da Cidadania (CIC), em São Paulo, um corpo de profissionais composto de juizes, defensoria pública, policiais civis, além de especialistas e voluntários que atuam no sentido de conciliar pessoas envolvidas nas mais diversas disputas. De uma briga de vizinhos ao pagamento de pensão, por exemplo.

Um panorama desse universo foi mapeado pela socióloga Jacqueline Sinhoretto, que atuou como consultora do estudo “Acesso à Justiça por sistemas alternativos de administração de conflitos”, encomendado pelo Ministério da Justiça. Ela mapeou mais de sessenta programas alternativos em todo o país. A pesquisadora estudou ainda o tema em seus trabalhos de mestrado e doutorado e indaga: “Uma discussão que existe é se as alternativas são formas reais de acesso ou mecanismos ainda maior de exclusão por isolar as pessoas da Justiça comum”. Uma questão ainda sem resposta, segundo a socióloga.

Existe a hipótese de que a falta de acesso à Justiça pode contribuir para o aumento da violência. Ao não ser atendida, a população se revolta e decide fazer justiça com as próprias mãos. Ao longo de suas pesquisas, Sinhoretto também estudou casos de linchamento que ocorreram justamente pela falta de punição na periferia de São Paulo. “Só temos de fugir de uma análise simplista, confiando que, ao dar acesso aos sistemas legais, a violência vai acabar. Esse é apenas um dos lados da violência”, reflete a socióloga.

É importante lembrar que, mesmo instalando sistemas de conciliação para a população de baixa renda, há casos que não podem ser mediados por sistemas alternativos. “Não dá para chegar a um acordo entre o marido e a mulher que apanha. São crimes que precisam ir para a Justiça comum”, informa Sinhoretto. Outro impasse é que muitas vezes a conciliação não ocorre mesmo que as partes cheguem a



Sistemas alternativos são bons, mas sozinhos não conseguem aliviar a carga do Judiciário



um acordo na frente do mediador. Um caso clássico é a briga por pensão alimentícia, quando o marido que não tem emprego formal assume que vai pagar uma quantia, mas no mês seguinte não arca com a dívida, e toda a conciliação anterior deixa de existir.

Alguns dos problemas enfrentados pelos projetos de conciliação, tanto os públicos como os mantidos por organizações não-governamentais (ONG), são a falta de recursos e a instabilidade. Os CICs, em São Paulo, não são mais dedicados totalmente ao atendimento judicial, algumas de suas unidades atualmente estão mais voltadas para ações como emissão de documentos, informa Sinhoretto. No Rio de Janeiro, o projeto O Balcão de Direitos, mantido pela ONG Viva Rio, foi descontinuado no ano passado.

O Balcão prestava orientação jurídica e busca de soluções pacíficas para conflitos por meio de ações de mediação em diversas favelas cariocas. Até o ano de 2004,

período em que esteve mais ativo, o Balcão registrou 77 mil atendimentos. A falta de recursos e a reorientação do foco da entidade para outras áreas, como o controle de armas, levaram ao fim dessas atividades. “O projeto cumpriu seu papel”, avalia Rodolfo Noronha, um dos coordenadores do Balcão de Direitos. “Foram anos muito ativos e diversas iniciativas nos mesmos moldes foram efetivadas, inclusive dentro da própria esfera judicial”, lembra Noronha, citando projetos como o Justiça Comunitária, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A experiência de Brasília conta com agentes comunitários que vão até a população levar informações jurídicas e criar ambientes de mediação.

É bom lembrar que a conciliação é uma prática que sempre existiu no Judiciário. O juiz tenta, sempre que possível, estabelecer um acordo entre as partes. Mas o que tem sido observado ultimamente dentro dos tribunais é um maior esforço em promover acordos, criando ações iti-

nerantes e atendimentos focados na conciliação. No Tribunal de Justiça de São Paulo, o Setor de Conciliação, coordenado pela juíza Maria Lúcia Pizzoti, tem como meta conseguir reduzir o tempo de um recurso, que pode chegar a cinco anos, para trinta dias. O sistema tem funcionado, já que o índice de acordos, em alguns meses, ultrapassa a casa dos 70%.

A conclusão dos especialistas é que os sistemas alternativos são bem-vindos, mas sozinhos, por maior que seja a popularização, nunca serão capazes de aliviar de fato a grande carga que existe no Judiciário. A reforma continua em pauta. Pinheiro, do Ipea, alerta ainda para o fato de que a situação de insegurança do Judiciário brasileiro é uma das grandes barreiras ao desenvolvimento econômico, pois desestimula a aplicação de recursos. Os passos iniciais são: “Melhorar a qualidade das leis, aprimorar a gestão e, principalmente, mudar a cultura dos operadores do direito”, conclui o pesquisador. **d**

Lei Maria da Penha: a caminho de um ponto final?



“No lugar de bordões como ‘Em briga de marido e mulher, não se mete a colher’, o combate à violência doméstica traz como lema a frase proferida pela deputada Jandira Feghali, relatora do projeto: ‘Dois pontos no rosto. Quatro pontos na mão. Três pontos na perna. Vários pontos na alma. Um ponto final’”

A violência doméstica contra as mulheres é, ainda hoje, uma realidade na sociedade brasileira, vitimando parcela expressiva da população feminina, que, em alguns estudos, atinge cerca de 40%. Cumprindo os preceitos constitucionais de garantia à vida, à segurança e à proteção da família e com o intuito de combater esse tipo de violência e estimular a denúncia dos agressores – predominantemente, atuais e ex-companheiros –, o governo federal sancionou, em 7 de agosto, a Lei nº 11.340/06. Após anos de luta do movimento feminista e de mulheres, o Estado brasileiro cumpre os acordos internacionais ratificados, alterando sua legislação e tipificando a violência doméstica como crime e como violação dos direitos humanos.

A lei estabelece que qualquer agressão física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral passa a ser entendida como violência doméstica e todo registro efetuado nas delegacias deve, obrigatoriamente, gerar um inquérito policial. Se, até então, os atos de violência doméstica eram entendidos como de menor potencial ofensivo, com a nova lei a autoridade policial pode prender o agressor em flagrante, e sua prisão preventiva pode ser decretada. Ademais, ficam proibidas penalidades de caráter pecuniário, sendo estas substituídas por medidas como suspensão do porte de armas, afastamento do lar e encaminhamento do agressor a programas de recuperação e reeducação. A pena de detenção passa a ser de três meses a três anos.

Às mulheres em situação de violência, fica garantido o encaminhamento, se necessário, a programas e serviços de proteção sem perda dos direitos à guarda dos filhos; a suspensão de procurações conferidas ao agressor; e a restituição de bens por ele subtraídos, entre outras medidas. A lei determina, ainda, que durante todo o processo judicial a mulher esteja acompanhada de um advogado, sendo a ela assegurado o acesso à Assistência Judiciária Gratuita.

O julgamento dos crimes de violência doméstica torna-se de responsabilidade dos Juizados Espe-

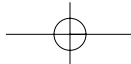
cializados de Violência Doméstica e Familiar, criados pela nova lei. O objetivo é dar maior celeridade aos processos e garantir às mulheres um atendimento adequado, com profissionais mais capacitados e sensíveis às questões simbólicas que envolvem esse fenômeno. O Distrito Federal deu o passo inicial e inaugurou o primeiro desses juizados, tendo sido seguido por várias outras unidades federativas.

Após a promulgação da lei, muitos são os relatos de aumento das denúncias, tendo algumas delegacias noticiado que as ocorrências dobraram nos trinta dias posteriores à vigência da lei. As expectativas são as melhores, mas muitas são as dificuldades a serem vencidas. A falta de recursos físicos e humanos nas delegacias e nas Varas dificulta a persecução penal. Há ainda um grande desconhecimento da lei por parte das vítimas, além de motivos de natureza cultural e psicológica – tais como vergonha e sentimento de ligação afetiva ao companheiro –, que contribuem para os baixos índices de notificação.

A superação da violência doméstica requer abalos na ordem social, cujas raízes patriarcais contribuem para (re)produzir um sistema de relações sociais baseado numa hierarquia na qual o homem ocupa o pólo dominante e a mulher o dominado. A promulgação de uma lei como essa – batizada de Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense que, em 1983, sofreu duas tentativas de homicídio cometidas pelo marido e ficou paraplégica – contribui para romper esses paradigmas, desnaturalizando-os e retirando a violência doméstica da invisibilidade do âmbito privado. É, sem dúvida, uma vitória de toda a sociedade, que valoriza a paz, os direitos humanos e a igualdade entre todos.

No lugar do bordão “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, o combate à violência doméstica traz como lema uma frase da deputada Jandira Feghali, relatora do projeto: “Dois pontos no rosto. Quatro pontos na mão. Três pontos na perna. Vários pontos na alma. Um ponto final”.

Luana Pinheiro é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)



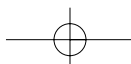
ECONOMIA

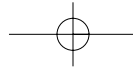


“E o movimento vai crescendo
Vai aumentando em amplitude
Sobem pregões vindos da praça
Começa o povo a aparecer
Quem quer comprar neste novo dia
A alegria de viver?”

P o r E l i a n a S i m o n e t t i , d e S ã o P a u l o

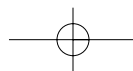
Inserida em um rol de medidas adotadas para impulsionar o desenvolvimento econômico do país, a lei que cuida de micro e pequenas empresas permite que um enorme contingente de empreendedores deixe a informalidade, invista em inovação e prospere. Empresariar continua a ser um desafio, mas agora ficou um pouco mais fácil encará-lo. Batida a claquete, é preciso que todos entrem em ação





Luciano Grütmer - Buratto/Folia Imagem

Pequenas, mas poderosas



O fortalecimento das micro e pequenas empresas contribui para o combate

O texto que serve de legenda à imagem de abertura desta reportagem é um trecho do poema “Um novo dia”, de Vinicius de Moraes. Aparece aqui para dar o tom do que se trata nestas páginas: medidas tomadas pelo governo federal, nas últimas semanas, para animar a economia e fazer o Brasil crescer. Como se verá adiante, muitas das providências dizem respeito a impostos, burocracia, crédito. Há, entretanto, um sentido subjacente nos pacotes anunciados. Eles surtirão efeito desde que a sociedade se mobilize. De um lado, para garantir que as normas saiam do papel para a realidade e não se esvaíam com o tempo. De outro, para buscar sucesso em associações e organizações robustas, independentemente de atos ou benesses do poder público.

Aos fatos. O setor produtivo recebeu uma injeção de dinheiro. Para que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 4,5% em 2007, e a média fique em 5% entre 2008 e 2010, os governos abrirão mão de arrecadar algo entre 6 bilhões e 8 bilhões de reais, segundo cálculos do Ministério da Fazenda. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) envolve vários setores, inclui providências concretas e traça linhas de ação para o futuro. É a novidade mais abrangente da temporada (leia quadro na pág. ao lado). Outra medida diz respeito às micro e pequenas empresas (MPE) – as que mais crescem e são responsáveis pelo maior volume de salários pagos entre as companhias brasileiras (leia quadro na pág. 36). Poder e capilaridade explicam o fato de que seu fortalecimento contribua para o combate à pobreza, a redução da informalidade, a interiorização do desenvolvimento e o incremento da atividade produtiva como um todo. Estima-se que, hoje, as MPEs sejam 15 milhões e gerem 20% do PIB (leia quadro na pág. 35). Precisam ganhar massa muscular. Nas economias desenvolvidas, elas produzem, em média, 50% do PIB.

Daí a importância da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, apelidada de Supersimples. Suas determinações afetam grande número de atividades e tributos.

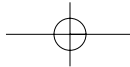
Facilitam o acesso ao crédito e as vendas para governos. Também incentivam o associativismo e induzem atividades informais à regularização. “Cada empreendedor deve buscar informações antes de decidir o melhor formato a ser adotado em seu negócio, pois há inúmeras variáveis a considerar”, recomenda Paulo Lauro, tributarista do escritório Tess Advogados, de São Paulo. Mas, de maneira geral, como diz a advogada Lúcia Azevedo, do mesmo escritório, “a lei beneficia um grande número de empresários e traz a esperança de um modelo futuro em que os negócios possam se concretizar e crescer sem que os governos tenham perder arrecadação”.

Urgência A nova lei não atende a todas as expectativas, mas é um passo importante. Foi debatida por três anos e aprovada num cenário de urgência. Os indicadores da Sondagem Industrial da Confederação Na-

cional da Indústria (CNI) revelaram que no último trimestre do ano passado as pequenas empresas – ao contrário do que se deu com empreendimentos de maior porte – registraram queda na produção, no faturamento e no número de empregados. Era preciso reverter o quadro rapidamente. Tanto que, como num filme, nem bem foi batida a claquete, o município capixaba de Cariacica entrou em ação. A prefeitura isentou os empresários da taxa Habite-se, que incide sobre seus imóveis, e reduziu à metade a alíquota de Impostos sobre Serviços (ISS) cobrada a empresas dos setores moveleiro, têxtil e de confecção – os mais fortes na região. Para incentivar a formalidade e a realização de novos empreendimentos, dias depois da sanção da Lei Geral já era permitido, na cidade, que estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços funcionassem em domicílios. Os trâmites para abertura e regularização de empresas foram



Entre as categorias beneficiadas pelo Supersimples estão academias de ginástica e até professores de capoeira



à pobreza, a redução da informalidade e a interiorização do desenvolvimento

reduzidos. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico calcula, assim, ter beneficiado cerca de 12 mil negócios.

O povo que realiza anda ávido por espaço e um ambiente de trabalho melhor. No final de janeiro, a empresária paulista Gelma Franco foi informada, por seu contador, de que seria uma boa opção a adesão ao Supersimples de sua empresa, o Il Barista. “Pela nova lei, o pagamento de impostos e a escrituração da empresa são simplificados. Mesmo que os custos não caiam, porque a contratação de empregados continua muito onerosa, a administração do dia-a-dia poderá ser facilitada”, diz. “Além disso, o estímulo ao associativismo pode fazer com que os empresários se mobilizem e divulguem a marca Brasil no exterior.” Gelma Franco é um exemplo de empreendedora bem-sucedida. Em 2003, depois de um ano de estudo, planejamento e pesquisa, decidiu montar a primeira butik de

cafés do país. Vendeu o apartamento em que morava, passou cinco meses discutindo para conseguir alugar o ponto que julgava ideal para seu negócio, criou logomarca, montou cardápio e decoração. Pôs mãos à obra, de fato. Cuidou da contratação de funcionários, da recepção dos clientes, da contabilidade. Passaram-se oito meses até que o rendimento cobrisse as despesas. Hoje a empresária tem quatro lojas, 22 funcionários e muitos planos. Quer formar um centro de treinamento para profissionais do ramo, exportar pó de cafés especiais e, quem sabe, expandir sua rede para o exterior.

Também existem os que se beneficiam indiretamente. Há em São Paulo um estabelecimento que, no mesmo espaço, oferece serviços de padaria, butique de carnes, frios, sorveteria, mercado de frutas e verduras, restaurante e lanchonete. É o Tortula, nome de um pão medieval recheado com carne. A idéia tem sido um sucesso e a empresa cresce rapidamente. “A nova lei

não traz reflexos diretos para o Tortula, pois nosso faturamento anual é superior ao teto estabelecido para micro e pequenas empresas, mas pode baratear preços de alguns de nossos fornecedores”, diz Renato Mota, um dos sócios. Para ele, que emprega muita gente, mais importante seria se o governo cuidasse de desonerar a folha de pagamentos.

E, claro, não faltam aqueles que ficaram de fora e não estão contentes. Leonardo Pessanha tem uma microempresa de assessoria de imprensa, a LP17 Comunicação. Sua área ficou excluída dos benefícios do Supersimples. “Há comerciantes com faturamento muito maior do que o nosso pagando muito menos impostos”, diz. “A nova lei significa um avanço, mas poderia ser mais democrática e abrangente. Ainda é necessária uma combinação de sonho e coragem com muita persistência para abrir e manter uma microempresa.”

O volume de reformas de que o país ne-

Pé na tábua

Para acelerar o crescimento

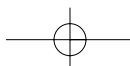
O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 22 de janeiro, desonera e incentiva a iniciativa privada, aumenta investimentos públicos e aperfeiçoa a política fiscal, entre outras providências. É composto de medidas provisórias (MP) e projetos de lei encaminhados ao Congresso. Os projetos a serem analisados pelos parlamentares tratam de controle de aumento de despesas com pessoal e encargos sociais da União; cooperação de entes federativos na proteção ao meio ambiente; normas de licitação e contrato da administração pública; valor e política de valorização do salário mínimo; e parâmetros para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em resumo, as principais medidas já em vigor são as seguintes.

- **Impostos** — As datas de recolhimento foram alteradas para facilitar a administração do fluxo de caixa das empresas. Investimentos em insumos e serviços para projetos de infra-estrutura nos setores de portos, transportes, energia e saneamento básico estão isentos da cobrança de PIS/Cofins. Perfis de aço usados na construção civil têm alíquota de IPI reduzida a zero. O crédito tributário conferido a empresas que compram máquinas e equipamentos — e assim podem se tornar mais produtivas — foi prorrogado por dois anos.
- **Inovação** — As empresas que aderirem ao programa de incentivo a pesquisa, desenvolvimento e produção de semicondutores estarão isentas do recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ); além de se beneficia-

rem de alíquota zero de IPI, PIS, Cofins e Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide).

- **Infra-estrutura** — Mais de cem portos, hidrovias, rodovias, aeroportos e estradas, além de 4,5 mil quilômetros de gasodutos, 46 usinas de biodiesel e 77 usinas de etanol serão financiados por fundos de investimento para captação de recursos destinados a novos projetos. Esses fundos serão formados com até 80% do patrimônio líquido do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Trabalhadores poderão comprar cotas até o limite de 10% do saldo de suas contas. O governo prevê aplicar 504 bilhões de reais no setor até 2010, e para isso aumentou as dotações orçamentárias do projeto-piloto de investimentos (PPI), cujos gastos são excluídos da meta de superávit primário. A Caixa Econômica Federal disporá de 5,2 bilhões de reais em crédito para entes públicos aplicarem em saneamento básico e habitação popular. Referência para empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor produtivo, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6,5% ao ano, deve continuar em queda — para que caia, também, o custo do crédito concedido a obras de infra-estrutura. A ênfase ao investimento nesse setor tem explicação: a melhoria da logística dos transportes e dos insumos utilizados pelas indústrias deve ter impacto positivo no custo dos produtos e, portanto, na competitividade do país.



Há forte dinamismo na criação de empresas no país. Mas a perda resultante do encerramento



Eugenio Moraes/ASPI

Para entender a Lei Geral

A evolução da legislação para as pequenas...

- **Em 1984**, foi promulgada a Lei nº 7.256, que inseriu a microempresa na sistemática jurídica brasileira. Em 7 de novembro, o Decreto nº 90.414 dispôs sobre a criação e o funcionamento do conselho de desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.
- **Em 1988**, ao tratar da Ordem Econômica Nacional, os artigos 170 e 179 da Constituição Federal determinaram tratamento simplificado, diferenciado e favorecido para os pequenos negócios.
- **Em 1996**, a Lei nº 9.317 criou o Simples, para a redução da burocracia tributária a que eram submetidas micro e pequenas empresas.
- **Em 1999**, foi promulgado o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, regulamentado pelo Decreto nº 3.474, de 19 de maio de 2000.
- **Em 2003**, a Emenda Constitucional 42 alterou o artigo 146 do Sistema Tributário Nacional da Constituição Federal. Acrescentou um tema a ser alvo de lei complementar: "(...) a definição de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte (...)". E previu em seu parágrafo único: "(...) o cadastro único de contribuintes e o regime unificado de arrecadação de tributos". Foi esse o estopim para a elaboração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

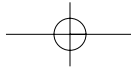
...e o Supersimples ponto a ponto

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas estabelece regime tributário diferenciado para microempresas (que faturam até 240 mil reais por ano) e para pequenas empresas (com receita de até 2,4 milhões de reais anuais). Suas disposições têm aplicação nos âmbitos federal, estadual e municipal. Está em vigor desde 1º de janeiro, exceto o capítulo tributário, que passa a valer em 1º de julho. Em síntese, estabelece o seguinte:

- **Desburocratização** — O registro passa a ser único e serve a todas as es-

feras de governo. Os documentos para a abertura de novas empresas são entregues a um só órgão, que repassa os dados aos demais. Empresas com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) estão dispensadas de apresentar outros documentos e de solicitar inscrições estaduais, municipais e da Previdência Social. Também estão desobrigadas da realização de reuniões e assembléias e da publicação de atos. Os órgãos envolvidos na abertura e no fechamento de empresas responsáveis pela emissão de licenças, alvarás e autorizações de funcionamento só realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento. Em caso de encerramento, a baixa da empresa será automática, mesmo que haja débitos tributários. O tempo de execução, para inscrição e baixa de um empreendimento, deverá ser inferior a 48 horas.

- **Inovação** — Devem ser destinados às micro e pequenas empresas 20% dos recursos para investimento em tecnologia dos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.
- **Crédito** — Cooperativas de crédito terão acesso direto a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Estão previstas a criação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, para facilitar a liberação de recursos pelos bancos, e de linhas de crédito especiais. As informações cadastrais serão automaticamente transferidas se a empresa mudar de banco.
- **Acesso à Justiça** — Micro e pequenas empresas passam a poder recorrer aos Juizados Especiais e a institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos.
- **Tributação** — Débitos com a Secretaria da Receita Federal poderão ser parcelados em até 120 meses. Tributos federais estaduais e municipais poderão ser pagos com um único documento. A lei unifica e simplifica a arrecadação de seis impostos e contribuições federais: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), além do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS estadual), do Imposto sobre Serviços (ISS municipal) e da contribuição a entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. As normas referentes a esse capítulo entram em vigor a partir de 1º de julho. A redução média de recolhimento estimada para empresas que já aderiram ao Simples é da ordem de 20%. A queda, para as demais, pode chegar a 45%.
- **Negócios** — Receitas decorrentes de vendas ao exterior são desoneradas. Micro e pequenas têm prioridade em compras governamentais de valor até 80 mil reais e preferência em caso de empate em licitações. Além disso, a administração pública deverá exigir das grandes empresas que participam de licitação a subcontratação de micro ou pequenas empresas até 30% do total licitado. Poderão ser criados consórcios simples e associações que dêem ganhos de escala, competitividade e acesso a novos mercados às MPEs.
- **Autônomos** — A alíquota de recolhimento ao INSS cai de 20% para 11%. Desaparece a aposentadoria por tempo de contribuição. O trabalhador só pode se aposentar por idade (mulheres aos 60 anos e homens aos 65).



de negócios com menos de quatro anos alcança 20 bilhões de reais ao ano

cessita, é sabido, é grande. Assessores de imprensa, consultores e muitos outros profissionais ficaram fora dos benefícios proporcionados pelo Supersimples. Outros tantos foram lembrados, entre eles escolas de música, academias de ginástica, subempreiteiros da construção civil e até vigilantes e professores de capoeira – muita gente que prefere permanecer fora do mercado formal. “Há ainda um longo caminho a ser percorrido. Mas o Supersimples inclui atividades que tradicionalmente não se regularizam, e por isso ele é importante para a redução da informalidade na economia brasileira”, diz Marcelo Ávila, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Informalidade Em 2003, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que menos de 2% dos microempreendimentos estavam regulares. A situação é danosa em muitos sentidos. Empresas que não pagam impostos podem vender

seus produtos a preço inferior aos das regularizadas – o que torna a concorrência desleal. Como não têm muitos compromissos, os empreendedores não se preparam para crescer nem buscam inovar. Também não contratam trabalhadores com carteira assinada e não estimulam sua capacitação. “O microempreendimento informal absorve desempregados sem alternativas no mercado de trabalho, passa pelo exercício de atividades artesanais e chega a iniciativas pré-capitalistas com potencial de expansão”, esclarece Marcio Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ou seja, um negócio informal tem sempre um toque de amadorismo. Resultado: taxa de mortalidade elevada, na casa dos 60%.

Há um intenso dinamismo na criação de novas empresas todos os anos no país. Mas o movimento no sentido oposto não é menos importante. Estimativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

A força dos pequenos negócios no Brasil

5 milhões
de empresas formais
(99% do total das empresas brasileiras)

10 milhões
de empreendimentos informais

56,1% da força de trabalho
urbana empregada no setor privado

4,1 milhões
de proprietários rurais familiares

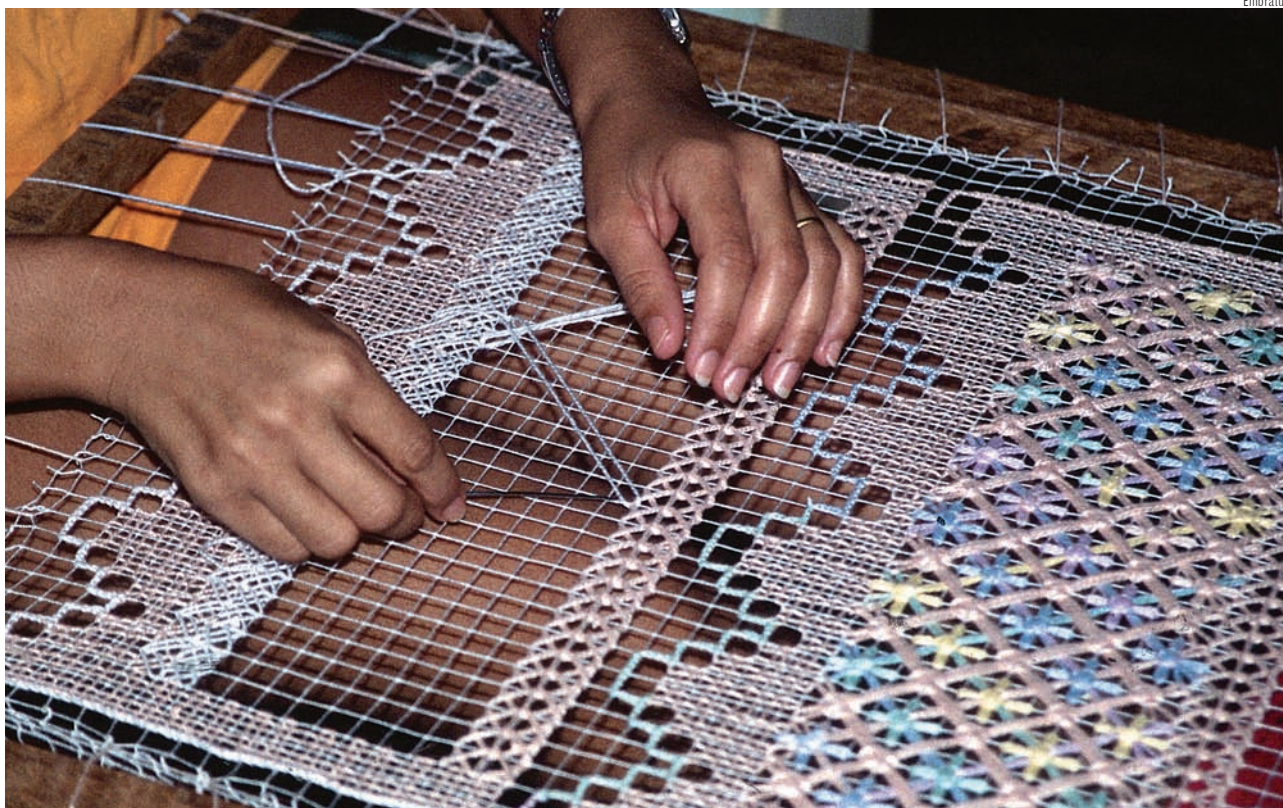
26%
da massa salarial

20%
do Produto Interno Bruto (PIB)

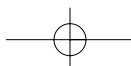
2%
das exportações

Fonte: Sebrae

Embratur



Em 2003, dados do IBGE revelaram que menos de 2% dos microempreendimentos estavam regulares



Apesar de incentivar o desenvolvimento, muitos governantes temem queda na arrecadação

Cenário empresarial brasileiro (dados referentes ao período 1996-2002)

Variação no número de empresas por porte (em %)

Micro	55,8
Pequena	51,3
Média	15,2
Grande	12,1

Pessoas ocupadas, por porte de empresa (em % do total de empregados)

	1996	2002
Micro	31,8	36,2
Pequena	18,8	21,0
Média	11,5	9,8
Grande	37,9	33,0

Variação na massa de salários e rendimentos pagos por porte de empresa (em %)

Micro	57,3
Pequena	37,9
Média	7,6
Grande	3,2

Fonte: IBGE — Cempre; elaboração: Sebrae/UED

Empresas (Sebrae), considerando capital investido em máquinas, equipamentos, mobiliário e capital de giro, indicam que a perda resultante do encerramento de negócios com até quatro anos de vida alcança 20 bilhões de reais ao ano. “Os empresários quebram por não suportar os altos impostos e também por não estar preparados para empresariar. A atividade requer vocação, dedicação, estudo e a busca de suporte junto a organismos e profissionais especializados”, diz José Mauro de Moraes, pesquisador do Ipea. “A luta contra a informalidade requer uma bem tramada teia de políticas públicas.”

Exemplos de todo o país mostram a complexidade da questão. Segundo dados da Associação de Jovens Empresários de Salvador (AJE), na Bahia, cerca de 70% dos estabelecimentos com até quatro funcio-

nários fecham nos primeiros cinco anos de atividade. Principais razões: alta carga tributária, dificuldade em obter crédito e excesso de burocracia. No Mato Grosso, o centro histórico de Cuiabá é um cenário desolado de lojas fechadas. Ali, chegaram a funcionar cerca de seiscentas empresas, com 2,5 mil empregados. “Nos quatro últimos anos, o comércio da região registrou queda de 30% no volume das vendas. A concorrência com os informais é dificultada pela alta carga tributária”, diz Roberto Perón, presidente do Sindicato Intermunicipal do Comércio de Tecidos, Confecções e Armarinhos de Mato Grosso. Pois a Lei Geral, que agradou ao empresariado, provocou reação negativa do governo do município, que calculou perda anual de arrecadação da ordem de 29 milhões de reais.

Interesses Não é de hoje que governos e legisladores tentam criar um ambiente benéfico para os empreendimentos menores. Há dez anos, foi criado o Simples, sistema facilitador do pagamento de tributos federais para micro e pequenas empresas industriais e comerciais, que deveria fazer emergir um grande volume de negócios e foi replicado em diversos estados e municípios. A princípio funcionou, mas sua eficácia foi se perdendo com o tempo. A principal razão: falta de atualização das faixas de enquadramento, o que causou a elevação das alíquotas. Ou seja, muita gente que aderiu ao Simples para gerenciar melhor suas contas e ter sobra de capital com o pagamento de impostos reduzidos, deixou o sistema ou fechou as portas.

O Supersimples resolve questões como essa e várias outras. Cria, por exemplo, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, que deverá zelar pela regulamentação dos dispositivos legais e, também, para que os benefícios não se percam com o passar dos anos. “O conjunto de medidas oxigena o cenário empreendedor. É, sem sombra de dúvida, o maior estímulo à iniciativa privada da história do país”, diz Luiz Fernando Garcia, consultor

em empreendedorismo e negócios.

O estudo “How Brazil Can Grow” (Como o Brasil pode crescer), de autoria de Heinz-Peter Elstrodt, Jorge Fergie e Martha Laboissière, da empresa de consultoria McKinsey, afirma que, entre as razões que explicam o crescimento tímido da economia brasileira, está a baixa produtividade do trabalhador – correspondente a 21% da americana em 2004. Para resolver o problema, segundo os autores, é necessário combater a informalidade e a insegurança entre os empresários, que não fazem planos de longo prazo. É preciso, também, cuidar da regulamentação: a legislação trabalhista, de mercado e tributária inibe o investimento, o emprego e o consumo. E há mais um obstáculo a ser superado, o das limitações na infra-estrutura, que elevam custos e prejudicam a competitividade do produto brasileiro. “Nossa experiência sugere que, uma vez que um país tenha identificado quais são, pode enfrentar as barreiras com reformas adequadas às necessidades de cada setor da economia”, afirmam os autores. Os pacotes anunciados recentemente contemplam os itens apontados. Os empreendedores estão convocados a agir. Fica aqui a questão levantada pelo poeta Vinicius de Moraes: quem quer comprar, nesse novo dia. **d**

Saiba mais:



Íntegra da Lei Complementar 123
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
www.desenvolvimento.gov.br

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
www.sebrae.com.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
www.bndes.gov.br/pme/

Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
www.gov.br

Confederação Nacional da Indústria (CNI)
www.cni.org.br

Universia
www.universia.com.br/empreendedorismo

por **Jorge Blázquez-Lidoy, Javier Rodríguez e Javier Santiso**⁽¹⁾

Nas últimas décadas, a China tornou-se um protagonista econômico importante em termos mundiais. Segundo dados oficiais, em menos de vinte anos a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) elevou-se ao extraordinário patamar de quase 9,5%⁽³⁾ e sua participação no comércio mundial saltou de mero 1% para mais de 6%. Se mantiver o nível de crescimento comercial, ela será, em breve, a terceira economia mundial, depois dos Estados Unidos e da Alemanha, ultrapassando, pela primeira vez, o Japão. Em 2005, a economia chinesa ocupou o quarto lugar no ranking mundial, à frente do Reino Unido. Segundo Goldman Sachs, em 2040 a China superará os Estados Unidos como principal economia mundial⁽⁴⁾.

Mas é possível que grande parte dessa avaliação seja demasiadamente otimista. Alguns analistas se perguntam se o crescimento da China não é impulsionado por uma bolha passageira de investimentos, enquanto outros advertem sobre a possibilidade de uma queda brusca ou expressam preocupação pela fixação do valor da moeda⁽⁵⁾ e pelo sistema bancário chinês⁽⁶⁾. Para outros analistas, o novo capitalismo chinês não está solidamente firmado no estado de direito, no respeito à propriedade privada e no livre mercado.

Mesmo assim, os estudos confirmam que a participação crescente da China no PIB mundial, aliada à globalização da economia, já está gerando conseqüências significativas em todo o mundo. O impacto cada vez maior da China sobre a América Latina despertou o interesse de algumas instituições importantes voltadas para a região, entre elas a Comissão Econômica para

Anjo ou demônio?

Os impactos do comércio chinês na América Latina

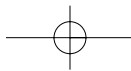
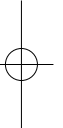
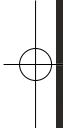
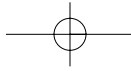
a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Por um lado, o baixo custo da mão-de-obra e a conseqüente competitividade da China podem prejudicar outras economias. Por outro, seu enorme mercado interno significa uma oportunidade. A China é um anjo ou um demônio para a América Latina?

A primeira constatação é que grande parte do aumento das importações norte-americanas da China não substituíram produtos vindos do México ou da América Central (beneficiados pela proximidade geográfica), senão do Japão e de outros países emergentes. Um bom exemplo pode ser visto no mercado calçadista. No ano de 1988, quase 60% das importações norte-americanas de calçados foram provenientes da Coreia do Sul e de Taiwan, e só modestos 2% vieram da China. Em 2005, a participação chinesa foi de mais do que 70%, enquanto as importações da Coreia do Sul e de Taiwan foram insignificantes.

O surgimento comercial da China como protagonista mundial é, em muitos sentidos, excepcional por sua rapidez e vigor. A economia chinesa é muito mais aberta do que a da maioria dos países emergentes. Em 2005, a soma das exportações e importações chinesas de bens e serviços superou 70% de seu PIB, enquanto nos Estados Unidos, no Japão ou no Brasil foi de 30% ou menos do PIB (ainda que seja possível comparar a cifra da China com a de alguns países latino-americanos, como o Chile e o México, com 60% a 65%, e também com alguns desenvolvidos, como a Espanha).

Artigo publicado originalmente na *Revista de la Cepal*, edição de dezembro de 2006 / Edição e tradução: Andréa Wolfenbützel⁽²⁾



Em 1980, partiram da China 0,9% das exportações mundiais, em 2002, 5%, e no final

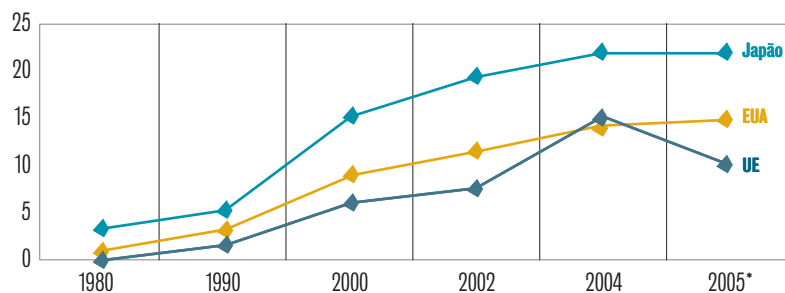
O surgimento da China como protagonista do comércio mundial

A participação da China nos mercados mundiais aumentou rapidamente durante seu processo de abertura comercial e está restringindo a participação de outros países emergentes (veja gráfico 1).

Basta verificar como, nos últimos vinte anos, a participação da China nas exportações mundiais aumentou de forma acelerada. Em 1980, partiram da China 0,9% das exportações mundiais e, em 2002, 5%. Em 2003, a participação chinesa nas exportações globais aproximou-se de 6% e no final de 2004 o país passou a ocupar o terceiro lugar entre os exportadores mundiais, ficando atrás de Estados Unidos e Alemanha. Entre 1990 e 2002, as exportações mundiais aumentaram aproximadamente 90% e as da China cerca de 425%. A evolução das exportações chinesas implica, por definição, que outros países estão reduzindo sua participação no mercado. Não há dúvida de que, no curto prazo, alguns países terão prejuízos, já que a China pode produzir bens de pouco valor agregado a um custo muito baixo em razão da abundância de mão-de-obra. Por exemplo, na China os salários são, em média, quatro vezes inferiores aos pagos na América Latina.

Por outro lado, vemos que o comércio com a China também apresenta aspectos favoráveis. Antes de tudo porque tem um enorme mercado interno e o desenvolvimento do país contribuirá para sua evolução. No longo prazo, o surgimento da China trará benefícios provenientes do comércio. Os países em desenvolvimento que estabeleceram fortes laços comerciais e de investimentos com a China, como os do Sudeste Asiático, poderão tirar benefícios desse processo.

Gráfico 1. Participação da China nas importações totais dos principais mercados (%)



*de janeiro a junho. Fonte: FMI World Economic Outlook

A estrutura comercial da China

Para analisar os efeitos, no curto prazo, derivados da evolução do comércio chinês, é preciso começar por examinar a estrutura exportadora e importadora do país. Para desenvolver essa parte do trabalho, usamos a base de dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad)⁽⁷⁾, que abarca 620 produtos.

Pelo lado das exportações, em 2004 identificamos três setores-chave: produtos manufaturados; maquinaria e equipamentos de transporte; e, por último, manufaturas várias. Em conjunto, esses setores representam quase 90% das exportações totais chinesas (veja Tabela 1).

No que diz respeito às importações, comprovamos que os setores mais importantes são os de produtos manufaturados, maquinaria e equipamentos de transporte e produtos químicos, que em 2004 representaram, juntos, 69,2% do total importado (veja Tabela 2).

O fato de as exportações e as importações terem estrutura similar mostra que há um volume importante de comércio intraindustrial. Isso indica que a China se transformou em um centro regional de produção e fabricação para reexportação. Nesse caso, a participação das manufaturas de alta tecnologia está aumentando rapidamente. Por outro lado, as manufaturas de baixa tecnologia estão perdendo terreno na estrutura comercial, tanto no caso das exportações como no das importações.

Tabela 1. Estrutura exportadora da China (% das exportações totais)

Setores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Maquinaria e equipamentos de transporte	28,0	31,1	34,2	36,8	40,3	44,0	46,6
Manufaturas várias	37,3	36,2	33,7	31,9	30,2	28,1	25,6
Produtos manufaturados	16,0	15,3	15,4	14,8	14,5	14,0	15,2
Subtotal	81,3	82,6	83,3	83,5	85,0	86,1	87,4

de 2004 o país passou a ocupar o terceiro lugar entre os exportadores mundiais

Os custos no curto prazo: a concorrência comercial da China

No caso dos países latino-americanos, a informação disponível indica que o México oferece um exemplo paradigmático dos custos no curto prazo. Para avaliar esses custos, utilizamos dois índices de concorrência comercial. A idéia é comparar a estrutura exportadora da China com a de outros países em determinado período. Se as estruturas se mostram muito similares, o mais provável é que ambos concorram por terceiros mercados, como o dos Estados Unidos, principal destino das exportações latino-americanas.

Os dois índices foram elaborados utilizando a base de dados da Unctad e são versões modificadas dos conhecidos coeficiente de especialização (cs) e coeficiente de conformidade (cc). Nesse caso, um dos países será sempre a China e o outro uma economia escolhida. Se os dois países têm exatamente a mesma estrutura exportadora, ambos os índices são igual a 1, o que indica alto potencial de concorrência entre eles. Ao contrário, se os dois índices são iguais a 0, não há coincidência entre as estruturas e a tendência é que não exista concorrência comercial. Construímos dois índices, em vez de um, para termos certeza de que os re-

sultados obtidos são consistentes⁽⁸⁾.

Calculamos os coeficientes cs e cc comparando a concorrência da China com 34 economias, quinze das quais correspondem a países da América Latina. O período analisado foi de 1998 a 2004. Naturalmente, foram calculados os valores de cs e cc para cada ano. Porém, com o intuito de apresentar os resultados da forma mais simples possível, agregamos os valores. A cifra final, que chamamos de ci, representa a média aritmética dos dois índices (veja Gráficos 2).

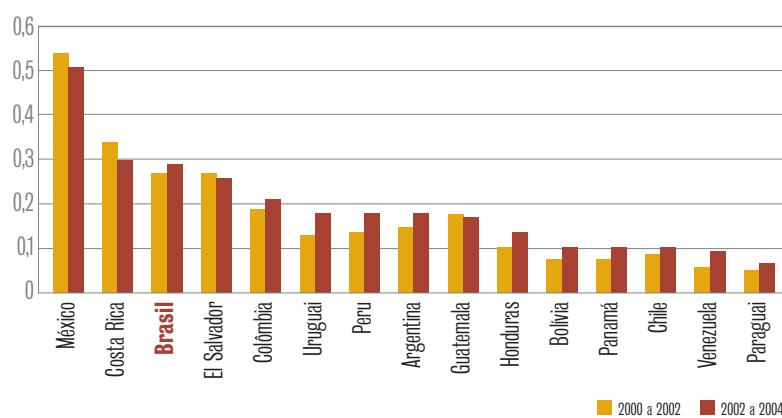
Os resultados são bastante interessantes, já que os coeficientes são relativamente baixos para todas as economias latino-ameri-

canas, exceto o México. Em geral, as cifras indicam que no mercado norte-americano não existe concorrência direta entre a China e a América Latina. Não é de estranhar que os países que exportam principalmente produtos básicos enfrentem um risco menor de concorrência, já que a China é importadora de matérias-primas. Entre as 34 economias estudadas, os coeficientes mais baixos correspondem ao Paraguai, à Venezuela, à Bolívia e ao Panamá, ou seja, esses são os menos afetados pela concorrência comercial chinesa. Brasil e Colômbia estão em posições intermediárias, enquanto México e Costa Rica estão mais expostos à concorrência.

Portanto, do ponto de vista do intercâmbio comercial, pode-se concluir que os custos de curto prazo para a América Latina, se é que existem, são bastante reduzidos. De fato, na maioria dos países latino-americanos, as exportações para a China têm aumentado notavelmente.

O comércio entre Brasil e China quadruplicou (com folga) no período entre 2001 e 2004, porém se manteve muito concentrado em um pequeno número de mercados. Em 2005, 75% das exportações brasileiras para a China foram compostas de cinco produtos básicos: soja, minério de ferro,

Gráfico 2. Grau de concorrência entre países latino-americanos e a China, pelo mercado norte-americano (coeficiente de concorrência-ci)



Fonte: elaboração dos autores

Tabela 2. Estrutura importadora da China (% das importações totais)

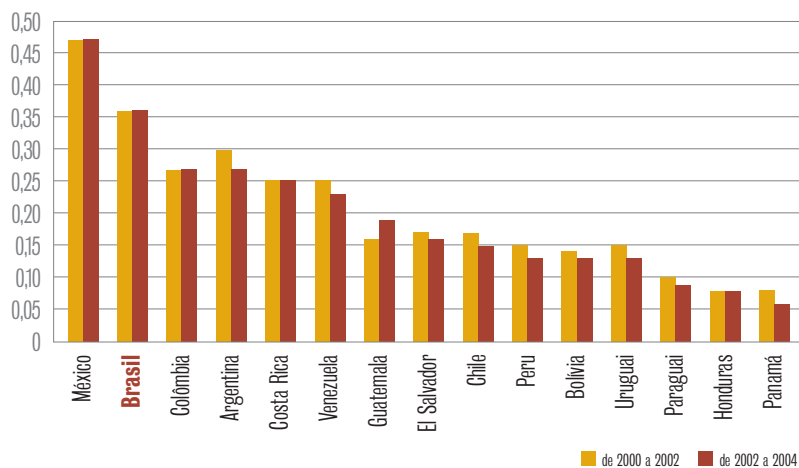
Setores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Maquinaria e equipamentos de transporte	38,8	40,5	40,3	42,3	45,3	45,9	44,4
Produtos manufaturados	22,5	21,2	19	17,7	17,2	16,2	13,6
Produtos químicos	13,8	13,8	12,7	12,4	12,3	11,1	11,2
Total	75,1	75,5	72	72,4	74,8	73,2	69,2

Fonte: Base de dados Intracen, da Unctad/OMC

Outro aspecto que precisa ser enfrentado pelos países latino-americanos é a necessidade

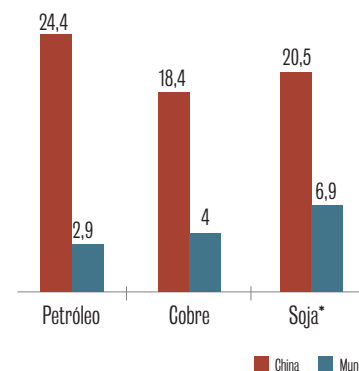
Gráfico 3. Potencial exportador para a China

(coeficiente de concorrência-ci)



Fonte: elaboração dos autores

Gráfico 4. Crescimento das importações entre 1997 e 2004 (%)



*de 2001 a 2004. Fonte: dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, World Metal Statistics e British Petroleum

ação, óleo de soja e madeira. Grandes empresas brasileiras, como a Aracruz, mais que dobraram suas vendas para a China nos últimos dois anos do período analisado, até chegar a 12% do total de suas exportações. A China também se transformou em um dos principais compradores de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce.

Um desafio importante para o Brasil é o dinamismo das exportações da China, país que nas próximas décadas deve continuar a aumentar sua participação em terceiros mercados graças à introdução de novos produtos. Nesse sentido, assim como destacam alguns economistas brasileiros (Marcelo de Paiva Abreu, 2005), no médio prazo a concorrência chinesa poderá afetar alguns setores da economia, como o de produção de ferro e aço. Num prazo mais longo, a indústria automobilística também poderá vir a ter problemas.

O caso do México é, sem dúvida, diferente. As cifras indicam que esse país enfrenta uma dura concorrência comercial com a China, inferior unicamente àquela encarada por Tailândia, Hungria e Coreia do Sul.

Outro aspecto que precisa ser enfrentado tanto pelo México como por outros

países latino-americanos é a necessidade de reduzir os custos de transporte e melhorar a eficiência da infra-estrutura. Para a maioria dos países da América Latina, os custos de transporte são um obstáculo ainda maior do que as tarifas alfandegárias para o acesso ao mercado norte-americano.

Depois de fazer uma análise detalhada dos custos de transporte marítimo até os mercados dos Estados Unidos, utilizando uma base de dados que congrega mais de 300 mil registros anuais sobre produtos despachados, Clark, Dollar e Micco (2004) concluíram que a eficiência portuária é um fator importante na composição dos custos. Isso é fundamental porque, tanto na Ásia como na América Latina, a queda das barreiras e tarifas alfandegárias fez aumentar o peso relativo do custo de transporte como fator determinante do comércio.

Desconsiderando o México, os custos médios de transporte na América Latina são similares, e às vezes até superiores, aos de seus concorrentes asiáticos. Para alguns países, como Chile e Equador, os custos de transporte são mais de vinte vezes superiores à tarifa alfandegária média que incide sobre seus produtos vendidos aos Estados Unidos. A redução desses custos e a conse-

quente maior eficiência da infra-estrutura contribuiriam para melhorar os resultados dos exportadores latino-americanos.

No caso do México, favorecido por sua proximidade com os Estados Unidos, um aumento da eficiência de seus portos na proporção do ocorrido na França e na Suíça poderia diminuir em 10% os custos de transporte. Enquanto no Brasil e no Equador, segundo avaliam estudiosos já citados, um aumento de eficiência do mesmo nível provocaria queda de mais de 15% nos custos de transporte.

Os portos latino-americanos estão entre os mais ineficientes, sem falar que a região enfrenta sérios problemas no que diz respeito ao funcionamento do sistema alfandegário, com demora, em média, de sete dias para o desembarço de mercadorias (nos portos considerados piores, que são os equatorianos e os venezuelanos, esse processo chega a demorar quinze e onze dias, respectivamente). Além disso, os custos de manuseio de contêineres dentro dos portos são muito elevados e ainda existe uma forte presença do crime organizado na infra-estrutura portuária. Tudo o que foi mencionado indica que há amplo espaço para melhorias.

de reduzir os custos de transporte e melhorar a eficiência da infra-estrutura

Oportunidades no curto prazo: a vigorosa demanda da China

Como se comprovou, os efeitos do comércio chinês sobre a América Latina, salvo algumas exceções, são, em geral, positivos. E até mesmo para países como o México, que enfrenta crescente pressão competitiva no mercado norte-americano, a China poderia representar, pelo menos em teoria, uma oportunidade como um possível mercado para exportação. Para avaliar os benefícios que poderiam advir da crescente demanda chinesa, construímos dois índices. Assim como no caso anterior, utilizamos a base de dados da Unctad, que abarca 620 produtos diferentes.

Esse índices comparam a estrutura exportadora de quinze países latino-americanos com a estrutura importadora da China. Se as exportações de determinado país assemelham-se às importações da China, quer dizer que existe potencial para incremento das exportações do país latino-americano. Cabe reiterar que esses índices são versões modificadas do coeficiente de especialização (csm) e do coeficiente de conformidade (ccm). Nesta parte do trabalho, adotamos os mesmos procedimentos da seção anterior. Ambos os índices são iguais a 1 quando as importações chinesas coincidem exatamente com as exportações da economia latino-americana. Vale lembrar que, por mais que o índice se aproxime de 1, não implica necessariamente que exista intercâmbio comercial entre os dois países. Isso quer dizer apenas que há um benefício potencial e uma evidente oportunidade de comércio.

Os resultados não são muito alentadores, principalmente porque os países da América Latina são exportadores de produtos básicos e, portanto, seu comércio potencial com a China está restrito a uma pequena cesta de produtos (veja Gráfico 3). Em outras palavras, devido à estrutura exportadora da região, são poucas as probabilidades de comércio intraindustrial da

China com a América Latina, salvo com o México e com o Brasil.

Além disso, devido à crescente demanda chinesa por matérias-primas, o comércio com esse país poderá requerer maior especialização nesse tipo de bem, aumentando o risco de que alguns países se vejam presos na armadilha da exportação de matérias-primas e não consigam avançar na cadeia de valor agregado.

De fato, a China também está se convertendo em comprador importantíssimo de matérias-primas em alguns mercados (veja Gráfico 4). Em 2003, ela foi o principal importador mundial de algodão, cobre e soja, e o quarto maior importador de petróleo. A demanda chinesa por produtos primários continua aumentando, especialmente por cobre e soja, que cresceu anualmente à razão de 50%. No caso do petróleo, a taxa de crescimento se aproxima de 20% anuais.

Ao se converter no maior importador mundial de cobre, a China elevou as exportações do Chile e do Peru. A combinação de uma grande expansão industrial com uma economia florescente também contribuiu para gerar forte demanda por petróleo, que os fornecedores estão buscando atender, e fez a China ultrapassar o Japão, transformando-se no segundo maior consumidor desse produto, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2003, um terço do incremento diário do consumo mundial de petróleo se deveu exclusivamente à China.

Mesmo que o intercâmbio comercial se concentre em um número reduzido de produtos básicos, a vigorosa demanda chinesa por matérias-primas é benéfica para a América Latina. Em termos econômicos, pode-se dizer que se trata de um choque positivo de demanda. De qualquer forma, ela gera efeitos positivos na região, mesmo que não haja um comércio direto com a China. Na América Latina, os quatro principais produtos básicos de exportação são: cobre, petróleo, soja e café. Esses bens representam 66% das exportações de matérias-primas do bloco e a China absorve parte impor-

tante delas, exceto no caso do café.

Outro fato interessante é que a América Latina é um importante produtor mundial de *commodities*. A região responde por 47% da produção mundial de soja, 40% da de cobre e 9,3% da de petróleo cru. No curto prazo, a forte demanda chinesa constitui uma oportunidade para a maioria dos países latino-americanos. Se essa demanda se mantiver, o mais provável é que a região seja favorecida. Ainda assim, seria bom investir um pouco em maior especialização, pois, caso contrário, a América Latina verá sua dependência dos produtos básicos aumentar e os países da região continuarão expostos às oscilações da relação de intercâmbio. **d**

(1) Jorge Blázquez-Lidoy, Javier Rodríguez y Javier Santiso (2006), "¿Ángel o demonio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina", *Revista de la Cepal*, n.º 90 (LC/G.2323-P/E), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), diciembre.

(2) **Desafios** assume total responsabilidade pela tradução e edição deste artigo.

(3) As estatísticas chinesas dão margem a muitas dúvidas. Em 2003, o governo informou que a taxa de crescimento havia sido de 9,1%, mas, de acordo com o juízo de muitos economistas, essa taxa superou os 11%.

(4) É bom destacar que, nos últimos anos, Goldman Sachs tem estabelecido uma estratégia agressiva para entrar no mercado chinês.

(5) A preocupação com a moeda chinesa intensificou-se nos anos 2003 e 2004 por causa das eleições nos Estados Unidos (Eichengreen, 2004 e 2006).

(6) Para saber mais sobre o sistema bancário chinês, aconselhamos consultar um estudo do Deutsche Bank (2004) e também um documento elaborado pelo Banco de España (2004).

(7) Essa base de dados pode ser encontrada no endereço www.intracen.org.

(8) A correlação entre os índices é de 0,94, o que indica que ambos fornecem a mesma informação

Este trabalho foi apresentado, pela primeira vez, em 2004, no Centre for Latin American Studies da Universidade Georgetown. Depois foi apresentado nos anos 2005 e 2006, devidamente atualizado

Íntegra do artigo em espanhol e bibliografia disponíveis no endereço www.eclac.org/revista/

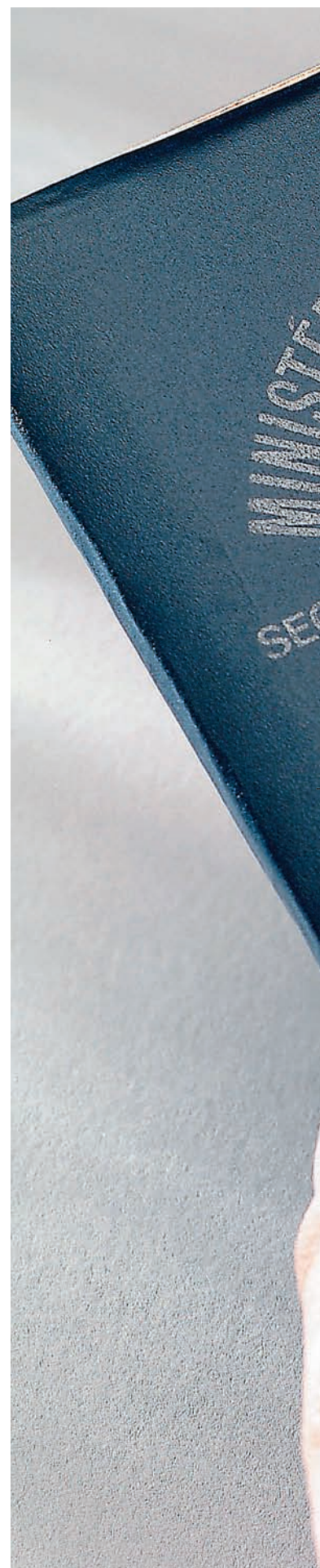
TRABALHO

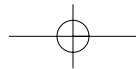
Como manda o figurino

Pesquisa do Ipea constata que a informalidade diminui longe das grandes regiões metropolitanas. Ainda que esteja em patamares elevados e preocupantes, em torno de 50%, a atividade econômica informal experimentou um movimento de queda no plano nacional no período de 1991 a 2005, em todos os setores. As principais causas seriam o aumento da fiscalização, o desejo de exportar e o crescimento econômico, ainda que modesto.

A economia informal não pára de crescer no Brasil, certo? Errado. Levantamento elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que o nível de informalidade, de fato, tem aumentado, porém esse processo está concentrado nas regiões metropolitanas (veja gráficos nas págs. 46 e 47). Ao voltar o olhar para a atividade econômica longe dos grandes centros, constatou que a informalidade não apenas não cresceu como também apresentou declínio. Ainda que esteja em patamares elevados e preocupantes, em torno de 50%, a informalidade experimentou um movimento de queda no plano nacional no período de 1991 a 2005, cujos percentuais merecem uma interpretação séria dos formuladores de políticas antes de qualquer comemoração. O estudo, assinado pelos especialistas Lauro Ramos, da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea, e Valéria Ferreira, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui que para reduzir de modo significativo o nível de informalidade só existe um caminho: o crescimento econômico.

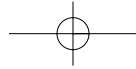
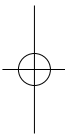
Tomando como matéria-prima as informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, e na Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do Ministério do Trabalho e Emprego, os pesquisadores notaram uma dicotomia entre o que acontece nas regiões metropolitanas, onde a informalidade cres-





Por **Marcello Antunes**, de Brasília

lara.venanzi@kino.com.br



O estudo diz que é importante ter clara a gravidade da situação, até porque a

ceu e manteve-se estável, em comparação com as regiões não metropolitanas, onde a informalidade foi reduzida e contribuiu para que o índice nacional mostrasse ligeira tendência de queda.

O estudo “Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005” avaliou que o propalado crescimento do percentual de postos de trabalho desprotegidos é, em boa parte, atribuído às mudanças ocorridas na estrutura setorial do emprego nesse período. Há de se lembrar que o país sofreu mudanças no final da década de 1980 e início da década de 1990. A abertura econômica provocou um processo de enxugamento nas linhas produtivas, principalmente na indústria de transformação, pela necessidade de aumentar a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados internos e externos. Esse revés foi somado ao crescimento do setor de serviços, que se tornou da noite para o dia o abrigo dos trabalhadores até então com vínculos empregatícios.

Plano Real Tal mudança no panorama econômico, segundo Lauro Ramos, teve contribuição importante da estabilidade econômica, a partir de 1994, que gerou uma supervalorização da moeda. Junto com esse movimento de alta vieram o aumento dos custos dos empréstimos com juros maiores, a redução da oferta de crédito interno e externo para investimentos, a pesada carga tributária e a elevação dos custos trabalhistas para os empregadores. Em seguida, por causa da estagnação da economia, muitos postos de trabalho de qualidade foram substituídos por outros, invariavelmente mais precários. Diante desse cenário, a informalidade encontrou espaço para avançar, muitas vezes sob o rótulo de terceirização (leia quadro na pág. 48).

Nos seis primeiros anos da década anterior, de 1991 a 1996, o grau de informalidade saiu da casa dos 40% para alcançar 47% no conjunto das regiões metropolitanas cobertas pelas pesquisas Pnad e PME. De 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento diminuiu um pouco, elevando



O nível de informalidade, em termos nacionais, no setor de serviços está na faixa dos 52%

a proporção para 48%. Mas em 1999, em decorrência das crises internacionais que afetaram o desempenho do Brasil, a informalidade chegou a 50% e no final de 2000 estava em 51%. Hoje, segundo Lauro Ramos, a informalidade no plano nacional está em 50,4%, com algumas regiões metropolitanas e não-metropolitanas exibindo graus de diminuição que são “bem-vindos”.

O texto aponta que os setores emblemáticos foram a indústria de transformação e o setor de serviços. A ocupação na indústria caiu de 3,35 milhões de trabalhadores em 1991 para 2,8 milhões em 2002, e nesse período o volume de postos informais de trabalho cresceu. Já o setor de serviços teve uma expansão do número de empregos, porém muitos na informalidade. No mesmo intervalo de tempo, o número de postos de trabalho com vínculo informal na indústria e nos serviços subiu de 0,53 milhão para 0,80 milhão. Ou seja, no caso do setor de serviços, a informalidade cresceu porque o segmento evoluiu, ao passo que na indústria a informalidade foi crescente, sem uma evolução natural.

O estudo revela, também, que é importante ter clara a gravidade da situação, até porque a informalidade muitas vezes é defendida como uma solução, e não um problema conjuntural da economia. O fato de

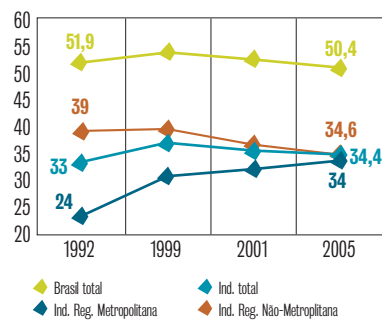
o grau de informalidade não ter aumentado no mercado de trabalho nacional proporciona uma sensação de alívio, embora as boas notícias nesse campo devam ser o começo de uma profunda reavaliação das relações entre o capital e o emprego. Lauro Ramos é taxativo: “Sem crescimento econômico, a informalidade não cai”. E é necessária uma ampla discussão desprovida de paixão.

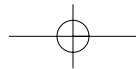
Terceirização O pesquisador acredita que parte da reversão da informalidade é devida ao interesse dos empresários em formalizar os empreendimentos em busca de novas possibilidades de negócios, já que, cada vez mais, os compradores estão preocupados com o cumprimento dos deveres sociais de seus fornecedores. A terceirização que andou de mãos dadas com a informalidade tornou-se vilã para muitas empresas que acreditaram nesse novo sistema para enxugar custos, mas acabaram perdendo contratos.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (Paulinho), acredita que a ligeira queda da informalidade no plano nacional é resultado, entre outras coisas, da maior fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Ele lembra que uma grande empresa que terceirizou uma linha de produção teve de voltar atrás porque os empregados não tinham proteção traba-

Evolução da informalidade na indústria

(% sobre o total de postos de trabalho)





informalidade muitas vezes é vista como solução, e não como problema

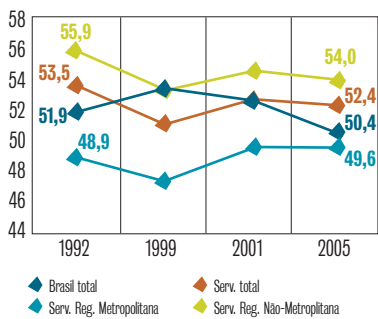


Tuca Vieira/Folha Imagem

O setor de comércio foi o que registrou maior redução da informalidade. De 1999 a 2005, a taxa caiu de 57,7% para 51,4%

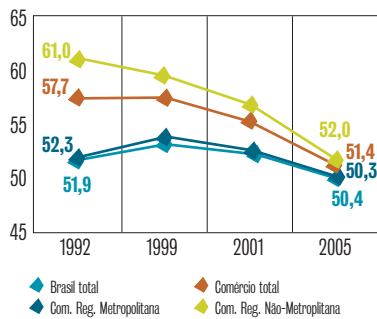
Evolução da informalidade no setor de serviços

(% sobre o total de postos de trabalho)



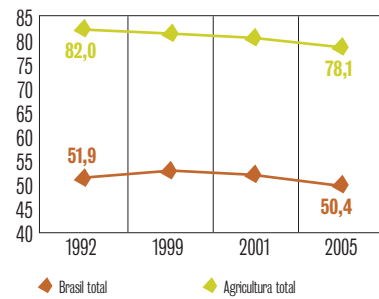
Evolução da informalidade no comércio

(% sobre o total de postos de trabalho)

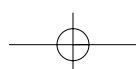


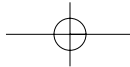
Evolução da informalidade na agricultura

(% sobre o total de postos de trabalho)



Fonte: elaboração de Lauro Ramos e Valéria Ferreira, com base nas Pnads de 1999 a 2005





Parte da reversão da informalidade é devida ao interesse dos empresários em atender

lhista. “Eram empregos precários.”

Paulinho diz que em março, quando já terá assumido o cargo de parlamentar na Câmara dos Deputados, as Centrais Sindicais promoverão em Brasília uma ampla manifestação para conscientizar o Executivo e o Legislativo sobre a importância de estabelecer regras para a terceirização de linhas produtivas. Na ocasião, será apresentado um Projeto de Lei que visa estender aos informais os mesmos direitos previstos na convenção trabalhista daqueles que têm carteira assinada no mesmo setor. “Perdeu-se o controle sobre quem seguiu para a informalidade, tanto do lado do empregado como do empregador”, diz Paulinho. Em suma, a idéia é que o empregado terceirizado de determinado setor tenha as garantias trabalhistas de sua categoria.

Enquanto a medida não sai do papel, um artigo da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa tende a levar para a formalidade um contingente expressivo de trabalhadores. Algo em torno de 18 milhões de autônomos, que não têm vínculo, poderão ter cobertura previdenciária. Eles terão autorização para iniciar o recolhimento de 11% sobre o valor do salário mínimo.

Mudanças Esse trabalhador, explica João Donadon, diretor do Regime Geral de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, terá direito à aposentadoria somente ao atingir a idade exigida ou por invalidez. Se ele, como se espera, melhorar a própria renda, poderá se encaixar no modelo tradicional de contribuição, o que significará um rendimento maior no valor final da aposentadoria.

Donadon conta que as relações de trabalho têm mudado bastante nos últimos anos e o Estatuto tende a reforçar a visão de que desonerar os custos, inclusive os previdenciários, sem garantir os mínimos direitos trabalhistas pode sair mais caro do que a pretensa economia. Atualmente, as punições não se restringem às empresas que atuam na informalidade, aquelas que pactuam com a informalidade – por exemplo, comprando sem exigir nota fiscal – tam-

bém terão de prestar contas. O governo estava perdendo a batalha contra a perversidade de empresas informais que contravam um contingente expressivo de trabalhadores sem qualquer proteção. Uma vez fiscalizadas, as empresas mudavam para o outro lado da rua, sempre para fugir do fiscal, fosse ele da Previdência ou do Ministério do Trabalho. Para fechar o cerco, a cadeia produtiva passou a ser acompanhada sempre para verificar se existiam trabalhadores assalariados sem vínculos trabalhistas e sem proteção previdenciária.

O economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Renato da Fonseca afirma que o estudo do Ipea revela novos

aspectos. Ele também atrela a queda da informalidade ao crescimento da economia e à maior fiscalização, mas agrega ao debate um novo componente: a exportação. “Quem quer exportar, e a ordem do dia é exportar, deve ter uma empresa formalizada e com empregados formais, com carteira assinada. A flexibilização das leis trabalhistas vai acelerar a queda da informalidade e dos empreendimentos informais”, afirma.

O desafio a ser superado é diminuir os custos trabalhistas sem desamparar os trabalhadores. Fonseca lembra que as empresas, nos últimos anos, realmente se concentraram em suas atividades principais, terceirizando outros serviços, como de segu-

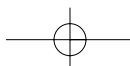
Terceirização e informalidade

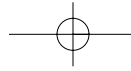
Terceirização. Essa palavra que representava o novo paradigma da economia no começo da década de 1990 e povoou o vocabulário dos consultores hoje pode produzir arrepios nos empregadores. O princípio da terceirização, para buscar a redução de custos, enfeitava pelo fato de mostrar e comprovar para uma empresa que ela teria ganhos se todos os trabalhadores alheios ao produto principal fossem demitidos e, no lugar deles, uma empresa fosse contratada para executar determinadas tarefas.

Em algumas linhas de produção, como a automobilística, a terceirização deu certo e empresas criadas por ex-funcionários hoje empregam seus funcionários oferecendo todos os benefícios que antes encontravam na grande indústria. Mas em algumas situações, como lembra Paula Montagner, coordenadora do Observatório do Trabalho, e Renato da Fonseca, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a terceirização, muitas vezes, significou um custo adicional para as grandes empresas, pelo fato de que o estabelecimento que prestava serviço contratava mão-de-obra informal, ou seja, trabalhadores assalariados sem direitos. Esse funcionamento irregular das empresas prestadoras de serviços acabava por macular a imagem da contratante.

Como a onda da terceirização coincidiu com uma época em que a qualidade dos empregos foi reduzida e que ocorreu uma desestruturação do mercado de trabalho, muitos brasileiros tiveram de apelar para os trabalhos precários, sem vínculos nem direitos, e, conseqüentemente, sem a possibilidade de negociação salarial. Na ocasião, o mote era: o emprego precário ou o desemprego. Quando a cadeia produtiva passou a ser co-responsabilizada, a terceirização aos poucos caiu em desuso, mesmo quando foi tentado criar a “Era da Quarteirização” – terceirizar pura e simplesmente uma atividade econômica da indústria que já havia sido terceirizada. Fonseca, da CNI, explica que terceirizar, hoje, só se a empresa mostrar que é séria e emprega seus funcionários como manda o figurino.

Outra modalidade que alguns confundem com informalidade é o trabalho autônomo. Porém, os autônomos, como o próprio nome diz, têm autonomia para optar entre atuar na informalidade ou não porque eles podem contribuir para a Previdência, recolher seus impostos e, assim, integrar a rede oficial de proteção ao trabalhador. O mesmo vale para consultores e prestadores de serviços por produto.



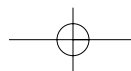


as exigências dos compradores, preocupados com o cumprimento dos deveres sociais

Márcio Pena/Folha Imagem



A agricultura é o setor que registra os mais altos níveis de atividade informal. Apesar dos esforços dos exportadores, 78,1% dos produtores operam na informalidade

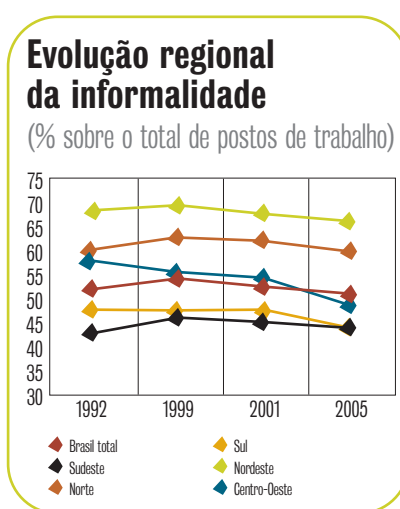


A Lei da micro e pequena empresa pretende formalizar 18 milhões de trabalhadores

rança, copeira ou limpeza. Entretanto, a cadeia produtiva passou a ser observada pelos compradores de produtos brasileiros no exterior. Se, em algum momento da produção daquele equipamento que será exportado, um empregado trabalhar em condições precárias, o barato pode sair caro. Em outras palavras, o custo trabalhista pode ser menor do que o prejuízo de perder um grande contrato de exportação. “As empresas e os departamentos jurídicos e financeiros começam a pôr na balança esses ingredientes”, diz ele. A exposição das empresas à vista de seus empregados e consumidores, considerando a responsabilidade social, é um item que pode definir um relacionamento duradouro.

É assim que pensa Maria Lina Coutinho, uma senhora de 60 anos que há pelos vinte expõe e vende suas bijuterias de pedras semipreciosas na tradicional Feira das Artes de Belo Horizonte. Maria Lina, que, em todos os domingos arma sua barraca de número 14 na Fila G-13 da avenida Afonso Pena, começou a exportar para um, depois para outro cliente e, agora, se a frequência permitir e as receitas crescerem um pouquinho, tentará formalizar uma empresa. Ao contrário de Arnaldo Pires de Andrade, que vende artigos de couro na barraca ao lado e somente agora, aos 51 anos de idade, pensa em contribuir para a Previdência, Maria Lina conta com os benefícios da Previdência há treze anos porque paga religiosamente. “Ser um trabalhador informal é o mesmo que não existir”, afirma.

A preocupação de Maria Lina pode ser a mesma de milhares de brasileiros que trabalham no campo. A informalidade nas regiões não metropolitanas, conforme destaca o estudo do Ipea, mostra que o agronegócio tem levado empregos formais para os rincões mais distantes do Brasil. O técnico Clóvis Veloso, da Comissão de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), revela que os empregos formais têm crescido de forma constante no interior do país porque a expressão que mais se houve é responsabilidade social. “Existe um selo de re-



Fonte: elaboração de Lauro Ramos e Valéria Ferreira, a partir das Pnads de 1999 a 2005

sponsabilidade social que o agronegócio leva à sério. Se não gerar empregos de qualidade e formais, sabemos que não vamos conseguir exportar. Os pequenos e médios produtores têm consciência de que os compradores estão exigindo a certificação de responsabilidade social de toda a cadeia produtiva”, afirma.

Selo A certificação à qual Veloso se refere é o Selo de Responsabilidade Social, regido pelas normas AS8000 e ISO16001, garantindo que em determinada produção não há emprego infantil, trabalho degradante ou indícios de trabalho escravo. “O agronegócio tem se preocupado com isso. Não porque a fiscalização aumentou, mas porque essa é a visão internacional. Os consumidores querem comprar produtos de países onde não há incidência de nenhuma situação aviltante para o trabalhador.”

Apesar de a informalidade ter caído no campo, o índice ainda está na casa dos 70%, como mostra o estudo do Ipea. Veloso cita dados do IBGE de 2004, quando havia 4,89 milhões de empregados no setor, dos quais 1,55 milhão com carteira assinada e 3,34 milhões sem carteira. Além disso, o número de novos postos de trabalho não vem crescendo. No Brasil inteiro, a mão-de-obra ocupada corresponde a 17,7 milhões de trabalhadores, entre eles empregados por

conta própria, empregadores, empregados não remunerados e trabalhadores para produção para o próprio consumo. Paula Montagner, coordenadora do Observatório do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, afirma que as recentes pesquisas da PME têm mostrado uma recuperação do trabalho formal também nas regiões metropolitanas, o que ela credits ao crescimento econômico. Essa retomada, que implica em queda da informalidade, tem um acompanhamento constante para verificar se o movimento é permanente ou não. “Todo esforço que se faz é para que a queda da informalidade seja um movimento crescente. Nota-se que pequenos empreendimentos buscam a formalização para poder crescer”, diz ela.

Assim, como no formato de uma espiral, a própria evolução da economia leva para a formalidade os trabalhadores. Ela cita como exemplo o processo de precarização que existia na região de Franca, no interior de São Paulo, que é um pólo calçadista exportador. “Lá, muitos empregados não tinham direitos. O trabalho nas oficinas era informal e então toda a cadeia produtiva passou a ter co-responsabilidade nos casos ilegais”, conta. Atualmente, nesse pólo exportador pelo menos o problema da informalidade e do trabalho precário não existe mais.

Até mesmo no comércio, que está ligado ao setor de serviços, Montagner nota que há a preocupação de formalizar os empregos, tendo maior respeito aos direitos trabalhistas. Em parte, a informalidade cai nesse setor, como verificou o estudo do Ipea. Segundo ela, pela iminente possibilidade de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho e também pela oferta de oportunidades melhores. Em São Paulo, Montagner conta que o setor já teve 75% dos trabalhadores em situação informal, mas esse número vem caindo por causa da recuperação da economia. Parece simples, mas já que os especialistas recomendam, se ocorrer uma flexibilidade das leis trabalhistas e a economia continuar crescendo, uma coisa é certa: a informalidade cairá mais. **i**

Em defesa do agronegócio



Divulgação

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) está defendendo de modo muito pertinente um novo modelo de cooperação público-privada para a produção rural, bem como a adoção de políticas governamentais de apoio ao setor. Em 2006, “Investir na agricultura para garantir a segurança alimentar” foi o tema do Dia Mundial da Alimentação, celebrado pela entidade em 16 de outubro, data de sua fundação, em 1945. Reflexão sobre o assunto e estímulo às medidas sugeridas por esse importante organismo multilateral seriam passos importantes na luta contra a fome.

A FAO alerta que continua sendo reduzida a ajuda internacional à agricultura. Isso é muito preocupante! O valor recuou de 9 bilhões de dólares, no início dos anos 1980, para menos de 5 bilhões, na virada do século. Contraponto: 854 milhões de pessoas em todo o mundo continuam subnutridas. Assim, o investimento na produção rural é imprescindível para reverter o quadro! O conteúdo dessa afirmação, embora seja o mais claro exemplo do óbvio ululante, infelizmente não se tem traduzido em ações concretas e políticas públicas capazes de fazer frente à dimensão do desafio.

Nesse sentido, a primeira e urgente lição de casa é identificar os gargalos a serem superados nos países subdesenvolvidos e nos emergentes, entre eles o Brasil. No que diz respeito diretamente à produção, os principais problemas, que fogem ao controle dos produtores e exigem políticas públicas adequadas, são os seguintes: falta de crédito, posse insegura da terra, baixos preços e relações de negócios pouco desenvolvidas. Essas dificuldades, em maior ou menor escala, atingem pequenos, médios e grandes produtores. No entanto, há um obstáculo igualmente grave para todos. Trata-se da debilidade da infra-estrutura, como a falta de boas estradas, ferrovias, armazenamento e logística. A esses diagnósticos da FAO, creio ser importante acrescentar a carência de pesquisa e inovação e/ou a dificuldade de acesso dos produtores aos avanços do conhecimento.

Entre as soluções apontadas pela FAO, está o advento de um moderno modelo de cooperação entre os setores público e privado para o desen-

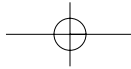
volvimento rural. Tal processo inclui novas formas de ampliar a sinergia entre produtores e toda a cadeia do agronegócio, estabelecimento e execução de padrões e classificações, melhoria do clima do investimento (olha os juros altos aí, gente...) em prol da agricultura e avanços da infra-estrutura no campo, incluindo água, estradas, comunicações e energia.

Apesar da premência de produzir mais alimentos, o setor público, em expressiva parcela do mundo em desenvolvimento, tem sido pouco ágil em responder às mudanças e demandas do setor rural suscitadas pela globalização. Prova incontestante dessas distorções encontra-se em informação do Bando Mundial (Bird), de que apenas 4% de toda a riqueza produzida no planeta é gerada pelas atividades agropecuárias, embora estas empreguem 43% da população economicamente ativa. O Bird também informa que os governos dos países desenvolvidos destinam 330 bilhões de dólares por ano em subsídios à agropecuária, atropelando, dessa forma, a competitividade do setor nas nações emergentes e subdesenvolvidas. Essa questão, que tem pontuado a Rodada de Doha, é outro item a ser superado na agenda do mundo contra a fome.

Dados de outro estudo da FAO, relativo ao período compreendido entre 1990 e 2002, evidenciam que, em numerosos países, a dificuldade de acesso aos alimentos agravou-se, em especial na América Central e, de maneira grave, na África subsahariana, onde há quase 50 milhões de desnutridos, ou cerca de 55% da população. A boa notícia é que, nos mesmos dez anos, o quadro melhorou em nosso país, com a queda de ocorrência da desnutrição de 12% para 9% dos habitantes. Em termos nominais, contudo, estamos falando de um contingente de 17 milhões de brasileiros, o equivalente a toda a população do Chile. Ou seja, não há tempo a perder!

João Guilherme Sabino Ometto é engenheiro, vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), coordenador do Comitê da Cadeia Produtiva do Agronegócio da Fiesp e membro do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (USP)

“Dados do Banco Mundial informam que apenas 4% de toda a riqueza produzida no planeta é gerada pelas atividades agropecuárias, embora estas empreguem 43% da população economicamente ativa”

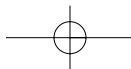
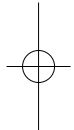


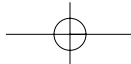
MELHORES PRÁTICAS



Veranilda Lusía da Silva
acende a lâmpada
que lhe permite ler e
fazer crochê à noite

Eduardo Tavares

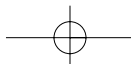


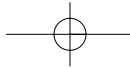


Por Patrícia Marini, de Maquiné, RS

• Uma idéia luminosa

Era uma vez um engenheiro agrônomo que se tornou Secretário de Agricultura de uma cidade recém-emancipada. Pretendia construir estradas para ajudar a população rural, mas descobriu que o que fazia mais falta era a energia. Aplicou um sistema barato de eletrificação e levou luz para os moradores do campo. Dessa forma, foi possível melhorar a irrigação das culturas, aumentar a renda dos agricultores e o êxodo rural foi sendo revertido aos poucos. Isso aconteceu em 1982. Hoje, calcula-se que o modelo desenvolvido pelo ex-secretário já tenha iluminado a casa de mais de 1 milhão de brasileiros.





Primeiramente, quatrocentas famílias de Palmares foram ligadas à rede elétrica, ao custo

Primeiro foi o verbo, depois a luz e, então, a água – nessa ordem. O engenheiro agrônomo gaúcho Fábio Rosa nunca imaginou que ficaria conhecido internacionalmente pela abrangência dos projetos de eletrificação rural em comunidades que em pleno século XXI ainda vivem sem acesso à energia elétrica. Tudo começou em 1982, porque sem energia não havia como bombear água do subsolo para irrigar as lavouras de arroz no pequeno e então recém-fundado município gaúcho de Palmares. Hoje, calcula-se que a implantação de suas propostas já tenha iluminado a casa de mais de 1 milhão de brasileiros.

Levar energia à áreas isoladas não era o objetivo final. Revelou-se o meio mais eficiente para cativar as populações, possibilitar aumento da renda e gerar desenvolvimento. O laboratório, no início da década de 1980, foi a Secretaria de Agricultura de Palmares do Sul, no extremo norte da Lagoa dos Patos. Recém-formado, Rosa tinha 22 anos, um carro velho à disposição e a confiança do primeiro prefeito da cidade, Ney Azevedo. Tinha, sobretudo, a convicção que o acompanha até hoje, uma de suas mais marcantes características.

Em Palmares, um dos resultados imediatos foi a reversão do êxodo rural. “Notamos que a vontade dos jovens de ir embora ficou aplacada com a chegada da luz e, em seguida, gente que tinha deixado o lugar para inchar as periferias urbanas começou a voltar para o campo”, lembra. O fato chamou a atenção do Banco Mundial e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sua primeira descoberta foi que os pequenos plantadores de arroz gastavam quase um quarto de seus custos de produção comprando água. Isso era três vezes mais que a média mundial. A única maneira barata de tirar água do subsolo era com eletricidade, e 70% da população local (cerca de 9 mil pessoas) não tinha acesso a ela.

Atrás de uma solução, Rosa descobriu o sistema desenvolvido pelo professor Ennio Amaral, da Escola Técnica Federal de Pelo-

tas. Em vez de três fios para compor o potente sistema “trifásico”, Amaral usava um sistema de corrente de alta tensão “monofásico”: um só fio carregava a corrente de um transformador para a residência. Era adequado a um consumo de energia modesto. Amaral reduzira ainda mais os custos substituindo fios de cobre por fios de ferro, condutores mais baratos, com menos postes, transformadores menores e gente comum do lugar em vez de construtores profissionais. Amaral, que faleceu dois anos depois, passara uma década desenvolvendo o sistema.

“O invento funcionava bem, mas era ilegal, pois não obedecia à norma estadual”, conta Rosa, que então se lançou numa campanha para que um novo padrão fosse aceito pela companhia elétrica estatal, a CEEE. Mas só em 1988, durante o governo de Pedro Simon no Rio Grande do Sul, a companhia viria a acatar o novo padrão, hoje copiado Brasil a fora no programa Luz para Todos, do governo federal. Os dados oficiais identificam 12 milhões de brasileiros sem acesso à energia, mas Rosa estima que seja pelo menos o dobro.

Economia Quando a nova norma foi enfim adotada, quatrocentas famílias rurais de Palmares já estavam ligadas à rede elétrica, ao custo de 400 dólares por casa. Na rede convencional, o custo de instalação era de 7 mil dólares por família. Um terço dos beneficiados era gente que voltara da cidade atraída pelas novas condições. A renda dos agricultores pulou de 50 a 80 dólares para 200 a 300 dólares por mês.

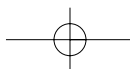
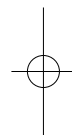
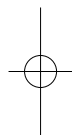
Antes disso, com a ajuda do prefeito, Rosa conseguira permissão para testar o sistema desenvolvido por Amaral, que lhe apresentou o eletricista Ricardo Mello. Enquanto um se ocupava dos aspectos técnicos, o outro ia conversar com os agricultores. Com eletricidade barata, poços artesianos rasos e bombas também monofásicas, chegou-se à almejada irrigação de baixo custo. O jovem secretário criou um departamento de desenvolvimento agrícola e introduziu melhores técnicas de plan-

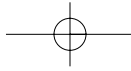
tio, que quadruplicaram o aproveitamento da terra. “Quando fui ao BNDES expor o custo da estrutura, eles pularam na cadeira. Não podiam acreditar”, recorda-se Rosa.

Mas a carreira do agrônomo foi repentinamente interrompida com o fim do mandato do primeiro prefeito. Foi quando, por iniciativa de um analista de projetos do BNDES, Rosa foi apresentado à Fundação Ashoka, que identifica e apóia financeiramente empreendedores sociais em todo o mundo. Era evidente que Rosa estava atacando a raiz dos problemas que levavam ao êxodo do campo. O dinheiro da Ashoka, 9,6 mil dólares por ano, permitiu que continuasse o trabalho. Contrariado com a burocracia oficial e pela descontinuidade dos projetos a cada troca de governo, em 1991 ele e o eletricista Mello criaram a empresa STA Agroeletrô e passaram a trabalhar com unidades autônomas geradoras de energia solar fotovoltaica. Cinco anos depois, tinham instalado setecentos sistemas de energia solar em dezesseis estados brasileiros. “Por mais genial que seja a rede, não resolve todos os problemas. Há lugares em que é impossível construir uma rede. Então precisamos combinar outras tecnologias, como a solar fotovoltaica, uma turbina eólica ou microcentrais hidrelétricas”, diz.

Mais do que novas tecnologias, ele percebeu que estava desenvolvendo modelos de gestão. Mas o negócio com a energia solar, que crescia por demanda de mercado, ainda não deslançara. Em 1997, enquanto instalava uma placa solar em Januária, no norte de Minas Gerais, em um projeto com uma cooperativa de assentados da reforma agrária que decidira investir nos painéis solares, uma moradora comentou o quanto sua vida iria mudar dali para a frente porque não precisaria mais caminhar 5 quilômetros, quase todos os dias, para comprar querosene para o lampião, velas e pilhas para o rádio.

“Eu percebi que eles tinham uma conta de luz subterrânea.” Fez o cálculo e descobriu que cada família gastava cerca de 13 dólares por mês com energia não renovável e poluidora. Neste ano, criou a organização



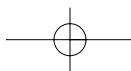


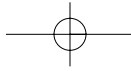
de 400 dólares por casa. Na rede convencional, o custo de instalação era de 7 mil por casa

Eduardo Tavares



Menina mostra o velho lampião, que virou peça de decoração depois da chegada da placa solar



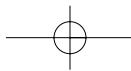


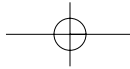
“Percebi que eles tinham uma conta de luz subterrânea. Descobri que, mesmo sem

Tânia Meinerz



Fábio Rosa, precursor do sistema simplificado de eletrificação rural. Graças ao método que ele implantou, mais de 1 milhão de brasileiros teve acesso à energia





ter eletricidade, cada família gastava cerca de 13 dólares por mês com energia"

não-governamental Ideaas, sigla do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto-Sustentabilidade. "Um ano e meio depois, a Ashoka lançou um concurso para empreendedores sociais que consistia em criar planos de negócios para sua instituição ser sustentável." Se o Fundo Ideaas comprasse as placas, poderia alugar os sistemas de energia solar por um preço que as famílias tinham condições de pagar, pois já gastavam com o que ele chama de "conta subterrânea". "Provei que num prazo de cinco anos poderia resgatar o investimento inicial se tivesse sede capitalista, mas poderia guardar metade para as trocas de baterias, necessárias entre o terceiro e o quinto ano, e a outra metade manteria a estrutura administrativa e faria uma pequena sobra para ampliar o número de pessoas servidas. Cinco ou dez anos para cobrir o custo de um investimento em energia é muito pouco. Nossas grandes barragens são financiadas em trinta, até cinqüenta anos. E estou falando em energia renovável, então esse negócio não é uma loucura." Desse modo surgiu o projeto Luz Agora!, que segue um modelo de negócio possível numa empresa social, mas inviável numa empresa convencional. Assim, a STA e o Ideaas se separaram no ano passado, seguindo rumos diferentes.

Aluguel A dona-de-casa Veranilda Lusía Pires da Silva e o marido, Luís, caseiro de uma chácara próxima da casa onde vivem, na serra da Boa Vista, município de Maquiné, no litoral gaúcho, alugam por 36 reais mensais um sistema básico: uma placa solar de 60 watts, quatro lâmpadas de 12 volts, uma bateria de 150 ampères e um controlador de energia de sete ampères. É o suficiente para manter uma lâmpada acesa por oito horas. "Agora posso ler à noite e fazer croché", festeja Veranilda, que mantém a geladeira a gás desligada. "Um botijão de 13 quilos custa 35 reais e dura só 22 dias, é muito caro", diz ela, que já tem o fogão e o chuveiro a gás. O preço de instalação é 350 reais, pagáveis em três parcelas, "mas raramente eles chegam a bancar o custo total da instalação, já fiz um por 100 reais, era o que

a família podia pagar", afirma Higor Renck da Silva, responsável pela instalação e manutenção dos sistemas de energia solar na região. Baseado no município de Osório, ele participa do desenvolvimento de uma geladeira adaptada para funcionar com placa solar, a ser ofertada por um aluguel mensal que será bem menor do que o preço de um botijão de gás. Há outras aventuras tecnológicas em projetos menores. Em Laguna (SC), Rio Grande e São José do Norte (RS), cada pescador de camarão gasta 3,5 mil reais, em dois meses da safra, com gás para o lampião. O Ideaas está desenvolvendo um lampião solar para substituir o antigo.

"É claro que não posso viver só desse trabalho", diz Renck, que também ajuda o pai na fábrica de esquadrias da família. "O Fábio Rosa me ganhou no dia em que fui acompanhá-lo para aprender a fazer a instalação dos sistemas de energia solar. Andamos por uma trilha no mato até chegar a uma clareira com um casebre de chão de terra batida, onde viviam uma anciã e uma menina. Quando a lâmpada acendeu, a mulher jogou-se de joelhos aos meus pés, agradecendo, e disse que achava que ia morrer sem conhecer luz elétrica. Depois disso, não largo mais esse trabalho", lembra Renck.

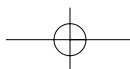
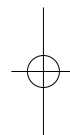
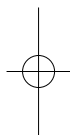
A família de Veranilda da Silva vive em uma localidade perto do mar, mas a 700 metros de altitude. São poucas as moradias. Criaram os três filhos à luz de lampião. "De manhã, as narinas do bebê estavam pretas de ficar respirando a fumaça de querosene durante a noite." Seu vizinho Manuel Fisher, caseiro de uma fazenda improdutiva de 300 hectares há vinte anos, mora com o filho que trabalha como servente de pedreiro e acha que o ganho com os painéis solares "não é grande coisa, nem dá pra funcionar uma geladeira, e a TV pega mal". Fisher sonha em mudar-se para uma pequena chácara que adquiriu, 20 quilômetros mais perto da vila. Mesmo julgando que a energia que tem não é tão farta quanto a das redes urbanas, ele paga sua conta de luz sempre adiantado.

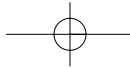
Praticamente numa volta às origens, o

Ideaas agrega a disponibilidade de energia renovável a estímulos para produção, geração de renda e melhoria da qualidade de vida no meio rural, dentro de outro projeto, batizado de Quíron. Os primeiros módulos estão na zona rural do município de Encruzilhada do Sul, numa vasta região pobre conhecida como Metade Sul do Estado. O Quíron consiste não apenas em levar energia, mas em implantar um plano de longo prazo para geração de renda. A propriedade passa por três fases produtivas: no primeiro ano, a renda mensal média pode triplicar com a colheita de feno de alfafa, por exemplo; a partir do terceiro ano, a renda média aumenta cinco vezes com a colheita de uvas para fornecimento às vinícolas; e, em vinte anos, aumenta 25 vezes, com a produção de madeiras nobres nativas para a indústria moveleira, concentrada na região da serra gaúcha. Seis meses depois de ter acesso à energia, 80% das famílias de Encruzilhada tinham adquirido telefone celular. Para elas, o único meio de comunicação com a cidade.

Psicologia Hoje, ele visita as comunidades acompanhado de uma psicóloga. "Estamos falando de gente. Eu sei que tenho de trabalhar com melhoria da renda familiar, mas como explicar a uma pessoa que não tem água para beber que ela vai ter de capinar o dia todo? Não funciona assim, primeiro você tem de estabelecer relações. Das várias possibilidades que temos de chegar a isso, a que mais caminha hoje passa pelo acesso à energia. Para nós, esta é a oportunidade de iniciar um processo de mudança. A luz, ou o acesso a esse código da modernidade, tem um significado: o cidadão sente-se incluído na sociedade."

A Metade Sul está sendo palco de grandes plantios de eucalipto por indústrias papeleras para fabricação de celulose. Os investimentos têm gerado polêmica. O Ideaas também desenvolve um modelo de manejo florestal. No município de Alegrete, na fronteira oeste do estado, usou espécies madeireiras nativas da mata atlântica. Começou há quatro anos. "Agora estamos me-





Seis meses depois de ter acesso à energia, 80% das famílias de Encruzilhada tinham

dindo o desempenho dos vegetais. Temos mais doze ou treze anos para entrar em boa produção”, prevê Rosa. São 25 espécies de árvores, de três tipos: as pioneiras (que crescem mais rápido e farão sombra para as demais), as de floresta intermediária e as de madura (madeiras nobres, como louro ou cedro, só se desenvolvem bem na sombra). Um metro cúbico de eucalipto vale 200 reais para o produtor. Um metro cúbico de cedro vale 2 mil reais. “Podemos produzir isso em quinze ou vinte anos, como apontam nossos estudos, e encontro uma oportunidade de negócio muito interessante e uma aplicação prática do que significa entender e valorizar a biodiversidade. Não estou falando em cortar árvores nativas, mas em coletar nosso banco genético e passar a manipulá-lo de forma inteligente, inclusive para recuperar áreas degradadas”, explica. “Os franceses importam o fruto da aroeira, colocam em frascos e exportam como pimenta, um rico condimento. Por que não plantamos aroeira e fazemos um projeto para comunidades? Não é difícil! Por que ninguém fez?”

Para Fábio Rosa, as espécies exóticas têm um papel a cumprir. “Até porque não temos alternativa, hoje somos prisioneiros disso, precisamos desse processo, mas temos de criar uma situação mais inteligente e, além disso, boa para todo mundo: para a natureza e para a gente. E para prender o homem no campo. Numa propriedade de 5 hectares, se 1 hectare for reservado para produção de madeira nativa, em vinte anos o produtor passa a receber por mês 1,7 mil dólares. Eles plantam cana, alguns têm gado. O conceito do projeto é criar um fluxo de caixa estável para o produtor rural.”

Gustos Em projetos assim, tirar uma família da miséria e levá-la a um nível de pobreza com dignidade tem custo médio em torno de 15 mil dólares, em três anos de investimento. É um valor relativamente alto se não for contabilizado o impacto social e ambiental. O BNDES trabalha com a cifra de 5 mil dólares em investimentos em infra-estrutura para criar um emprego urbano. O

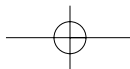
custo para assentar uma família numa vila, com casa popular e saneamento básico, gira em torno de 4 mil dólares. “Isso é para restabelecer alguém que saiu de um lugar e foi para outro. Deixar o homem lá talvez valha muito mais a pena, até pela questão cultural”, argumenta Rosa. “Temos observado que o acesso à energia elétrica catalisa o interesse de todos. Os 15 mil dólares vão em acesso à energia, na infra-estrutura da casa e na implantação da área produtiva. Assim que podem, a primeira coisa que fazem é melhorar as coisas básicas: o fogão (as mulheres são muito vulneráveis a moléstias pulmonares), o acesso à água e fazer um banheiro. É impressionante isso. Passei a considerar que a melhor forma de introduzir um processo de mudança comportamental não é entrar pressionando pela questão econômica, mas sim com as coisas que movem a vida das pessoas: a melhoria das condições da habitação, a perspectiva de ter os filhos bem cuidados, de ter um banheiro...”

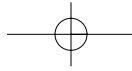
Apoio A esta altura, Fábio Rosa atraiu outros apoiadores, entre eles a Fundação Schwab, da Suíça, ligada ao Fórum Econômico Mundial, do qual Rosa já participou quatro vezes. Lá, ele foi colocado em contato com uma fundação familiar holandesa que, em 2004, doou anonimamente 103 mil euros por meio da Schwab, aproveitando um mecanismo legal que autoriza abater esse tipo de doação do Imposto de Renda. “O que essa fundação holandesa está fazendo é um investimento na utopia. Ela é quase uma ação entre amigos. É pouquinho gente. Hoje é mais fácil, para mim, conseguir dinheiro no exterior do que no fundo do Luz para Todos, que foi um troço que eu inspirei. Então, fico fazendo projetos e mandando para todos os lugares.”

O problema é que o Luz para Todos só admite negociações com as concessionárias de energia. Rosa está em campanha, novamente, para alterar a lei. Conseguiu fazer chegar à Câmara dos Deputados, em Brasília, um Projeto de Lei instituindo o Programa Brasileiro de Geração de Energia

Elétrica, que aceita a figura do gerador independente. “Esse negócio muda de língua, de país, mas é sempre igual: o modelo construído está todo voltado para as concessões e não admite os pequenos agentes de energia – os Ideias da vida. Fizemos um estudo profundo do marco regulatório da geração centralizada no Brasil, das questões de acesso à energia e concluímos que é preciso introduzir outras figuras, independentes e sustentáveis, não no sentido de hostilizar as concessionárias, mas para a sociedade ter outras ferramentas.” Ele sabe que o processo provavelmente levará anos. Não importa, nunca viu nada nessa área mudar de um dia para o outro. Apenas acha que as concessionárias podem colaborar para o desenvolvimento dessa cultura de gestão descentralizada. “Há cem anos, não sabiam falar disso, só sabiam trocar lampião a gás, e se modificaram. É uma teoria de contaminação do mundo oficial. O modelo atual é bom para as cidades, mas não é universal. Temos de reconhecer que essas populações rurais são desinteressantes para esse tipo de companhia: consomem pouco, dão trabalho e expõem a concessionária aos rigores da regulamentação – ninguém vai querer levar uma multa da Aneel por não fazer uma religação no prazo estipulado, por exemplo, por causa de uma conta de luz de 10 reais por mês.”

Filosofia Mas não será mais essa dificuldade que irá desanimar Rosa. Enquanto espera que os processos se resolvam, ele filosofa: “A única coisa que podemos fazer é inspirar os outros a entender quem precisa muito da ajuda de outras pessoas. Fazer é fazer bem-feitinho, ver o que funciona, ver as falhas a aperfeiçoar continuamente. Criar coisas novas e difundir.” No futuro, a idéia é formar um centro internacional de geração descentralizada. “Se somos referência no mundo, então é mais fácil as pessoas virem ver o que está acontecendo aqui do que eu viver viajando para Índia, África... A filantropia não vai ter dinheiro para financiar tudo, vai ter de chamar o capital privado, vai ter de virar negócio”, conclui. **d**



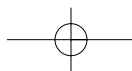
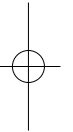
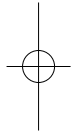


adquirido telefone celular. Para elas, o único meio de comunicação com a cidade



Eduardo Tavares

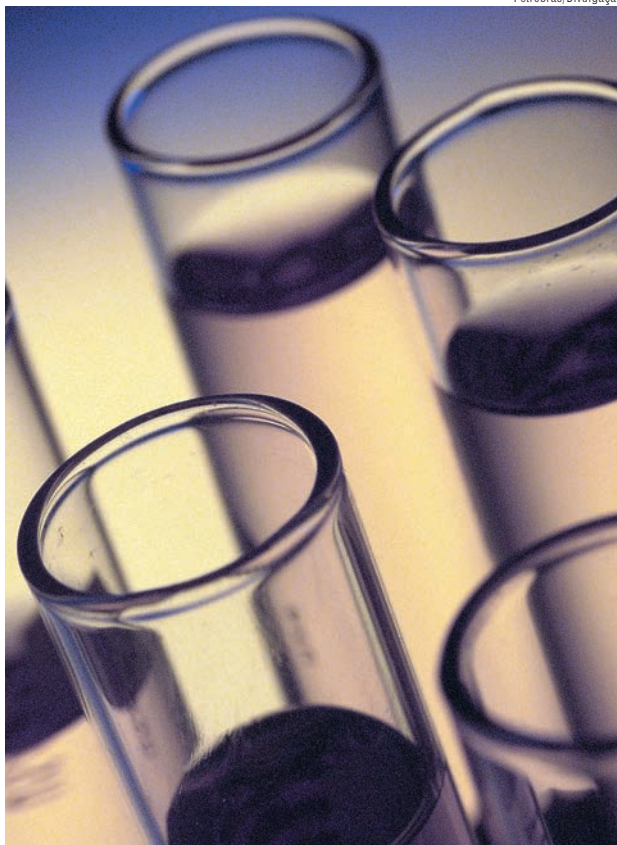
Placa captadora para geração de energia solar no alto de uma casa na Serra da Boa Vista (RS)



Pesquisa **Andréa Wolfenbüttel**
 Texto **Eliana Simonetti**

ciência&inovação CIRCUITO

Petrobras/Divulgação



Patentes

Você tem permissão para fazer isso?

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpe) estabeleceram um procedimento para prevenir a biopirataria no Brasil. As patentes de invenção de produtos derivados da biodiversidade só serão concedidas se o solicitante tiver a respectiva autorização de acesso ao patrimônio genético. A exigência entrou em vigor no dia 2 de janeiro deste ano para evitar o que vem acontecendo com frequência: centenas de patentes são concedidas a inventos que envolvem espécies brasileiras sem que se saiba se os pesquisadores podem manusear aquelas espécies ou usar informações do conhecimento tradicional. É claro que o maior problema diz respeito às patentes concedidas no exterior, mas com essa iniciativa o Brasil dá um exemplo de respeito à sua biodiversidade e espera que os demais países adotem procedimentos semelhantes.

Energia

Aposta no hidrogênio

A HyTron é uma empresa pequena, de pouco mais de um ano. Seu negócio é desenvolver e fabricar reformadores de etanol e de gás natural para a extração de hidrogênio. Pois bem, já montou três protótipos, um de gás natural – em parceria com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) – e dois de etanol – um encomendado pelo Instituto Técnico Aeroespacial da Espanha e outro desenvolvido em parceria com o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes). Há grande interesse na área. Células que usam hidrogênio como combustível são pouco poluentes e estão em teste em grandes companhias dos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Incubada na Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas (Ciatec) e com apoio do Programa de

Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (Pipe), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a HyTron recebe também suporte da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de recursos das empresas associadas. Como terá de deixar o ambiente protegido da incubadora no final de 2007, a HyTron anda traçando seu plano de negócios. “Acreditamos que a tecnologia das células a combustível veio para ficar e podemos utilizar os reformadores de etanol e gás natural para extrair outros insumos, como ácido acético e monóxido de carbono, com aplicações no setor químico”, diz o físico Antônio José Marin Neto, pesquisador e sócio da HyTron.

Financiamento

Verba européia

Ao lançar o Seventh Framework Programme, a União Européia anunciou que pretende investir o correspondente a cerca de 150 bilhões de reais, de 2007 a 2013, em pesquisas em áreas como saúde, agricultura, biotecnologia, nanotecnologia, energia, meio ambiente, transportes, espaço, segurança e ciências sociais. O valor é recorde. A intenção, segundo os organizadores, é “promover sinergias em escala global”. Mas os interessados de países em desenvolvimento só poderão participar em grupos com pelo menos três integrantes europeus. http://cordis.europa.eu/fp7/home_en.html

Previsão de safra

Quantas laranjas tem aí?

Entre as centenas de pesquisas que estão em andamento na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), há um projeto que merece menção. Desenvolve uma metodologia que poderá permitir a previsão, com base em imagens de satélite, da safra de laranja nos diversos pólos produtores do Brasil – o que tornará mais ágil sua negociação. A técnica está sendo elaborada em parceria com a Universidade da Flórida – o que se explica, já que São Paulo e Flórida respondem por 40% da produção mundial de frutas cítricas. Curiosidade: a contagem do número de laranjeiras é feita pela estimativa do diâmetro da copa das árvores. No cálculo da produtividade, há outras variáveis, como qualidade do solo, tipo de planta e condições climáticas. A experiência tem sido tão positiva que estão sendo realizados testes com caju em Fortaleza, no Ceará.



BomBril eletrônico

Milésima segunda utilidade do celular

A imagem é da Coreia do Sul, mas a novidade já está disponível no Brasil: o pagamento de compras via celular. O M-Cash, plataforma universal de pagamentos móveis, serve, por enquanto, para transações via Internet. O sistema funciona em telefones pós-pagos e pré-pagos e o usuário não divulga o número do cartão ou qualquer informação pessoal — o que é item de segurança. Se a moda pega, tem futuro. Existem hoje 100 milhões de telefones celulares no Brasil e o mercado é um dos mais promissores do planeta, segundo projeções da Informa Telecoms and Media. Para começar, a M-Cash calcula que em 2007 serão 20 milhões de transações efetuadas. E que em 2008 o volume chegará a 120 milhões.

R\$ 4,4 bilhões

Esse foi o montante movimentado pelo e-commerce no Brasil no ano passado. O valor representa um aumento de 76% em relação a 2006.

Fonte: Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

Saúde I

De volta para o fogão

Especialistas sabem há tempos que exercício físico pode reduzir o risco de câncer no seio, provavelmente por provocar mudanças hormonais e metabólicas. As mais precavidas, agora, devem deixar as academias e pegar no batente em casa. Um estudo publicado na revista *Cancer Epidemiology Biomarkers and Prevention*, realizado em nove países europeus, com mais de 200 mil voluntárias, antes e depois da menopausa, revelou que esfregar o chão e passar o aspirador são muito mais eficientes na proteção contra o câncer. Foram 6,4 anos de avaliações. Os indicadores: o traba-

lho doméstico diminui o risco de câncer de mama em 30% das mulheres que não passaram pela menopausa. Em mulheres que já tiveram a menopausa, o risco diminui em 20%. Conclusão do médico Lesley Walker, da Cancer Research do Reino Unido, que participou da investigação: "Algo tão simples e barato como o trabalho doméstico pode ajudar a manter um peso saudável e reduzir o risco do câncer". Lavar louça ou varrer a casa são atividades de fato baratas e simples. A questão é encontrar prazer nessas obrigações rotineiras, mesmo em nome de uma boa causa.



Divulgação

Indústria automobilística

Quem beber não dirige mesmo

Álcool e direção não se misturam. Essa é a norma, mas raramente é levada a sério. Os europeus desenvolveram, anos atrás, automóveis dotados de tubos — o motorista tinha de soprar neles para garantir que estava sóbrio, e só assim o carro funcionava. Mas, como malandro há em todo lugar, havia quem pedisse ao passageiro ou a um transeunte que soprasse o tal tubo para poder ir para casa. Resultado: a novidade caiu em desuso. Agora quem apresenta uma solução inovadora é a Toyota. A montadora japonesa, segunda maior do mundo, anunciou que a partir de 2009 seus veículos

trarão um dispositivo que analisa o suor das mãos do motorista para calcular a concentração de álcool no sangue. Se o nível for superior ao permitido, o veículo não sai do lugar. Tudo muito bom, mas o dispositivo conseguirá ultrapassar barreiras como a de luvas plásticas? Para contornar o problema, sensores cuidarão de monitorar movimentos de olhos, manobras e outros comportamentos. Quem sai da linha vai perdendo velocidade e fica na rua. Detalhe: o equipamento será opcional em modelos que hoje ainda são apenas sonhos, como o Yaris Sport ou o Auris Space.

Saúde II

Veneno *in vitro*

Os defensores de cavalos e cobras têm bons motivos para comemorar. Norma Yamanoue, pesquisadora do Instituto Butantan, de São Paulo, desenvolveu uma metodologia que propicia o cultivo em laboratório da célula secretora do veneno da jararaca, a serpente mais comum no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2006 mais de 14 mil pessoas foram vítimas de acidentes com jararacas no país. A intenção da pesquisa, publicada em janeiro na revista *Nature Protocols*, é padronizar uma cultura de células secretoras para que elas se reproduzam e sobrevivam fora do organismo. Isso evitaria a necessidade de criar serpentes em cativeiro. Também liberaria os animais inoculados com o veneno para a produção dos anticorpos utilizados nas vacinas.

Navegação

Porto seguro

A segurança dos portos brasileiros, cada vez mais movimentados, ganhou um aliado importante. Trata-se de um software que processa informações reais (como dimensões, forma e peso do casco do navio, posição do leme, direção e velocidade do vento e da correnteza, potência dos motores e distâncias das margens e do fundo do canal) e simula operações para evitar acidentes. Foi desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e batizado de Simulador de Manobras de Navios em Águas Rasas e Restritas. Tem demonstrado eficiência no porto de Tubarão, em Vitória, onde é utilizado pela Companhia Vale do Rio Doce, cujos embarques de ferro não param de crescer.

livros e publicações
ESTANTE

Futuro preterido? Zweig e um projeto para o Brasil

O Fórum Nacional do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso sempre organiza, ademais dos encontros anuais, foros especiais dedicados a temas específicos. Em 2006, foram organizados dois, conectados pelo tema comum de se lograr um “projeto de Brasil”, suas opções de país e de desenvolvimento. Esses dois livros resultam desse esforço de diagnóstico e de proposição.

Stefan Zweig teria gostado de assistir ao seminário que lhe foi dedicado, em setembro de 2006, por ocasião do 125º aniversário de seu nascimento e dos 65 anos da publicação de seu livro tão famoso quanto desconhecido (hoje), terminado poucos meses antes do suicídio do autor, no Carnaval de 1942, em Petrópolis. Ele concordaria com o artigo indefinido e talvez até com o ponto de interrogação. A primeira edição brasileira modificou o título original, agora restabelecido – *Brasilien, ein land der Zukunft, não der land* – e o colóquio agregou a condicionalidade, refletindo o ceticismo dos examinadores quanto à utopia

não realizada. No essencial, Zweig provavelmente se alinharia aos argumentos de seus revisores contemporâneos.

Alberto Dines, autor de uma biografia que pode considerar-se completa do escritor austríaco – *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig* (3ª ed.; Rocco, 2004) –, considera que Zweig, depois de assinar mais de quarenta biografias de personalidades mundiais, fez a biografia de uma nação no “inferno do Estado Novo”. Como ele diz, essa obra “tornou-se a crônica mais conhecida e a menos discutida, a mais celebrada e a mais negligenciada” do Brasil. Ela foi um dos primeiros lançamentos simultâneos da história editorial mundial: oito edições em seis línguas diferentes. Em vista dos percalços recentes no processo de crescimento, parece difícil concordar com Zweig que “quem conhece o Brasil de hoje lançou um olhar sobre o futuro”.

Bolívar Lamounier e Regis Bonelli examinam, respectivamente, os avanços políticos e econômicos obtidos pelo Brasil desde que Zweig traçou seu diagnóstico so-

bre o país do início dos anos 1940. Para Lamounier, o Brasil é um país de “muitos futuros”, mas ele critica as utopias institucionais que frequentemente pretendem revolucionar a participação e as formas de se fazer política no país: a romântico-participativa da democracia direta; a do parlamentarismo clássico, que ressurgiu sempre em momentos de crise; e a utopia barroca do presidencialismo plebiscitário. Já Bonelli opera uma “volta para o futuro” ao examinar os elementos de continuidade e de mudança na esfera econômica: o Brasil certamente mudou muito nesse terreno, mas a propensão a esperar tudo do Estado permanece, assim como certa desconfiança dos mercados externos. Algumas mudanças foram na direção errada, como o aumento na tributação; outras permanências são irritantes, como a péssima distribuição de renda e as incertezas jurídicas. Finalmente, o “fantasma do estrangulamento externo” estaria, de fato, superado?

Boris e Sérgio Fausto acrescentam um ponto de interrogação ao título de Zweig,

temperando o otimismo do autor com certa dose de pessimismo. Não se trata do niilismo da esquerda, que vê na “dominação imperialista” a razão de nosso atraso. O duplo nó górdio da carga tributária e do gasto público limita hoje as possibilidades de crescimento. João Luís Fragoso analisa a “equação” de Zweig para o Brasil: concentração de poder + tolerância. Três comentários finais tratam das promessas não cumpridas de um olhar estrangeiro, do futuro que já chegou sob a forma da votação eletrônica e das dificuldades para a retomada de taxas razoáveis e sustentáveis de crescimento. No conjunto, o livro oferece uma boa visita ao que se poderia chamar de “futuro do pretérito”.

O segundo livro, *Projeto de Brasil*, é na verdade uma tripla obra. A segunda parte apresenta dois estudos de especialistas acadêmicos sobre emprego e inclusão digital. A terceira parte consiste, tão simplesmente, na transcrição (talvez dispensável, em retrospecto) da visão de Brasil defendida pelos quatro principais candidatos nas eleições presidenciais de 2006: Lula, Alckmin e Heloisa Helena, pelos respectivos coordenadores de campanha, e Cristovam Buarque, pelo próprio. Digo dispensável porque qualquer um deles, se eleito, dificilmente seguiria as pomposas recomendações dos respectivos programas, que a rigor não possuíam nenhuma importância substantiva. A primeira e mais importante parte constitui uma síntese, por João Paulo dos Reis Velloso, de propostas para uma agenda nacional com base em todas as idéias de modernização do Brasil formuladas desde o surgimento do Fórum por ele presidido, em 1988. Ele consegue resumir claramente os principais obstáculos ao desenvolvimento do país, mostrando-o como um “Prometeu acorrentado”, que vive hoje uma crise de “auto-estima” numa “era de expectativas limitadas” (*apud* Paul Krugman).

As opções de país que ele propõe são, nominalmente: o desenvolvimento como valor social, prioridade máxima à segurança, reforma política para construir um sistema político moderno, um Estado “inteligente” (com Legislativo e Judiciário modernos), a revolução do império da lei,

da equidade, da tolerância e dos valores humanistas e a opção por uma sociedade moderna. Quanto às opções de desenvolvimento, elas consistem em três conjuntos de tarefas: a criação de bases para um crescimento sem dogmatismos, uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação e na sociedade do conhecimento e o progresso com inclusão social e portas de saída para os pobres. Ele conclui dizendo que subdesenvolvimento não é destino, é apenas o reflexo de opções equivocadas. Oxalá o Prometeu pudesse tomar consciência de quais são elas exatamente. Aparentemente, além das correntes estatais, ele está com um pouco de cera nos ouvidos e ainda usa viseiras conceituais.

Paulo Roberto de Almeida

(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)



Brasil, um país do futuro?

João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (coord.)
Ed. José Olympio, 2006, 154 p., R\$ 31,00



Projeto de Brasil: opções de país, opções de desenvolvimento

João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (coord.)
Ed. José Olympio, 2006, 222 p., R\$ 38,00



Brasil-França: relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (org.)

Biblioteca do Exército Editora, 2006, 196 p., R\$ 35,00

Nações amigas

Cinco autores, incluindo o organizador, o embaixador Vasco Mariz, traçam um panorama abrangente das relações franco-brasileiras, desde os primórdios, com os primeiros exploradores da então América portuguesa, até a independência, com as missões culturais e científicas francesas que começam em 1816 e se estendem à plena autonomia. Os invasores foram menos bem-sucedidos do que os artistas e cientistas: se os primeiros não conseguiram se apossar de territórios, os segundos deixaram riquezas até hoje visíveis, na arquitetura, nas artes e na memória coletiva. A herança da presença francesa é facilmente perceptível desde o Maranhão até o Rio de Janeiro, sobretudo no outrora aprazível centro da cidade, onde a francesíssima Confeitaria Colombo reinava absoluta. Os laços dessa relação dão frutos até hoje, como na realização do Ano do Brasil na França, em 2005. Entre outras curiosidades, Vasco Mariz relata que, na revolução pernambucana de 1817, exilados franceses tentaram resgatar Napoleão de Santa Helena. O livro é de leitura agradável, de estilo literário, contendo uma seleta bibliografia ao final de cada um dos doze capítulos históricos. Um ensaio historiográfico final compila as mais importantes fontes históricas primárias para a pesquisa sobre a presença francesa no Brasil. **(PRA)**

por **Andréa
Wolffenbüttel**
INDICADORES

O que é?

Contas CC5

Quando aparece algum escândalo de lavagem de dinheiro, quase sempre as contas CC5 surgem como sendo um instrumento para remessa ilegal de moeda ao exterior. Mas o que essas contas têm de diferente? Elas foram criadas, em 1969, por um documento do Banco Central chamado "Carta Circular 5", por isso acabaram conhecidas como CC5. São contas especiais, mantidas no Brasil por brasileiros que moram no exterior. O objetivo inicial era que o titular, ao vir ao Brasil, depositasse o dinheiro em moeda nacional (atualmente em reais) e, ao voltar ao exterior, pudesse sacar o dinheiro em moeda estrangeira. Portanto, era possível, por meio da CC5, trocar reais por qualquer outra moeda. Posteriormente, foi permitido que outras pessoas, desde que devidamente identificadas, depositassem nas CC5 para que o dinheiro fosse sacado pelo titular no exterior. Isso facilitou o envio de divisas para fora do país por um sistema que ficou conhecido no mercado como "barriga de aluguel". Diante da grande quantidade de valores que estava saindo, em 1996 o governo decidiu limitar a 10 mil reais os depósitos em dinheiro nas CC5. Mesmo assim, as CC5 continuaram sendo usadas para remessas ilegais, por isso, em 2005, depois do escândalo envolvendo o Banestado, o governo restringiu ainda mais a utilização das CC5. O brasileiro que quiser enviar dinheiro a outro país deve fazer um contrato de câmbio com uma instituição financeira, que será devidamente registrado e identificado no Banco Central.

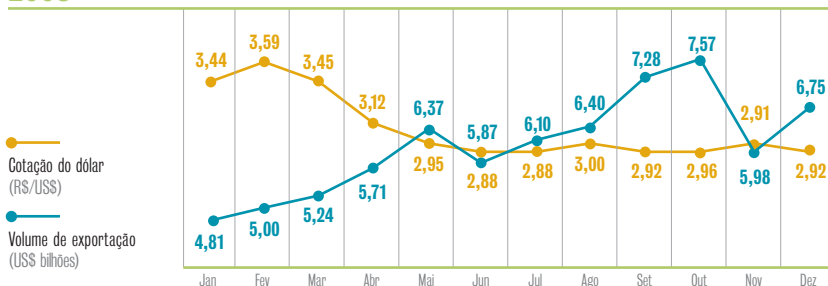
Comércio exterior

Exportações x cotação do dólar

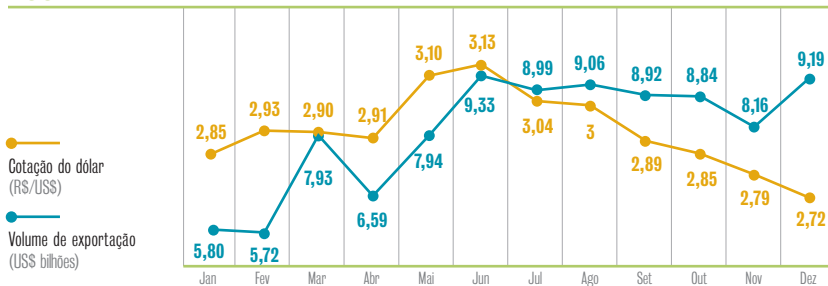
Sempre que o real se valoriza frente ao dólar, os setores exportadores protestam e avisam que as vendas para o exterior serão comprometidas. Porém, observando a evolução da cotação do dólar e o volume de exportação, não parece que a queda da primeira implica queda da segunda. Nos

últimos quatro anos, o dólar sofreu uma sistemática desvalorização e mesmo assim as exportações não param de crescer. Em novembro de 2006, a cotação do dólar estava em 2/3 do valor de janeiro de 2003. Em contrapartida, o volume mensal de exportação mais que dobrou no mesmo período.

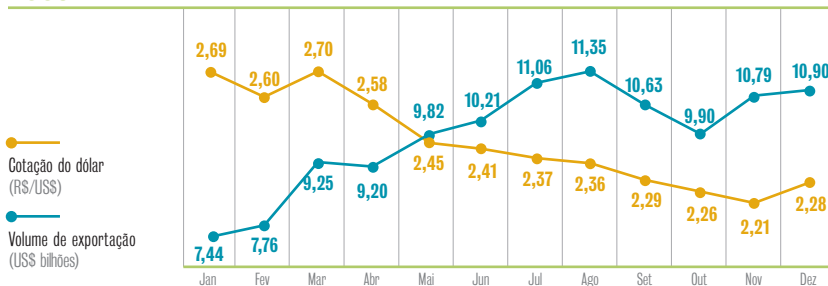
2003



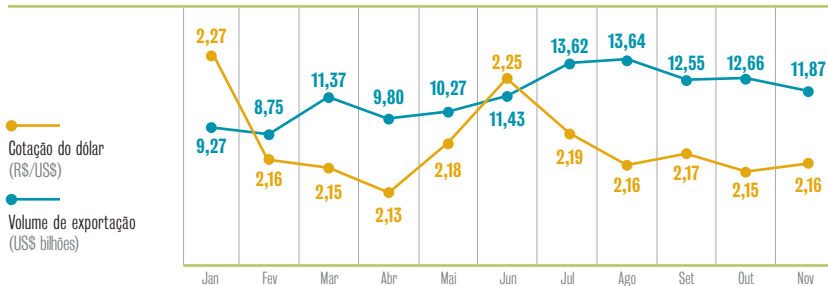
2004



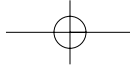
2005



2006



Fonte: Banco Central



Tributos

Fundo de Participação dos Municípios

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou em dezembro um texto que estuda a evolução legal e financeira do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e discute a importância das transferências fiscais no contexto federativo. Outro ponto explorado no trabalho é a caracterização regional da distribuição do FPM. Ele constata que as regiões Nordeste e Sul são as que apresentam os maiores valores de recebimento per capita bruto.

Em termos líquidos, isto é, quando são descontadas as contribuições feitas, as regiões Nordeste, Norte e Sul são receptoras líquidas do FPM, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste são doadores líquidos. Maiores detalhes podem ser vistos nos gráficos abaixo. A íntegra do texto, assinado por Carlos Eduardo Gasparini e Rogério Boueri Miranda, está disponível no endereço http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1243.pdf.

Quem recebe mais

Para onde são destinados os maiores volumes do FPM

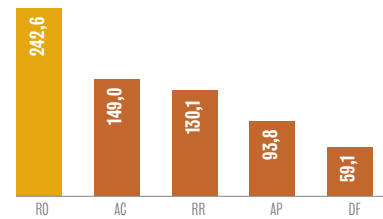
(2005/R\$ milhões)



Quem recebe menos

Para onde são destinados os menores volumes do FPM

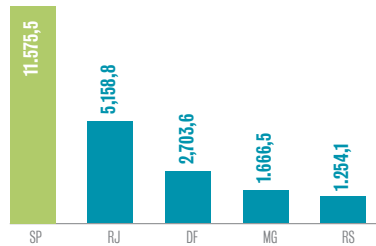
(2005/R\$ milhões)



Quem contribui mais

Estados que mais contribuem para o FPM

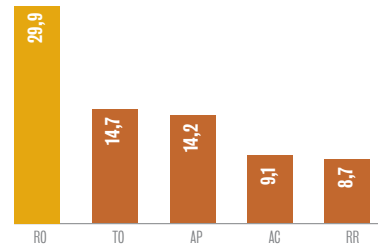
(2005/R\$ milhões)



Quem contribui menos

Estados que menos contribuem para o FPM

(2005/R\$ milhões)



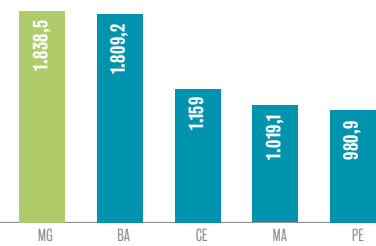
Repare: Existe uma forte coincidência entre aqueles que recebem mais e contribuem mais, exceto pelo Rio de Janeiro, que aparece entre os que mais contribuem, mas não está entre os que mais recebem. E o Distrito Federal, que está entre os que mais contribuem e entre os cinco que menos recebem. No lugar desses dois estados, aparecem Pará e Paraná entre os que recebem mais.

Descontando a contribuição...

...quem recebe mais

Estados aos quais são destinados maiores volumes líquidos do FPM

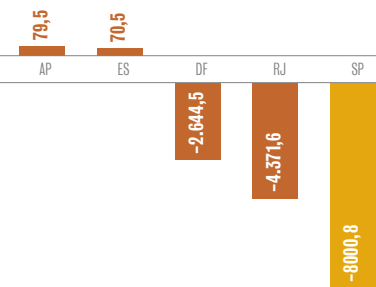
(2005/R\$ milhões)



...quem recebe menos

Estados aos quais são destinados os menores volumes líquidos de FPM

(2005/R\$ milhões)



Quem recebe...

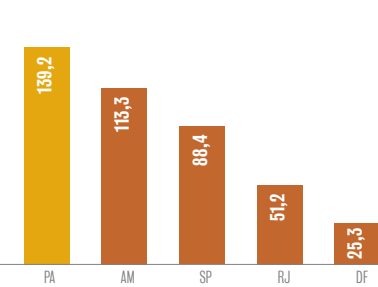
...mais por habitante

Estados com maior volume de FPM per capita (2005/R\$)



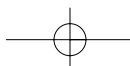
...menos por habitante

Estados com menor volume de FPM per capita (2005/R\$)



Repare: Quando se leva em consideração os valores líquidos da transferência do FPM (recebido menos o contribuído), ocorre uma inversão. São Paulo, que era o primeiro no ranking de recebimento de FPM, passa a ser o último em termos de FPM líquido. Porém, há um estado que está entre os que recebem mais FPM bruto e líquido: Minas Gerais. Fonte: Ipea

Repare: Era de esperar que os estados mais populosos recebessem menos FPM per capita, mas entre os que recebem menos FPM per capita estão alguns com poucos habitantes, tais como o Distrito Federal (20º no ranking de população) e o Pará (15º).



CARTAS



Reprodução

Li a revista **Desafios** de setembro e quero comentar alguns temas. O que li não comunga com os propósitos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) ou com a expressão contida na Carta ao Leitor da mesma edição: "(...) melhorar a educação (...)". Na seção Giro, na página 9, com o título "Boa notícia vinda do céu", está uma nota que considero muito auspiciosa. Auspiciosa além da conta, para ser mais realista, ao afirmar que o buraco na camada de ozônio parou de aumentar. Basta visitar o site da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) para ler o seguinte: "Do dia 21 ao dia 30 de setembro de 2006, a área média do buraco na camada de ozônio era a maior já observada, ocupando 10,6 milhões de milhas quadradas". Declaração feita por Paul Newnam, cientista atmosférico da Nasa. Sugiro aos editores que promovam uma correção.

Na reportagem "Quanto custa o rótulo", pergunto por que consideram o cultivo de transgênicos uma "(...) realidade irreversível no planeta"? Poderiam ter discorrido sobre os diversos relatórios a respeito do aumento do emprego de agrotóxicos em cultivos de organismos geneticamente modificados (OGMs) ou sobre uma pesquisa feita no Reino Unido a respeito do

interesse dos cidadãos no consumo de OGMs. Mas noto que os efeitos sobre a saúde humana são um tema sempre ignorado em reportagens sobre transgênicos, como o foi nesse caso. Para melhorar nossa educação, sugiro a leitura de um artigo publicado recentemente por Terje Traavik e Jack Heinemann, disponível em www.biosafety-info.net/file_dir/719762120455431f1a3942.pdf. Trata-se de uma revisão bibliográfica que contém informações imprescindíveis para a decisão de comer ou não transgênicos. Entretanto, os temas acima ofuscam-se frente a duas notas publicadas na seção Circuito, sob os títulos "Armas I" e "Armas II". Lamentável a visão distorcida da guerra.

Nelson Jacomel Junior

Florianópolis - SC

Prezado Nelson, lamentamos muito sua decepção com o conteúdo da revista e, por isso, gostaríamos de esclarecer alguns pontos. A nota sobre o buraco na camada de ozônio, de fato, contém um erro. A notícia veiculada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente informava que "fora das regiões polares, a camada de ozônio deixou de aumentar". Portanto, faltou localizar o evento. A correção foi feita na edição passada. Quanto às suas reclamações em relação à reportagem sobre os organismos geneticamente modificados, gostaríamos de lembrá-lo que se trata de um texto que discute exclusivamente o processo de rotulagem dessa mercadoria, sem entrar no mérito dos riscos que ela pode oferecer à saúde ou ao meio ambiente. Aliás esses dois tópicos serão tratados em uma reportagem exclusivamente dedicada a eles. Por fim, ainda há duas notas da seção Circuito, que falam sobre armas. Nenhuma delas traz qualquer visão a

respeito da guerra. A primeira trata com ironia o fato de estarem sendo desenvolvidas armas que preservam o meio ambiente e matam as pessoas. E a segunda, constata que, mais uma vez, a indústria bélica toma a frente nos avanços tecnológicos. Sem nenhum juízo de valor.

Foi divulgado, pela imprensa, que Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, teria assegurado que o Brasil não está tão mal assim, já que o Japão gasta 3,8% do PIB em educação e nós gastamos 4,2% do nosso PIB. Só que, transformando a porcentagem em dólares, conclui-se que o investimento japonês em educação supera em mais de cinco vezes o brasileiro. Parece que existe certa dificuldade das pessoas em entender que porcentagem não acompanhada do valor absoluto tem pouco ou nenhum significado.

George Le Brun de Vielmond
Professor universitário

São Paulo - SP

O artigo de Divonzir Gusso, publicado com o título "Um Brasil mal instruído", na revista **Desafios** de outubro de 2006, deveria ser lido pelos 180 milhões de brasileiros. Somos um dos melhores do mun-

do no futebol, os melhores em vôlei, os melhores em muitas coisas... menos na educação e, conseqüentemente, no trabalho e na produção. Faz quatro anos que estou na docência universitária, depois de trinta anos na indústria, achando que iria contribuir para um Brasil melhor ao passar minha experiência... mas o que o jovem percebe diante do que vem do Congresso Nacional desestimula-o, transformando os meus sonhos em castelos de areia na praia.

Elio Ferrato
Professor universitário

Indaiatuba - SP

Foi uma grata surpresa ter recebido, no dia 17 de dezembro, o exemplar do mês de novembro de 2006 da revista **Desafios do Desenvolvimento**, a qual não conhecia. Parabéns pela qualidade gráfica da revista e, especialmente, pelo seu conteúdo. Gostei muito da matéria sobre a Rocinha e também da que trata da questão do saneamento básico ("Hora da decisão"). Muito obrigado e mais uma vez parabéns!

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz

Goiânia - GO

ERRAMOS

Na reportagem "A opção atômica", publicada na edição passada de **Desafios**, na página 16, na terceira linha, onde está escrito "fusão nuclear", deveria ser "energia nuclear". E, na mesma reportagem, na legenda da foto estampada na página 23, onde se lê "1,8 bilhão de reais", deve-se ler "1,8 bilhão de dólares".



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.desafios.org.br